UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

FERNANDA GHIRINGHELLO SATO

**Diante da lei: passagens – e seus impasses – do menor como signo
à maioria como questão**

São Paulo

2021

FERNANDA GHIRINGHELLO SATO

**Diante da lei: passagens – e seus impasses – do menor como signo
à maioria como questão**

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Universidade de São Paulo,
como exigência para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Clínica

São Paulo

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sato, Fernanda Ghiringhello

Diante da Lei: passagens - e seus impasses - do menor como signo à maioria como questão /
Fernanda Ghiringhello Sato; orientadora Miriam Debieux Rosa. -- São Paulo, 2021.
128 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de
Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Maioria. 2. Psicanálise. 3. Responsabilidade. I. Rosa, Miriam Debieux, orient. II. Título.

FERNANDA GHIRINGHELLO SATO

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Universidade de São Paulo,
como exigência para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Clínica

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

São Paulo

2021

Para minha nonna Elvirina,
que vivia, comia e tocava piano
allegro, ma non troppo
e que tanto me faz pensar sobre o que
se transmite, mesmo sem dizer
e o que se faz presente,
mesmo na ausência

Agradecimentos

Esse tempo de trabalho, atravessado pela pandemia do Covid-19, foi atravessado pelas saudades do papo não programado, do encontro ao acaso, da casa cheia, e dos espaços de interlocução, um tanto reduzidos e modificados pelos acontecimentos pandêmicos e pelas inquietações que dele emergiram. Ao mesmo tempo em que os encontros foram dificultados, se intensificou a importância da presença, de estar entre outros, do afeto que se partilha. Agradecer é sobretudo um ato de reconhecimento, de reconhecer àqueles que estão junto, que fazem ser possível que atravessemos percursos solitários, como o que se apresenta em uma escrita ou como o que se impõe por uma contingência.

Assim, gostaria de agradecer:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível a realização desta pesquisa e na torcida para que outros possam contar com esse apoio.

À Cláudia Rocha, pelo acolhimento e ajuda com às (muitas) dúvidas que aparecem meio às burocracias;

À Miriam Debieux, por ter acolhido minha questão e essa pesquisa em seu núcleo;

À Bárbara, Ligia, Paula, Kamila e especialmente à Andressa, inimiga do fim, e à Gabi, pela leveza e força que sua presença tem; À Marina Caiaffa, que num momento de puro acaso, virou tão querida;

À Emilia, pelas conversas, pelo humor e pela generosidade com que transmite sua práxis;

À Biancha Angelucci, pela leitura atenta do projeto que deu origem à essa pesquisa;

À Miguel Bairrão pelos apontamentos precisos que ajudaram a saber do impasse e abrir caminhos pelas passagens;

À Ilana Katz, por me lembrar que às vezes é preciso insistir;

Ao Takeru Sato (in memoriam), meu pai, que fez da sua preocupação política e seu gosto por samba – especialmente Cartola e Paulinho da Viola – uma transmissão e uma aposta;

À Lucia, minha mãe, que na sua impaciência acha alegria para resistir;

À Paula, minha irmã, que faz ser possível reinventar diferenças e semelhanças para que possamos trocar e seguirmos juntas;

À família Ghiringhello, essa rede que enlaça e na qual sempre cabe um primo a mais; Aos meus tios, Renata, Pio e Amélia, Teresa, Ângela e Pedro, e Aná, e aos meus primos queridos, pelas lembranças compartilhadas e as que ainda serão;

À Gigi, que topa caminhar e se perder comigo;

Àqueles que há tanto tempo se fazem sempre presente e que eu tanto amo: Má Alvim, Má Beer, Lucila, Juju, Queety e João; aos que vieram para somar: Gui, Gui, Flávio, Paulo, Nick e Flávia; à eles, que fizeram de mim, tia: Biel, Léo, Bijú, Marcelinho e ao Daniel, que já vai chegar.

À Flá, de quem sinto tantas saudades, pela coragem que inspira, pela sensibilidade e por ter acompanhado de perto esse processo, mesmo estando longe;

À Lu Destri, por se oferecer como companhia nos caminhos às vezes solitários da pesquisa e pela escrita;

À Carina, amiga tão querida, pela parceria que possibilita criar e trilhar por tantos caminhos entre (os) tempos;

À Tayná, pelas muitas tardes de sábado e almoços compridos, mesmo quando não é sábado e não tem almoço;

À Maíra Padilha, por sonhar junto;

À Bia, pela presença sincera e pelo humor; à Kátia, por tudo que ela irradia e transmite;

À Gab Urbano e Amélia, essas mulheres maravilhosas com quem tenho a sorte de ter tido tantos encontros e reencontros ao longo dos anos;

À Má Graminha, pelos papos regados à café da tarde, sempre prazerosos e que tanto fazem falta;

Ao Danilo, pela presença que aquece quando a vida endurece;

Ao Beba, por me lembrar que bom ragú e boa música, além de outras tantas coisas da vida, se faz mais com respiro e tempero, do que com exigência;

À Pati Brandstatter, por dividir comigo e com o mundo o respiro e refúgio dos seus quadros e sua presença;

À Carol Bertol, pela presença cheia de humor, pela interlocução no processo de escrita e pela parceria nas errâncias e celebrações da vida;

Aos gremistas Luiza, Andrei, Nacca, Francis e Flavinha, pelos encontros musicais, dançantes e etílicos que sempre me lembram que há muito a ser vivido entre a ilha e a matilha;

Ao Rao, por deixar meu mundo maior e ter sempre o melhor abraço que alguém pode dar; Ao André e à Cássia, pela amizade que dá saudades; À Mayra, que sempre me faz pensar em samba e carnaval; À Camis, pelo otimismo sagitariano; À Carol, pela doçura da presença ao longo dos anos; À Lalá, pela delicadeza da leitura do texto, pelo acolhimento e a vizinhança e, sobretudo, pela força que contagia; e ao Marcão, pela lembrança de que na vida há besteiras simplesmente indispensáveis;

À Bel, Carol Bertol, Carina e também à Tati Assadi, pelo cartel que entre ficções e fixões, deu lugar a partilhar algumas das tantas inquietações que a clínica coloca;

À Ana Laura, pela transmissão - presente nessas páginas e para além delas – desse estranho desejo, sem medo e sem esperança, que me fez enveredar por esse (des)caminho irreversível que é a psicanálise;

Ao João, pelo inesperado do encontro, pelo amor e parceria, que faz lembrar que mesmo em tempos adversos a algo por vir, quando o desejo insiste e a vida existe.

Resumo

Esta pesquisa teve por objetivo problematizar o conceito de *maioridade*, para além de seu contraexemplo paradigmático: o *menor* infrator. Compreendendo a maioridade como o que demarca a passagem a partir da qual uma pessoa pode responder plenamente por si e por suas ações na cena pública, considerou-se importante analisar a fundo o que se compreende socialmente por *maioridade*, de forma a qualificar e ampliar o debate. No cenário brasileiro, a discussão sobre menoridade/maioridade fica reduzida à idade da imputabilidade penal e circunscrita ao debate sobre a redução da maioridade penal daqueles considerados *menores*, ou seja, as crianças e adolescentes pobres. Por outro lado, para os adolescentes de classe média alta é franqueada uma *maioridade* adiada, sempre por vir, recebendo, muitas vezes, a leniência do sistema judiciário. Alçar a *maioridade* como questão possibilitou examinar como esse conceito vem sendo agenciado nos conflitos sociais para justificar escolhas políticas e naturalizar uma aplicação seletiva das leis. Essa análise também permitiu recolher os efeitos subjetivos na produção de sofrimento decorrente das marcas que essas reduções imprimem àqueles sujeitos que ficam sob a sombra do *menor*, presentes no jeito singular como podem se narrar e se identificar com e entre os outros e nos outros. Investigou-se, a partir do conceito de desenvolvimento, que perpassa zonas fronteiriças de campos distintos de conhecimento (Direito, Psiquiatria, Pedagogia, Psicologia) quais normativas e critérios têm sido elencados como condição para a passagem à *maioridade*, bem como quais as construções e relações de poder que substancializam poderes discricionários e perpetuam a *menoridade* como condição de desigualdade, quanto a participação social e reconhecimento no público. O aporte da psicanálise possibilitou avançar em relação a essas questões, apontando os efeitos engendrados por esses discursos nos laços sociais, incluindo nesse debate o sujeito do inconsciente. Considerando que a *maioridade* implica um reconhecimento do e no público, entende-se ela como um efeito do posicionamento do sujeito frente suas injunções do sujeito com o Outro, movimento em que põe em ato a interdependência entre autonomia e heteronomia, ao invés de sua oposição, e inclui o singular, enquanto diferença radical. Concluiu-se que a *maioridade* pode ser revisitada como resposta que põe em questão uma determinação comum, em nome do comum que se faz pela diferença.

Palavras chaves: Maioridade, Psicanálise, Responsabilidade

Abstract

This research aimed to problematize the concept of *majority*, in addition to its paradigmatic counterexample: the *minor offender*. Understanding legal *majority* as what marks the passage from which a person can fully respond for themselves and their actions in the public arena, it was considered important to analyze in depth what is socially understood by it, in order to qualify and expand the debate. In the Brazilian scenario, the discussion on *minors/major* is reduced to the age of criminal liability and limited to the debate on the reduction of the criminal majority of those considered *minors*, that is, poor children and adolescents. On the other hand, for upper-middle class adolescents, a postponed coming of age is allowed, always to come, often receiving the leniency of the judicial system. Taking majority as an issue made it possible to examine how this concept has been used in social conflicts to justify political choices and naturalize a selective application of laws. This analysis also allowed us to collect the subjective effects in the production of suffering resulting from the marks that these reductions imprint on those subjects who are under the shadow of the *minor*, present in the singular way in which they can narrate and identify with and among others and in others. It was investigated, from the concept of development, which crosses border areas of different fields of knowledge (Law, Psychiatry, Pedagogy, Psychology) which norms and criteria have been listed as a condition for the transition to adulthood, as well as which constructions and power relations that substantiate discretionary powers and perpetuate minors as a condition of inequality, in terms of social participation and recognition in the public. The contribution of psychoanalysis made it possible to advance in relation to these issues, pointing out the effects engendered by these discourses on social ties, including the subject of the unconscious in this debate. Considering that adulthood implies a recognition of and in the public, it is understood as an effect of the subject's positioning in face of the subject's injunctions with the Other, a movement in which it puts into effect the interdependence between autonomy and heteronomy, instead of its opposition, and includes the singular, as a radical difference. It was concluded that coming of age can be revisited as an answer that calls into question a common determination, in the name of the common that is made for the difference.

Keywords: Legal Majority, Psychoanalysis, Responsibility

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.

Sumário

Preâmbulo: A gravidade da Lua	13
Pelo avesso do avesso – caminhos metodológicos	15
<i>Uns parênteses: a emergência da escrita em meio à urgência da pandemia</i>	<i>21</i>
Introdução - Minoridade e maioria	22
<i>Para ninar gente grande</i>	<i>24</i>
<i>Maioridades e idades</i>	<i>30</i>
Inventário de Emergências Pandêmicas nº 1	42
Capítulo 1 - Vidas menores, controles maiores	44
1.1 Os menores	49
1.1.1 A ocasião faz o menor	49
1.1.2 Uma questão de propriedade	54
1.1.3 Tutelas (de ir)regulares	57
1.1.4 A maioria à duras penas	61
1.2 O avesso do mesmo lugar	63
1.3 Redução não é solução	69
Inventário de Emergências Pandêmicas nº 2	72
Cáp 2 – A maioria desejada	75
2.1 Menores e não-menores, minorias e maiores	77
2.1.1: Inimputáveis e impronunciáveis	78
2.1.2 Imaturos, incompletos e infantes	81
2.1.3. Incapazes, inaptos e interditáveis	84
2.1.4 Objetificáveis, inimigos e inferiores	88
2.2. Não existe gente grande	93
Inventário de Emergências Pandêmicas nº 3	100
Cáp. 3 – A maioria diante da lei	102
3.1 –Um bem maior	104
3.2 O comum da diferença	111
3.3 Ao que vem	115
Inventário de Emergências Pandêmicas nº 4	118
Para concluir: a maioria e suas gravidades	Erro! Indicador não definido.
Referências bibliográficas	122

Preâmbulo: A gravidade da Lua

Leonardo veio para o atendimento obrigado. Estava internado na Febem,¹ em cumprimento de medida socioeducativa havia pouco mais de um ano. Tinha sido encaminhado porque a técnica que acompanhava seu processo dizia que ele não se responsabilizava pelo que tinha feito, uma vez que nunca havia se arrependido. Seus quase 18 anos e o fato de que nunca falara em arrependimento faziam com que a medida de internação não tivesse previsão de término e seguisse, assim, em um impasse: a técnica a lhe perguntar se já estava arrependido do que fizera, ele a falar cada vez menos. Esse impasse resultou no encaminhamento para ser atendido por mim, uma das estagiárias de psicologia, com este dizer: “Ele sabe o que faz, mas não se arrepende porque é mau. Nenhum juiz vai autorizar a saída dele se ele não se responsabilizar pelo que fez, porque já tem quase 18 anos, é homem feito e um assassino”.

Não sei se saberia dizer o que me deixou mais desconfortável: o que me demandava a técnica – uma confissão? Um pedido de penitência? –, a ideia de que a medida não tinha previsão de fim – qual a medida? –, a noção de adolescente-homem feito – feito como, de quê? – ou o medo e a insegurança que senti.

Para minha surpresa, uma das primeiras coisas que Leonardo escolheu falar, quando após alguns encontros decidiu confiar e arriscar, foi: “Não sou um assassino”.

Contou-me então sua história: havia decidido assaltar uma lan house. Já havia roubado antes, carteiras, carros... molecagens, me disse. Decidiu assaltar a lan house porque sua namorada estava grávida. Ia ser pai, um dos maiores sonhos da sua vida. Preocupava-se com as contas, com o que precisava comprar para o filho, desejava montar uma casa, assumir-se como adulto diante de sua família. E assim realizar o assalto com um amigo. No entanto, no dia, mal havia anunciado o assalto quando percebeu que havia uma criança na loja. Um menino. A criança era pequena, correu para o pai assustada. Leonardo assustou também. Pensou que ele também teria uma criança, que também seria pai. Desistiu do assalto e saiu correndo. Ao fugir – pressa, trânsito, polícia vindo, medo, a pouca experiência no volante – perdeu o controle, bateu em um muro e atropelou uma pessoa, que morreu na hora. Da polícia,

¹ A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem) foi substituída pela Fundação Casa/SP, em 2006. A mudança de nomenclatura teve por objetivo adequar a instituição ao que prevê o ECA (2018) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2006).

do juiz e da técnica escutou seguidamente a mesma coisa: que era um assassino e que devia se arrepender do que tinha feito.

Contava que sabia o que tinha feito. Que sentia, perdia o sono pensando na mulher que havia morrido, recordando que era ele na direção; lembrava do medo de morrer, do carro batendo. Disse que nunca escolhera matar alguém, que nunca tinha machucado ninguém: não tinha puxado o gatilho de uma arma, não era um assassino. Não tinha diferença? Perguntava. Tinha que ter diferença, escolher que algo assim acontecesse ou não.

Leonardo conta que já tinha pensado em assumir o que a técnica pedia: que era um assassino, que se arrependia, para poder sair mais rápido da Febem, para poder conhecer o filho que tinha nascido, para poder seguir. Mas não conseguia. Como assumir a culpa por algo que não sentia que tinha feito? Como assumir a responsabilidade por algo que não fosse a tentativa de assalto, o acidente e seu final trágico? E quando saísse, como ir pra casa assumindo o assassinato do qual não sentia ser autor?

“O problema”, disse Leonardo em um dos atendimentos, “é que estar aqui é como estar em outro planeta, como estar na Lua. E na Lua tudo é diferente da Terra. Muda o jeito, as palavras que a gente pode falar, as regras. Muda até a gravidade. Aqui as coisas pesam diferente do que na Terra. E eu sou da Terra. Na Terra me conhecem, é onde eu cresci. Lá tem as pessoas que me conhecem. Tem a gravidade da Terra, o meu filho, minha família. Tem gente aqui que esquece que é da Terra e passa a ser da Lua. Eu não. Venho aqui conversar pra lembrar que eu sou da Terra, mesmo aqui na Lua. Que vou voltar pra Terra. E lá a gravidade é diferente daquela da Lua. Só preciso aguentar sem ficar lunático.”

Aguentar a gravidade da Lua, lembrando-se da Terra. Sustentar a gravidade da Terra, sobrevivendo à Lua. Assim Leonardo dizia de seu impasse, tentando formular a ética possível para quem tinha que ser astronauta.

Diário de bordo de setembro de 2004

Pelo avesso do avesso – caminhos metodológicos

Em que tempo se dá uma pesquisa?

Esta foi atravessada por uma temporalidade múltipla, que comporta incômodos e contextos diversos, mas interligados nos processos. Nessa temporalidade que atravessa e se reinventa a partir do que marca, esta é uma pesquisa do e no campo, pensado aqui como campo da linguagem tal qual proposto por Jacques Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem, a que é constituinte do sujeito e que se diferencia da fala.

Nessa premissa, ela é atravessada pelo que decanta dos casos – afetações, infundáveis questões e impasses –, pelas reinvenções de como se posicionar, manejar transferências, escutar em diferentes espaços e frente a demandas que não se orientam pela mesma lógica, pelas tentativas para encontrar brechas – entre o pátio e os corredores gelados e assépticos da Febem e seu sistema deturpado, violento e perverso ou em meio aos labirintos e entraves daqueles que procuram no consultório –, pelo desejo de escutar aqueles que não se conformam em se adaptar à Lua e se angustiam e se questionam, como Leonardo.

Se há ponto de solidariedade entre esses espaços, é o fato de que a construção é pelo imaterial da linguagem e pelo que se pode produzir através da convivência² e nos laços, mesmo em contextos desérticos onde tudo parece faltar e nada parece bastar. A linguagem bordeia o vazio e possibilita achar o possível que não resolve tudo, mas não se reduz ao nada, permitindo escutar não a desigualdade frente aos direitos básicos, mas o comum da diferença que nos faz ser um, entre outros. Nesse sentido, é importante destacar que a ética da psicanálise e a política do psicanalista não se confundem com a luta pela garantia de direitos, muito embora sejam solidários, visto que é apenas quando os direitos são garantidos a todos que a diferença fundamental pode advir.

O ponto de partida é Leonardo, encontro que marca, pra mim, um início e uma escolha: a clínica como aposta de trabalho que resiste e procura fazer (r)existir para além das produções discursivas e fórmulas simplistas que “reduz[em] o valor de cada indivíduo ao lugar que ele

² A Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2013) – escrita a partir da pesquisa de Abigail Torres –, que estabelece a segurança de convívio como uma das proteções a ser garantida pela Política de Assistência Social, é um marco na medida em que explicita e desloca a vulnerabilidade social como produto da falta material, ou seja, da pobreza, para a produção das relações. Merece destaque o fato de que a convivência, palavra amplamente utilizada e que muitas vezes recai num politicamente correto, é tratada aqui como responsabilidade e direito a ser garantido pelo Estado, ou seja, transcendendo o âmbito das relações pessoais. Trata-se de trabalhar pelo e a partir do reconhecimento – pensado a partir de Axel Honneth – do processo histórico que fez com que as diferenças ficassem marcadas como desigualdades (Bader Sawaia) e de uma declaração contrária aos discursos meritocráticos, pois revela ser impossível alguém fazer frente, sem estar entre outros, aos efeitos das produções que distinguem, concentram e segregam.

ocupa na máquina produtiva e para ele, por causa disso, aquilo que sobra nada mais é que dejetos” (Soler, 2018 p. 140). Nesse sentido, é preciso “criar condições de testemunho, nomear a morte, fazer deslizar o significante descolando o sentido amalgamado, para (...) ir do resto à causa” (Broide, 2014 p. 98).

Assim, tanto o trabalho de pesquisa quanto sua escrita foram produzidos em meio às tensões e aos pontos de solidariedade na construção de margens, algumas mutáveis, outras mais incontornáveis, entre o trabalho na clínica e da escuta na supervisão junto à serviços da política de Assistência Social – campos que marcam minhas escolhas e trajetória desde a graduação, apostas que seguem animando a causa do meu desejo até hoje.

Optei, no entanto, por tomar um caminho que não costuma ser minha primeira escolha: enveredar por uma elaboração teórica, que nunca é desvinculada de uma prática, em vez de trabalhar a partir de casos e situações. Parte dessa escolha foi motivada pelo efeito que narrar cenas e situações de violência, da desigualdade, pode produzir. Se não há como não falar no drama social – a desigualdade social, a miséria, a discriminação racial e a violência –, dado que ele é parte da questão e atravessa a todos nós, ficar nele me pareceu perigoso e contraditório, porque seria falar novamente do *menor* e sua *minoridade* e ficar sob o peso da situação social particularizada a um grupo de indivíduos, excluindo as implicações coletivas e a responsabilidade de todos por essa construção. Mesmo traçando críticas às construções sociais e seus efeitos segregatórios, ou reafirmando as razões pelas quais não há como apoiar a redução da maioria penal sem junto apoiar o movimento de encarceramento em massa, de criação e solidificação de muros – visíveis ou não –, do projeto de extermínio da juventude negra em curso e, também da fragilização da versão de democracia que temos, o efeito seria retornar e manter o adolescente identificado como *menor* no centro de uma discussão que vai muito além dele, seja no debate sobre a idade penal, seja quanto ao conceito de *maioridade*.

Assim, parte do trabalho em torno dos discursos e seus efeitos. Para Foucault (2012 [1970]), o discurso é um dispositivo que organiza a realidade e está aquém e além de nós, impondo sua ordem a todos aqueles que dele fazem parte. Ele diz:

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2012 [1970], p.8).

Tais procedimentos se configuram como um jogo mais ou menos visível de forças que operam em todos os sujeitos e em todas as instituições através do próprio discurso, de modo

que não são localizáveis no sujeito ou em uma ou outra instituição. Assim, o discurso, para além da relação entre coisa e palavra, carrega em si uma rede de relações, regras que, postas em ato, permeiam a vida de todos, afetando e agenciando enunciados e verdades.

Lacan, no diálogo com Foucault, propõe o discurso como o que corresponde “às estruturas mínimas de todo e qualquer liame social, sempre concebido como fundado exclusivamente na linguagem” (Jorge, 2002, p. 19), de modo que a lógica do significante ordena tanto o sujeito como as relações entre sujeitos. Nessa perspectiva, não há como pensar uma realidade anterior à realidade discursiva no que concerne ao sujeito falante: o discurso é o que funda e o que define cada realidade. Há algo que se impõe como primordial, uma estrutura discursiva que prescinde das palavras e atribui importância ao lugar, à posição que se ocupa no discurso (Lacan, 1992).

O discurso, como modalidade de regulação do laço social, escreve formas de relação do sujeito com o campo do Outro. É o que demarca o sujeito a um só tempo como objeto – alienado e também assujeitado à linguagem e aos enunciados da cultura e do social –, e como agente e singular – pela forma como se diz e pelo que escapa ao campo do Outro, algo que do que o sujeito se separa, engendrando a produção de um resto. Assim, o sujeito que se expressa pelo discurso e ao qual ele se dirige é sempre uma construção

(...) nas e pelas relações discursivas concretas, empíricas e especificamente ligadas a práticas regionais. A questão da enunciação, paradoxalmente, põe em cena um sujeito que produz discurso e, no mesmo ato, é produzido por ele (Guirado, 2009, p. 106).

Lacan se utiliza da banda de Moëbius para demonstrar esse processo que não se fecha e que entrelaça indivíduo e social, não como duas faces opostas, mas sim como um mesmo lugar: não há o que veio antes ou o que é o lado direito, são antes o avesso e o avesso do avesso. Esse duplo movimento, de alienação e separação, está presente desde a constituição do sujeito, na medida em que assinala sua divisão e sua articulação ao campo do Outro: no corte que torce a banda, o lado externo torna-se interno e o interno, externo, embora nunca se correspondam em totalidade (Ratti & Estevão, 2015). O sujeito é o que advém desse movimento entre um lado e outro, marcado por uma falta estrutural e que se caracteriza pela sua condição evanescente. Ou seja, por ser justamente o elemento que se subtrai a toda tentativa de apreensão, coloca de saída um impossível, que faz rachadura em todas as tentativas de sutura intentadas pelos campos discursivos: na medida em que, pode-se dizer, ele já não é.

Nessa perspectiva, trabalhar com os discursos implica compreender o jogo de identificações – no qual o sujeito se reconhece e é reconhecido pelo outro, seu semelhante, e

pelo Outro, a cultura – e também seus desencontros, uma vez que essas não coincidem totalmente ou nem se fecham em uma unidade coesa. Leonardo, em seu impasse entre a Lua e a Terra, ilustra bem esse ponto: é sua posição que define sua versão de *maioridade* e a partir da qual pode se localizar, dar peso a gravidade. Considerando essas questões, cabe explorar as voltas e os avessos da *maioridade*: seus discursos que engendram formas de reconhecimento – do Outro, nos outros – que atravessam o processo de emancipação do sujeito. Trata-se de trabalhar com o enunciado, o que é dito, mas também com a enunciação, identificando as posições que o sujeito assume diante de algo que diz e do que permanece não-dito.

Nesse sentido, escolhi apresentar, ao longo do texto, referências do campo das políticas públicas, do direito, mas também fazer menção a notícias de jornal, que, embora não sejam trabalhadas ou analisadas, ajudam a compor a trama dos significados pelas quais a *maioridade* é tratada e dos efeitos desses discursos para o sujeito, bem como o lugar de onde se podem fazer escutar. Muitas delas estão em notas de rodapé – nota que se faz notar e lembrar de onde se parte, lembrar que o que se diz não é tudo, nem de todo sozinho. Em tempos de *fake news*, de desmonte, há que se apontar e registrar essa construção, fazer menção às pesquisas feitas, ao bom jornalismo e, no geral, àqueles que buscam sustentar que o que vivemos hoje não é culpa de um, mas se insere em uma história da qual todos somos portadores, pela qual todos somos responsáveis.

Ao trabalhar com os enunciados presentes na cultura, advindos de diversos campos de saber, incluindo os que compõem o que chamamos de “senso comum”, como no caso da *maioridade*, há que se ter ainda mais cautela ao transitar pelas gravidades para não perder a direção e entrar em órbita, criando sobreposições ou generalizações e seguindo o empuxo para o fechamento imaginário de uma verdade, um conceito ou uma significação. Por esse motivo, ao longo do texto coloquei em itálico os termos *menor*, *minoridade* e *maior*, *maioridade* para dar relevo e diferenciá-los de seu uso no dia a dia e também dos termos utilizados nos textos legais e outras situações específicas, justamente para não limitá-las a eles. Também optei por utilizar *minoridade* no lugar de menoridade, entendendo que a menoridade remete quase que imediatamente ao *menor* e a menor idade.

Pesquisar a maioridade como conceito nos campos do Direito e da Psiquiatria e no interior do dispositivo analítico exige, por um lado, um recorte preciso capaz de circunscrever o objeto da pesquisa e, por outro, uma clareza de posicionamento ético do pesquisador ao adentrar campos de saber sem invadi-los ou reivindicá-los como sendo da psicanálise. Como nos alerta Rosa (2004), ao falar da Psicanálise em relação a outros campos de conhecimento:

Uma das consequências problemáticas mais indicadas no caso da aplicação é a generalização, que projeta uma identidade indevida entre o individual e o coletivo. A psicanálise tem como premissa a superação do discurso produzido pela consciência; que é um campo de saber sustentado pela verdade do sujeito, o que não gera certezas ou generalização; e que considera que, no campo de investigação, o pesquisador sofre também os efeitos das descobertas, entre outras questões. Nesse tipo de pesquisa, teme-se incorrer seja na descaracterização e abrangência imprópria dos conceitos – que acarretaria uma psicologização dos fenômenos – seja em abstrações generalizantes, indicativas da fragilidade epistemológica dessa área de pesquisa (Rosa, 2004, p. 331-332).

Nogueira (2004) aponta que, nesse viés, a “metodologia científica em Psicanálise confunde-se com a própria pesquisa, ou seja, a psicanálise é uma pesquisa (...) a pesquisa é a própria análise” (p. 83). Para Rosa e Domingues (2010, p. 182), “mais do que pelo tema e lugar, a pesquisa em psicanálise se define pela maneira de formular as questões”, de modo a constituir brechas que permitam a abertura para um diálogo interdisciplinar, respondendo então por alçar à condição de enigma o que tem estatuto de verdade. Nesse sentido, o que verdadeiramente interessa à investigação em psicanálise é que as respostas produzidas possam ser pensadas diante dos impasses dos sujeitos em suas vidas, que promovam movimento para o trabalho psíquico de elaboração e produzam mudanças na economia libidinal, ou seja, que objetivem promover mudanças nos discursos e laços sociais, de forma a causar efeitos concretos sobre a sociedade e a cultura, justificando assim a presença do analista nesses territórios e práticas nos quais é estrangeiro.

Assim, fazer pesquisa, desde Freud e a descoberta do inconsciente, é seguir a partir do que possibilita relançar a questão de outro lugar, produzir um saber não-todo, que não se sabe além de que é sempre um

(...) saber furado, afetado por uma falha central (...). Lacan nos convida a compreender que esta falha não é da ordem de uma imperfeição que os progressos da pesquisa permitiriam preencher, mas sim que ela constitui a chave para a própria estrutura do saber (...) a psicanálise permite saber “não-todo” (Andre, 1998, p. 10, apud Gianesi, 2004, p. 174).

Nesse sentido, trata-se da construção de um saber possível, que não se pretenda neutro, verdadeiro ou totalizante, respeitando o limite da própria psicanálise como método e campo de saber, uma vez que esta tampouco pretende ser uma cosmovisão, e considerando a implicação do pesquisador como sujeito na investigação de sua questão. A Psicanálise, embora seja também um campo de saber e produza discurso, desde os primeiros estudos de Freud vem exercendo a função importante de evidenciar definições e verdades emergentes de outros

campos de saber, na medida em que aponta a insuficiência e a impossibilidade dos discursos, inclusive do psicanalítico, para alcançar o sujeito em sua totalidade e completude.

A implicação e a posição do pesquisador dentro do campo transferencial na realização de uma pesquisa psicanalítica é um fator que também deve ser considerado, como afirma Figueiredo (2002), ao apontar que em toda pesquisa científica há sempre movimentos que escapam à posição teórica. Há então que se ressaltar a importância do que pode dar “à ciência sua razão de ser como desejo desconhecido” (Figueiredo, 2002, p. 132). Assim, mesmo em um estudo teórico como o que se pretende realizar neste projeto, trata-se de encontrar e reencontrar o que escapa à via racional e ao controle da teoria, pela via dos afetos, da surpresa, do espanto, da frustração, do sujeito como soberano da razão. A pesquisadora, portanto, está implicado na formulação da questão e em sua investigação, concebendo a pesquisa como um processo análogo ao trabalho clínico neste ponto, do qual deve se abster do saber *a priori*, e atentando à formulação de interpretações e à forma como as resistências são colocadas em jogo. A produção científica, o texto, representa o esforço de fazer passar, de transmitir, não só o que pode ser enunciado, mas também a enunciação, ou seja, a posição pela qual responde o analista em sua pesquisa e o que recolhe após a travessia de um umbral.

Em tempos de “escola sem partido”, “cancelamentos”, negacionismo e polarização, me parece importante declarar que esta pesquisa não é partidária, mas marca meu posicionamento ético, tanto no consultório quanto nas instituições, e a aposta no trabalho que resiste e procura fazer (r)existir para além das produções discursivas e fórmulas simplistas. Retomo aqui a citação de Clarice Lispector que abre o trabalho, retirada da crônica sobre o assassinato de Mineirinho, assaltante mais procurado pela polícia carioca na virada da década de 1950 para a de 1960 e metralhado covardemente pela polícia. Não há como ficar tranquilo e calar o mal-estar, recuar frente ao horror, adormecer para não ver: é preciso também se saber outro.

Uns parênteses: a emergência da escrita em meio à urgência da pandemia

O senhor já viu uma guerra? A mesmo, sem pensar, a gente esbarra e espera: espera o que não vão responder. A gente quer porções. Demais é que se está: muito no meio de nada.

Guimarães Rosa (2016, página)

Em um momento como o que vivemos atualmente, de pandemia e o que foi feito dela: a contingência do vírus que potencializou um projeto de morte que já estava anunciado— a guerra, a negligência e indiferença como resposta, a convivência com o horror das notícias cotidianas e com a banalização das incontáveis perdas, o cinismo, o negacionismo e tantas demonstrações nas quais o valor da palavra, da história e também da vida aparecem esvaziados —, e ainda de circulação reduzida, de temporalidade com poucas escanções, de medo, saudades e luto do que se foi e do que não pode ser, como concluir uma escrita? Como escrever frente a esse acontecimento que nos fez repensar tantas relações? Se a escrita já é uma tarefa desafiadora, pois revela a todo momento a incompletude sempre implicada no saber, a falta inerente à palavra e aquilo que nos enreda em nossas questões, escrever neste momento de urgência mostrou-se desafiador.

Desafiador por ter que voltar ao tema em tempos nos quais a cena política mudou, assim como as lutas e seus sentidos. Os encontros e as interlocuções, tão necessários neste momento de escrita, passaram a ser mais trabalhosos e menos prazerosos e a exigir reinvenções.

Entre os capítulos se encontra uma tentativa de não deixar esquecer, de dividir e inventariar invasões, interrupções e frases que me angustiaram e me convocaram para além da escrita e que, como tal, fizeram corte no texto, nas bolhas, pequenas escanções no tempo. A mim chegaram também enviesadas partir do tema da *maioridade*, que em tempos de *minions*, gados e seguidores, se faz necessária e desafiadora. Recolher essas frases e reuni-las pareceu-me importante para lembrar como ecoam, desvelam e repetem, numa versão escancarada e mais crua, tantas questões que atravessam o tema deste trabalho e que contam tanto sobre o Brasil — “esse enorme lugar nenhum cujo nome arde” como disse Caetano Veloso — sua história e a nós, quer estejamos cientes disso ou não. Elas não são trabalhadas no texto, mas podem ser tomadas como interrogação a como algumas das questões discutidas têm se atualizado e como partilha das minhas inquietações.

Introdução - Minoridade e maioridade

Originalmente o tema da *minoridade*³ e, conseqüentemente, do seu par significante a *maioridade* surge não dos campos jurídico, psicológico ou educativo, aos quais depois foi integrado, mas do filosófico. No século XVII, Kant (2005), em seu texto “Resposta à questão: o que é esclarecimento? (*Aufklärung*)”, define o conceito de *maioridade* como autonomia para exercer o uso livre da razão no espaço público, opondo-se ao conceito de *minoridade*, que configura a condição de tutela exercida pela família, pelo Estado e por saberes veiculados. A *minoridade*, para o autor, não se refere a idade, fase de desenvolvimento, status jurídico ou qualquer contingência, e sim a um estado imposto pelo sujeito a si mesmo quando terceiriza seu entendimento e seu poder de deliberação sobre si e em seu nome a um Outro – a quem atribui autoridade encarnada na figura de um líder ou outro indivíduo ou através de formas mais sutis e sistemáticas de controle, muitas vezes naturalizado, como nos escritos de um livro, num código de leis, num manual que diagnostica doenças e determina comportamentos sadios, entre outros exemplos.

Nessa premissa, Kant atribui a passagem para a autonomia à mudança que o sujeito opera em si mesmo, a qual denomina de *Aufklärung*, traduzida como “esclarecimento”, que implica o exercício crítico em relação ao que foi disseminado pelos que ocupam o lugar de mestria e liderança e também, a assunção de uma outra posição em relação à Lei e ao saber. Assim, o sujeito passa a ser também quem os enuncia, tornando-se autor e escolhendo partilhar a responsabilidade que sustentar a própria palavra implica, ou seja, não se submete à autoridade, mas a reconhece e se torna seu autor, ao se reconhecer nas leis e se fazer reconhecer por elas. Considerando sua raiz etimológica, a palavra “autonomia” vem do grego, resultado da junção de *autos* – “próprio” – e *nomos* – “lei” –, podendo ser traduzido como “a lei própria”. “Heteronomia”, seu correlato oposto, vem de *heteros* – “diversos” – e *nomos* – “lei” –, portanto, “a lei de outros”, de um terceiro. Esses dois significantes se relacionam ainda com o significante “anomia”, também do grego, que indica ausência de lei ou uma negação da regra. A *maioridade* como autonomia poderia ser significada como a insubmissão à vontade ou à lei do Outro ou como situação de independência, na qual o indivíduo viveria a partir de uma lei e da sua vontade própria.

Desde então, essa passagem é associada a um percurso de individuação que dialoga com os ideais no horizonte de cada época e que comparece intimamente vinculado à ideia de

³ Minoridade menoridade

desenvolvimento, ou seja, das exigências demandadas a cada um, o que envolve uma perspectiva de maturação, aquisição de competências morais, ampliação da capacidade cognitiva, emocional e discursiva, corolário também dos traços que contornam e distinguem o que é considerado público e o que é privado em determinado tempo, indicando qual a liberdade possível. Falar em *maioridade*, portanto, coloca em cena a complexa questão de como traçar a linha divisória e decidir quais os critérios e as circunstâncias para reconhecer que alguém empreendeu essa passagem e incorporou a Lei – como o que garante e possibilita o convívio e o pacto social – tanto para cumpri-la quanto para questioná-la e transgredi-la, uma vez que lei e crime estão imbricados e não existem um sem outro. Falar em *maioridade* inclui também trazer uma discussão sobre o que é público, no sentido não do que aparece como estatal, mas como experiência de coletivo, ou seja, o que pode haver de comum e compartilhado no que chamamos de sociedade, que transmite ao mesmo tempo uma história pregressa, uma por vir e suas muitas passagens. Trata-se de um reducionismo perigoso e com consequências trágicas, como será discutido, pensar na maioridade como processo exclusivo do indivíduo ou como processo puramente social, pois ela é correlata à responsabilização e à organização política que o Estado e as instituições sociais em cada contexto cultural atribuem a si mesmas (Dunker, 2015a).

Assim, recupero alguns dos significados atribuídas a *maioridade*. No dicionário, *maioridade* aparece definida como:

substantivo feminino: Idade estabelecida pela lei em que uma pessoa é responsável por seus atos. Maioridade penal. Idade em que, legalmente, uma pessoa deve se responsabilizar criminalmente por seus atos. Segundo a lei brasileira, aos 18 anos. Maioridade civil. Idade legal em que alguém pode exercer seus direitos civis livremente. Segundo a lei brasileira, aos 18 anos. Maioridade política. Idade em que, segundo a lei, uma pessoa deve se responsabilizar por suas obrigações eleitorais. Segundo a lei brasileira, aos 16 anos. [Figurado] Estado de desenvolvimento de uma sociedade. (ref_

A palavra aparece também como sinônimo de emancipação, “a ação de ser ou tornar-se independente, livre ou alforriado”, e como antônimo de *minoridade* ou menoridade, definidos como a condição de quem é menor de 18 anos e também como “a menor parte ou quantidade de um todo; uma minoria” (ref.). Fica evidenciada nessa definição o quanto a *maioridade*, embora não tenha se originado neste, dialoga com o campo jurídico e como a idade aparece como o que traça um limite objetivo entre a *minoridade* e a *maioridade*. Além disso, destacam-se algumas diferenças de definição de acordo com o código do direito ao qual aparecem referidas: responsabilidade, em relação às ações e à imputabilidade; possibilidade de “exercer”

as obrigações privadas nas relações patrimoniais, familiares e seu poder de escolha, participação social, através do voto que elege indivíduos para representar seus interesses na atividade governamental.

Em relação ao uso figurado, há a *maioridade* como “estado de desenvolvimento de uma sociedade”. Imagem interessante e que provoca algumas indagações: por quais critérios é possível pensar a *maioridade* de uma sociedade? Em termos kantianos, seria uma sociedade esclarecida e crítica em relação a como se posiciona, se organiza e não se acovarda perante o que representa mestria.

Para ninar gente grande⁴

O debate sobre a *maioridade* surge no Brasil Colônia em relação às tentativas de definição de idade e condição para cessão do pátrio poder e emancipação dos filhos (Cerqueira & Neder, 2001) e também na forma de julgar e impor sanções, condicionadas à idade dos sujeitos (Sposato, 2008). Em 1840, a *maioridade* aparece em outra perspectiva, tendo sido utilizada como manobra política do denominado “golpe da maioridade” que definiu o fim do período regencial brasileiro e o início do período conhecido como Segundo Reinado, até o advento do golpe republicano de 1889⁵. Contemporaneamente, o debate tem sido realizado de forma mais intensa desde 1990, com a homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e seu acirramento desde 2015, com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de uma das propostas de emenda à Constituição (PEC)⁶ que sugerem a redução da *maioridade* penal. Trata-se de um debate caracterizado pela aparente polarização no posicionamento contra e a favor dessa medida, pelo apoio popular, o clamor midiático e as falas passionais no campo político que concentram a periculosidade e a potencial ameaça à segurança pública em uma

⁴ O subtítulo faz referência ao samba-enredo da Mangueira em 2019, “Histórias para ninar gente grande”.

⁵ O golpe aconteceu em meio às disputas separatistas e à contenda entre os liberais, que defendiam a concessão de maior autonomia aos governos locais e a criação de poderes legislativos, e os conservadores, que defendiam a manutenção de um sistema político centralizado e com monopólio das decisões da monarquia como pressuposto para o fortalecimento e a seguridade de uma unidade nacional. Com apoio popular pressionando o Senado, os liberais, organizados em um movimento denominado “o clube da maioridade”, conseguiram declarar Pedro II, de 14 anos, *maior*, antes que completasse os 21 anos que determinavam a *maioridade* segundo a Constituição de 1824 (Schwarcz, 1998).

⁶ Em 2015, a PEC 171/1993, que sugere a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondos – como estupro e latrocínio – e também para homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, foi aprovado na Câmara dos Deputados. No dia anterior à sua aprovação, a proposta havia sido votada e não obteve o número mínimo para aprovação. No entanto, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, realizou nova votação na madrugada, na qual houve aprovação, causando comoção e intensificando debates e campanhas sobre o assunto.

figura: o *menor*, “‘criança desvalida’ ou ‘miniatura de facínora’”(Vianna, 1999, p. 17), “adolescente infrator que representa no imaginário coletivo o portador do mal, o portador da violência” (Sposato, 2008, p. 8), invariavelmente negro, pobre e residente da periferia.

A despeito das tentativas de unificar direitos e deveres, abarcando todas as crianças e os adolescentes do Brasil, através das mudanças que a promulgação Constituição Federal de 1988 e o ECA trouxeram, o que encontramos é a perpetuação da oposição entre, de um lado, crianças e adolescentes representando ideais de pureza e inocência atribuídos à infância e, de outro, os *menores*, signo da violência e da desigualdade social. Se o termo *menor* em referência à criança pobre, abandonada e delinquente foi abandonado na letra jurídica em 1988, ainda nos dias de hoje é utilizado e difundido pelos meios de comunicação. A atualização e a permanência dessa distinção podem ser ilustradas pela frequência com que são escritas manchetes de jornal trazendo enunciados como “menor assalta adolescente”,⁷ sem que isso cause estranhamento: não há dúvida de quem é quem nessa narrativa. Também não são raras as vezes em que um adolescente identificado como *menor* é colocado sob suspeita, acusado e muitas vezes responsabilizado por um crime que não cometeu e cujas circunstâncias mostram que não poderia ter cometido ou, ainda, que o próprio crime não ocorreu.⁸

Por outro lado, juntamente com essas manchetes encontramos frequentemente falas que caracterizam os de maior idade como garotos inimputáveis quando convém não se responsabilizar perante a lei.⁹ São emblemáticos os casos do assassinato do índio Galdino, em

⁷ Apresento três exemplos de uma vasta amostra de manchetes dos últimos cinco anos que trazem essa separação entre “menor” e “adolescente” e que puderam ser encontradas em uma rápida pesquisa, sem demandar muitos esforços:

a. Gazeta Online. (2017, 17 de maio). Menor infrator de 14 anos assalta adolescente de 16 anos em Linhares. Recuperado de <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/norte/2017/05/menor-infrator-de-14-anos-assalta-adolescente-de-16-anos-em-linhares-1014056089.html>

b. Marques, M. (2013, 18 de abril). Em Boa Vista, adolescente é assaltado por menor de 15 anos. *GI*. Recuperado de <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/04/em-boa-vista-adolescente-e-assaltado-por-menor-de-15-anos.html>

c. Brasil Urgente. (2015, 16 de julho). Menor atira na cabeça de adolescente em assalto. Recuperado de <https://videos.band.uol.com.br/15541548/menor-atira-na-cabeca-de-adolescente-em-assalto.html>

⁸ Vasconcelos, C. (2021, 20 de janeiro). Estudante negro foi comprar cortinas para a mãe. Acabou preso por roubo. *Ponte*. Recuperado de <https://ponte.org/estudante-negro-foi-comprar-cortinas-para-a-mae-acabou-preso-por-roubo/>

⁹ a. Folha de S.Paulo. (2019, 23 de janeiro). Não é justo usar o **garoto** para tentar me atingir, diz Bolsonaro sobre Flávio. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/bolsonaro-diz-que-acredita-em-flavio-e-que-usam-garoto-para-tentar-me-atingir.shtml> (grifo nosso)

b. Fernandes, T. (2018, 22 de outubro). 'Já adverti o garoto', diz Bolsonaro sobre filho ter falado em fechar STF. *Folha de S.Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ja-adverti-o-garoto-diz-bolsonaro-sobre-filho-ter-falado-em-fechar-stf.shtml> (grifo nosso)

c. Pires, B. (2019, 07 de junho). O “**garoto**” Neymar e a síndrome do homem adulto infantilizado: Do pai ao presidente, a insistência em tratar um jogador de 27 anos como garoto e acusação de crime como travessura estimula a cultura de atenuar deslizes por imaturidade. *El país*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/07/deportes/1559943832_444604.html?rel=listapoyo (grifo nosso)

1997, e o espancamento de Sirlei Dias Carvalho Pinto, dez anos depois, em 2007. Ambos os crimes tiveram destaque pela gratuidade, a violência e a crueldade e também por terem sido cometidos por jovens de classe média alta, com mais de 18 anos, que receberam punições irrisórias após a manifestação de seus pais de que seriam ainda “crianças”, “estudantes”, assim se distinguindo dos outros, “bandidos” que, em menor ou maior idade, precisam de punição e contenção pelo Estado. Percebe-se que, se a lei é para todos, sua aplicação é para alguns e quando convém: há aqueles que têm sua posição de eternos garotos, mas nunca *menores*, assegurada por dinheiro e posição social, e seus atos considerados como molecagens inconsequentes, enquanto para aqueles, filhos dos outros, qualquer manifestação é criminalizada, e propõe-se o recrudesimento de penalizações. Se a idade tende a ser apresentada como critério objetivo nessa discussão, fica evidente que sua neutralidade é apenas aparente e sua aplicação, seletiva. O *menor* segue indubitavelmente como categoria distinta de outros indivíduos em termos de participação social e reconhecimento perante a lei.

Ao contrário do que pode se imaginar e do que a mídia em sua vertente mais sensacionalista dá a entender, os dados do Sinase (Conanda, 2016) demonstram que não houve aumento no número de atos infracionais¹⁰ cometidos por adolescentes, inclusive os considerados hediondos,¹¹ pauta de algumas das PECs¹² que preveem a redução da maioridade penal.

Dos atos infracionais de 2016, segundo o último levantamento realizado pelo Sinase, 47% (12.960) foram classificados como análogos a roubo (acrescido de 1% de tentativa de roubo) e 22% (6.254) foram registrados como análogos ao tráfico de drogas. O ato infracional análogo ao homicídio foi registrado em 10% (2.730) dos atos praticados, acrescido de 3% de tentativa de homicídio (Brasil, 2017). Se comparado com anos anteriores, há a diminuição de atos infracionais considerados hediondos, sobre o qual se centram as justificativas para reduzir a maioridade penal (IPEA, 2015, p. 26).

No entanto, constata-se o aumento da violência, e de crimes considerados hediondos, contra crianças e adolescentes, um verdadeiro cenário de guerra travado em ampla parte polícia,

¹⁰ Em 2016, segundo o último levantamento do Sinase, o número de incluídos no sistema caiu de 26.868, em 2015, para 26.450, em 2016. Essa foi a primeira queda desde 2009, quando teve início a série histórica do levantamento.

¹¹ No campo jurídico os crimes hediondos são: homicídio qualificado, homicídio praticado por grupo de extermínio, lesão corporal gravíssima ou seguida de morte contra policiais no exercício da função ou em decorrência dela, feminicídio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, latrocínio, estupro, estupro de vulnerável, epidemia com resultado de morte, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, genocídio e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Além disso, há os crimes que são, por lei, equiparados aos crimes hediondos – o tráfico ilícito de entorpecentes, a tortura e o terrorismo (ref CNJ).

¹² Proposta de emenda constitucional 33/2012, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

para a qual o *menor* figura como inimigo ou como dano colateral (Broide & Sato). Entre os anos de 2001 e 2016, o estado de São Paulo apresentou redução de 65% no número de vítimas de homicídio doloso, passando de 12.475 mortes em 2001 para 4.377 em 2016.¹³ Essa redução notável não se traduziu na diminuição das mortes em decorrência de intervenções das Polícias Civil e Militar, que passaram de 605 vítimas em 2001 para 856 em 2016, um incremento de 42% (**Brasil, 2016**, p. 72). Verifica-se uma relação inversamente proporcional entre a população e as vítimas de homicídios praticados por policiais: enquanto os brancos representam 63,1% da população paulista, 30% dessa parcela é vítima da ação policial; já os negros, que representam 36,9% do total do Estado, são 66,5% das vítimas (**Brasil, 2016**, p. 80). Em relação à idade das vítimas, os mortos em ações policiais são consideravelmente mais jovens que as vítimas de homicídio doloso no estado de São Paulo. Segundo o Atlas da Violência de 2018, no ano de 2016 foram assassinadas no Brasil 62.517 pessoas, das quais 33.590 eram jovens. No estado de São Paulo foram mortas 4.870 pessoas, sendo 2.017 jovens. Segundo os números apresentados no Atlas, “os homicídios respondem por 56,5% da causa de óbito de homens entre 15 a 19 anos” (IPEA, 2018, p. 4). Essas mesmas estatísticas podem ser verificadas em outros estudos realizados no mesmo período de tempo (Nunes, 2018; secretaria direitos humanos, 2015, Soares,) sobre a violência policial e a violência de Estado caracterizando um verdadeiro genocídio da juventude negra,¹⁴ embora só recentemente venha sendo nomeado por movimentos sociais como tal.

Em 2020, em plena pandemia de Covid-19, quando ironicamente se comemorou o aniversário de 30 anos do ECA, essa associação em torno do *menor* não poderia ter sido atualizada e escancarada de maneira mais perversa e com consequências mais letais: a defesa por governantes, sob aplausos de empresários, do trabalho infantil e de uma diminuição no corte etário para sua proibição;¹⁵ a intensificação e face mais absurda da burocratização que

¹³ Destaca-se que há uma defasagem nas produções desses dados.

¹⁴ A pesquisa sobre juventude e violência realizada em 2015 pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo aponta que, apesar de os homicídios no estado de São Paulo terem diminuído na última década, as mortes em decorrência da ação policial aumentaram: são hoje uma das principais causas de mortes no município de São Paulo. Outro fator que a pesquisa destaca é que, considerando a alta proporção de mortos em decorrência de ação policial sobre o total de mortes violentas existentes em São Paulo (aferido nas diversas fontes consultadas), seria esperado haver um número ainda maior de feridos. Como o Atlas (Brasil, 2016), essa pesquisa também aponta como os mortos por violência policial têm um perfil definido: jovens (85%), com maior incidência até os 19 anos (43%); negros (64%), com incidência 2,75 vezes maior do que entre brancos. Aponta ainda que as mortes ocorrem em bairros distantes do centro da cidade. Ver também, a título de exemplo de como essa tendência se mantém em outras cidades, o *Relatório Final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência – “Cada Vida Importa”* (2016), que apresenta informações minuciosas a respeito do tema. Disponível em https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf. Acessado em 20 de Maio de 2020.

¹⁵ Carta Capital. (2020, 26 de agosto). Bolsonaro defende trabalho infantil sob aplausos de empresários. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-defende-trabalho-infantil-sob-aplausos-de-empresarios/>.

predomina no sistema de justiça, inclusive na Vara da Infância e Adolescência, expressa na imposição e exigência de medidas socioeducativas aplicadas com ainda maior rigor¹⁶ em um momento de exceção; o aumento expressivo de mortes de crianças e jovens por violência policial, no momento em que a morte já ronda a ameaça do vírus, amplificada pelas inúmeras e funestas consequências da precarização do trabalho e da falta de acesso a direitos básicos, como moradia, saneamento básico, entre outros tantos.

Em meio a esse cenário, não causa espanto o fato de a própria Secretaria Nacional da Juventude propor a votação, com aprovação pela maioria, da proposta de emenda à Constituição (PEC) 32/2019 que estabelece a responsabilidade penal aos maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade na hipótese de cometimento de crimes previstos na legislação e, em se tratando de crimes definidos como hediondos, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, organização criminosa e associação criminosa, a partir de 14 (quatorze) anos de idade. Indigna, mas tampouco surpreende, o fato de a redução da maioridade penal, que conta com amplo apoio popular, estar sendo agenciada novamente como cortina de fumaça para desviar o foco do absurdo cotidiano da gestão da pandemia e como bandeira de promoção de um político¹⁷ que, ironicamente, defende o aumento de punição para os outros para desviar o foco da investigação criminal na qual está envolvido e pela qual não pretende se responsabilizar.

Os eventos noticiados nos textos indicados acima, que constituem apenas uma pequena amostra da arbitrariedade na aplicação da lei e dos efeitos do histórico não superado, mas agravado, de desigualdade social constituinte e constituída do e no Brasil, apontam que são

¹⁶ Embora esteja preconizado no ECA e Sinase que toda medida socioeducativa, seja ela de Internação, Semi-Liberdade, Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), seja realizada de acordo com um Plano Individual de Atendimento (PIA), construído de forma singular a partir da escuta e em diálogo com o adolescente, garantindo o caráter socioeducativo como resposta ao ato infracional, sua elaboração é desafiadora, uma vez que propõe conciliar e garantir o inconciliável: os critérios dos técnicos pautados nas diretrizes do ECA e do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o cumprimento de requisitos como matrícula, frequência e bom aproveitamento escolar e registro em atividade profissional formal exigido arbitrariamente pelo judiciário e, quando podem se pronunciar e são reconhecidos, seja pela fala ou pela sua ausência nos serviços, os sonhos e o desejo dos adolescentes. O judiciário tem exigido um mesmo “pacote” de ações como critério de cumprimento da medida socioeducativa: documentação completa; curso profissionalizante; atividade profissional (que possa fornecer documentação comprovativa), além do cumprimento das horas de trabalho em prestação de serviço à comunidade (PSC) e da frequência e participação nos atendimentos realizados pelos serviços de medidas socioeducativas. As exigências mudam e são aplicadas arbitrariamente, à revelia do parecer dos técnicos ou da fala dos adolescentes em relação à responsabilização pelo ato infracional. Ao longo da pandemia, as metas impostas aos adolescentes têm sido exigidas com maior rigidez, a despeito da impossibilidade de realizá-las, dada a emergência atual. A título de exemplo, tem sido exigido um grande número de horas de PSC, ao mesmo tempo que os equipamentos públicos que recebem os adolescentes para essa medida têm atuado sob a determinação de funcionar com equipe reduzida e não podem, portanto, recebê-los. Para mais referências sobre como as políticas socioeducativas e as medidas socioeducativas têm sido implementadas, ver Bertol (2019), Broide e Sato (2019) e Rizzini, Sposati & Oliveira (2019).

¹⁷ O proponente da votação é o senador Flávio Bolsonaro, que está sendo investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) sobre um esquema de desvio de recursos (nomeado de “rachadinhas”) durante seu mandato como deputado estadual no Rio de Janeiro.

conferidas condições desiguais aos indivíduos no acesso a direitos, na forma como são reconhecidos e podem se reconhecer no que é apresentado enquanto lei e também a partir do quê e em nome de quê o indivíduo é demandado a responder, ou se submeter, como *maior*. Cappi (2017) e Sposato (2008), ambos juristas e pesquisadores que se debruçaram sobre essa questão, se perguntam: em um cenário social tão desigual, como é possível falar em *maioridade*? Se o Estado disponibiliza elementos desiguais, pode exigir responsabilidade pelo comportamento antinormativo?

Cappi (2017, p. 49) continua o questionamento e aponta que há no Brasil uma defasagem de amplitude imensurável entre as mudanças projetadas por meio da afirmação de princípios e da produção de normas jurídicas e sua implementação. O contexto brasileiro é localizado pelo autor em relação à história de outros países da América Latina, mostrando-se atravessada pela colonização, por golpes, ditaduras e governos autoritários e também por sua recente e periclitante trajetória na implementação da democracia. O professor aponta como as reformas legislativas, ao longo do processo de transição democrática, foram implementadas apenas parcialmente, de forma que não se consolidou um sistema penal em que os direitos fundamentais fossem assegurados, mas sim um cenário no qual “os abusos de poder são endêmicos e a tortura é praticada em grande escala dentro do sistema, acompanhada, ainda, de uma significativa inércia estatal nesse aspecto” (Cappi, 2017, p. 49). O’Donnel (2000, como citado por Cappi, 2017) afirma:

Na América Latina, há uma longa tradição segundo a qual se ignora a lei ou, quando aplicada, ela é deformada para ser favorável aos poderosos ou conter os fracos (...). Em primeiro lugar, respeitar voluntariamente a lei é uma coisa que somente os imbecis fazem; e, em segundo lugar, sujeitar-se à lei não significa praticamente ser portador de direitos, mas constitui um sinal de fraqueza social (p. 49).

Dunker (2015b) discute as incidências dessa perversão das leis na organização e nas transformações das relações entre o público e privado no Brasil contemporâneo. O psicanalista toma o condomínio como metáfora da criação de muros, concretos ou não, como estratégia para lidar com conflitos e tensões, interpretados em sua concretude, como realidade objetiva. É uma tentativa de deixar do lado de fora os que constituem uma ameaça e julgar-se entre iguais e, portanto, protegido – da violência física, das contradições, do “mal”, dos que não são “gente de bem”, dos que são outros totalmente distintos –, como se fosse possível distinguir uma comunidade da outra e eliminar o conflito, as contradições, o mal-estar. Do lado de dentro, as relações passam a ser mediadas por códigos de conduta e conjuntos de normativas, como se fossem um Estado próprio e atomizado, com as próprias leis para os de dentro.

A lei aqui passa a ter um sentido instrumental, inflacionado do ponto de vista imaginário e esvaziada do ponto de vista simbólico, na medida em que se criam tantas regras quantas forem os comportamentos irregulares, que não cessam de acontecer, uma vez que ela nada significa como mediação do mal-estar. Tal como um bicho de sete cabeças, ao se quebrar uma regra, outras novas surgem quase que imediatamente para substituí-las, num movimento incessante que causa sofrimento, embora aconteça sob a pretensão de exterminá-lo ao mantê-lo do lado “de fora”. Se há consenso, é sobre o que fica do outro lado do muro: os inimigos. Aos de dentro, as regras que interessarem, aos de fora, todas as outras ou, como diz o ditado, “aos amigos tudo, aos inimigos, a lei”. Talvez caiba ainda mais uma reformulação: “aos diferenciados, como eu, tudo, aos outros, diferentes, a lei”.

Esquece-se que o inimigo é duplamente interno. Em primeiro lugar, porque uma comunidade depende da outra e, nesse intrincado jogo de dependências, ninguém consegue declarar a própria autossuficiência, muito embora os ideais neoliberais e sua versão de autonomia divulguem o contrário. Em segundo, e aqui cabe uma importante contribuição da psicanálise desde seus primórdios, o inimigo é esse outro do qual nunca escapamos, pois nos constitui como sujeito: o mal-estar e o conflito são condição inerente à subjetividade, o inconsciente faz furo no mais consistente dos muros; a linguagem, atravessa-a. Acreditar-se a salvo das contradições e dos efeitos dos conflitos sociais ao delimitar um inimigo concreto não passa de uma “canção para ninar gente grande” e acachapar subjetividades.

A partir deste breve percurso, podem-se entrever as dificuldades nas tentativas de definir a *maioridade*, considerando a complexidade e a amplitude dos temas com a qual aparece relacionada. Afinal, como determinar e comprovar os indicativos de plena capacidade de ação, maturidade intelectual e física, vontade válida, capacidade jurídica, culpabilidade, responsabilidade, participação social, liberdade de vontade, liberdade individual, entre outros utilizados? Quem ou quais campos de saber podem denominar as condições para que a *maioridade* seja atingida e qual a autonomia possível em relação à lei? Em que medida a *maioridade* é determinada pela lei e quanto é um processo do sujeito? Pode-se pensá-la por fronteiras fixas, ou por litorais com margens transitórias? Quais condições discursivas, portanto do laço social, para que seja possível falar em *maioridade*?

Maioridades e idades

Em meio à pluralidade de significados e de campos perpassados pela discussão sobre a *maioridade*, chamou minha atenção, nas ocasiões em que identifiquei a *maioridade* como

objeto de pesquisa, o modo como os interlocutores associavam instantaneamente o significante *maioridade* ao debate da redução da maioridade penal e, conseqüentemente, aos adolescentes em conflito com a lei ou cumprindo medidas socioeducativas.

Em uma pesquisa preliminar em um banco de periódicos científicos, essa correlação se mantém de forma semelhante: a palavra-chave “maioridade” aparece fundamentalmente em produções sobre redução da maioridade penal, trabalho em medidas socioeducativas, jovens em conflito com a lei e desacolhimento de adolescentes dos serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica) por maioridade, ou seja, pesquisas em torno daqueles que são reconhecidos muitas vezes pela denominação *menor*. Por *menor* não se identifica apenas os que não alcançaram 18 anos, mas sim e mais comumente aqueles que, além de menores de idade, são historicamente considerados em situação irregular¹⁸ – crianças e adolescentes pobres e negros –, tomados como objeto da intervenção do Estado, deslizando entre serem considerados carentes “em perigo”, como os que se encontram acolhidos, ou infratores “perigosos” (Rizzini, 2008), como os adolescentes em conflito com a lei. A discussão da maioridade, portanto, tem sido mobilizada em relação aos que estão sob o estigma (Goffman, 1981) de *menores* e não a todos indivíduos que são de *menor* idade.

É possível extrair dessas associações algumas proposições bastante significativas sobre como a discussão tem ocorrido: a circunscrição do conceito de *maioridade* ao debate da redução da maioridade penal; a naturalização da *maioridade* e da *minoridade* como categorias exclusivamente jurídicas; a redução da *maioridade* à idade de imputabilidade; a idade como indicador de desenvolvimento e critério de fronteira entre a *minoridade* e a *maioridade*; a aplicação e a discussão da lei, reduzida à burocratização dos seus procedimentos e processos e, por fim, a permanência do *menor* no centro desse debate, que concatena a discussão da maioridade penal com uma demanda de intervenção do Estado sobre esse personagem inventado, classificado e caracterizado como ameaça pública e representante máximo da infâmia e da violência – superexposto como manchete midiática, legitimado pelo direito e referendado como intratável pela psicologia e psiquiatria (Rosa & Vicentim, 2010).

Nesse contexto, apresentam-se três pontos emergentes desses diferentes campos que convergem no conceito de *maioridade* e que serão problematizados ao longo deste trabalho: a idade e o conceito de desenvolvimento e seu agenciamento na definição do par *minoridade* e *maioridade*, o estigma do *menor* como signo da *minoridade* e a discussão sobre a sua *maioridade* e a despolitização do significante *maioridade* e sua transformação em habilidades

¹⁸ Termo popularizado pela segunda versão do Código de Menores de 1979 (Brasil, 1979).

e competências para instrumentalizar o sujeito e responsabilizá-lo individualmente. A partir da psicanálise, incluo mais um, sem o qual considero não ser possível avançar na discussão sobre as associações imediatas entre *maioridade* e redução da idade de imputabilidade: o sujeito e sua posição, justamente o que subverte as determinações morais e abarca a singularidade de uma ética.

O primeiro ponto é a correlação apontada entre *minoridade* e idade. Embora seja impossível desconsiderar a relação entre ambas, ao identificar *minoridade* exclusivamente da partir da delimitação etária, promove-se sua associação com uma fase da vida (infância, adolescência, juventude etc.), naturalizando-a, portanto, como parte normal de um desenvolvimento ideal. Tanto o maior, como meta a ser atingida pelos considerados menores, quanto o adulto, como produto do desenvolvimento da criança, ficam como regra – e, a partir desse sentido ideal de transformação, justificam-se intervenções e criações de dispositivo e saberes com o objetivo de reger, vigiar e avaliar (Donzelot, 1986; Vianna, 1999; Rizzini, 2008). Pela via da normatividade e da regularidade, entretanto, o que se encontra é justamente a exceção da regra, o desvio da média ou o diferente do ideal. Cabe questionar se são as regras que delimitam as exceções, ou se é justamente o movimento de classificar e criar condições discricionárias para determiná-las que aponta para uma regra que nunca determinamos ao certo e que, justamente por isso, torna-se inquestionável (Canguilhem, 2002). Dar consistência ao limite etário, nesse sentido, facilita incorrer no risco de ignorar o quanto a norma e suas demarcações são substancialmente mais imprecisas e contraditórias do que aparentam em sua aplicação prática e nas formulações dos textos jurídicos, e de aceitá-las sem debate ou contestações.

A querela da idade coloca o *menor* e a criança como homólogos em relação à ideia de desenvolvimento ao considerá-los dotados de autonomia parcial, porém os distingue nas representações que evocam. Se os discursos sobre a infância e seus efeitos recaem sobre os *menores*, não se pode dizer o oposto. Como apresenta Vianna (2002):

Nesse sentido, a primeira diferença concreta a ser apontada entre os termos é que nem todos os menores são crianças, ou, dizendo de outra forma, que nem todos os que se encontram em condição de menoridade correspondem às representações constituintes da infância. Se esta última, como antropólogos e historiadores têm apontado há anos, não pode ser tomada como universal ou a-temporal, também a menoridade obedece a variações semelhantes. Aqueles que estão nessa condição não o estão por características intrínsecas e imutáveis, mas sim por enquadrarem-se em certas concepções sobre as possibilidades de participação em um dado universo social e, em especial, pela posição que ocupam em relações variadas de autoridade. Nesses termos, se contemporaneamente menores e crianças são coincidentes e, mais que isso, se **crianças correspondem à imagem melhor**

acabada do que sejam menores, isso se dá pela convergência entre as representações que compõem e traduzem tais condições/relações (p. 6-7. Grifo nosso).

Há nessa citação um ponto que considero preciso e precioso: a injunção da *minoridade* como demarcador etário e da *minoridade* como a condição que reconhece indivíduos de forma diferenciada em relação ao acesso a direitos e deveres e os unifica em um mesmo objeto, os *menores*. É essa dupla incidência da condição de *minoridade*, para onde convergem os atributos conferidos à infância e os que precisam ser tutelados, que torna a criança “a imagem melhor acabada do que sejam *menores*”: duplamente marcada pela posição de objeto de estudo, de avaliação e de controle.

É notável o volume de produções nas áreas de Psicologia, Psicanálise, Educação e Sociologia que, desde o século XIX, buscam definir e endereçar as especificidades da infância e da adolescência, os direitos das crianças e adolescentes e o processo social e histórico de construção dessas categorias. Dada sua presença massiva em cursos de formação, merece destaque a produção de Ariès (1981), que traça uma história das idades, na medida em que apresenta a infância como realidade ideológica e um constructo da modernidade, e questiona a perspectiva que se tinha até então da infância como etapa natural da vida. O que se chama de infância, e também o que se apresenta como desenvolvimento, não pode ser descontextualizado de sua época como categoria universal e natural.

A psicanálise, nessa visada, traz uma importante contribuição, ao tomar como sujeito, o sujeito do inconsciente e, como tal, desconhece idade, cronologia ou fase de vida (Freud, 1996), fazendo suas passagens conforme se posiciona, embora nunca fora de seu tempo, da trama da linguagem que o constitui e é constituída por ele.

Nessa desconstrução, na qual passamos da transição de fases de vida para pensar a posição do sujeito frente ao que não cessa, reduzi-lo às características atribuídas a uma fase de vida ou pensar em termos de bebê, adolescente, jovem ou adulto como aquisição de competências e desenvolvimento progressivo de habilidades tampouco faz sentido, a não ser como uma produção discursiva que engendra os ideais do saber hegemônico de uma época e seus efeitos. A *minoridade* – a crueldade, a falta de discernimento e a possibilidade de interpretar, a alienação massiva ao Outro e a propensão à servidão voluntária e terceirização de si – não se relaciona com a idade e sim com o infantil, como o irreduzível da estrutura do sujeito e do inconsciente (Pacheco, 2012). Nesse sentido, a idade pouco ajuda a julgar quem deve ou pode responder pela lei dos adultos, ou deve ser considerado pela lei das crianças.

Considerando essas questões, optei por não tratar a passagem à *maioridade* como correlata ao processo adolescente. Embora diversos psicanalistas tenham trabalhado o tema da adolescência como processo desvinculado da idade, tratando a passagem à vida adulta como um tempo de “moratória” (Calligaris, 2000), uma transição que demarca uma passagem que não se limita à puberdade (Alberti, 1996), ou como processo que demarca a passagem da cena familiar para a social (Rosa, 2002), penso que o significante “adolescência” contribui para manter a discussão da *maioridade* no campo de debate sobre crianças e adolescentes e facilmente remete ao desenvolvimento como processo natural da vida.

Outra razão para dissociar “adulto” e *maioridade* é justamente o que toca à figura do *menor* e que desmonta a objetividade da idade, uma vez que estas não são consideradas igualmente nos diferentes estratos sociais: o clamor pela redução da maioridade penal, que, associada ao adolescente de periferia, contrapõe-se à adolescência estendida e a uma responsabilidade sempre adiada, promovida para classes sociais mais abastadas.

Em relação a essa discussão, portanto, cabe recuperar sua atualidade e reconhecer sua urgência: a construção histórica do *menor*, enquanto inimigo interno, personificação do mal e ameaça maior, e a estruturação da *minoridade* enquanto instrumento de subordinação, assujeitamento e controle social através da tutela. Apresenta-se aqui um percurso pelos instrumentos e registros do campo policial e jurídico que identificam e criam os *menores*, propondo-se uma leitura diferente da que habitualmente se encontra, a do campo dos direitos e políticas de atenção voltadas a crianças e adolescentes e suas especificidades, para localizar e discutir as premissas que sustentam os de menor idade, mas também outros grupos, a tutela como controle.

Um segundo ponto suscitado pela exposição de Vianna (2002, p. 6-7) é a persistência da força estigmatizante da qual o significante *menor* ainda é portador, como sinalizado acima, mesmo com os esforços realizados por movimentos sociais e produções acadêmicas que resultaram na elaboração do ECA e por políticas públicas criadas a partir deste.

A eleição do *menor* como ameaça pública personifica o medo no adolescente negro e pobre e promove o discurso de que, uma vez nomeado e localizado, o mal-estar (Freud) poderá ser eliminado. A delimitação de um inimigo comum suprime a discussão das reais causas da violência no Brasil ao circunscrevê-la como culpa de alguns (Safatle, 2018; Dunker 2015a e 2015b; Sposato, 2008). Ao aprisionar o sujeito em amontoados de massa humana determinados pelas supostas especificidades que os distinguem dos outros, como no caso dos *menores*, a discussão exclui tanto as singularidades dos indivíduos, quanto a condição humana que compartilhamos. A proposta de intensificar a punição aos *menores* aponta para nossa

minoridade política, dada a tentativa de solucionar a ameaça que paira sobre a fragilidade, a assimetria e a incompletude estruturais dos laços que nos unem, ao nomear alguns como *menores*, distingui-los dos outros, não-menores, e classificá-los como perigosos.

Reduzir a discussão da *maioridade* ao *menor*, o adolescente, particulariza e delimita a questão ao campo da infância como desenvolvimento natural e universal e despolitiza a discussão, ao esvaziar a intrincada rede de relações e poderes que perpetuam a tutela e seus objetos. Nesse sentido, Vianna (1999 e 2002) esforça-se para distinguir infância, idade e o *menor* da *minoridade* como uma forma de relação de dominação que delimita a participação social.

No Brasil, a influência da psiquiatria se fez sentir em um contexto no qual o país buscava se emancipar, sair da menoridade, e ser reconhecido como nação, de forma que se estabelece um aparato médico-jurídico-assistencial com funções de prevenção (vigiar a criança), educação (moldá-lo, moraliza-lo), recuperação (reeducar o menor) e repressão (conter o menor delinquente) voltadas ao *menor* e suas famílias, demarcando a substituição do pátrio poder pela vigilância do poder do Estado (Rizzini, 2008). Consolidada como mecanismo de dominação, a *minoridade* consiste em um sistema que organiza essas diferenças e permite que alguns sejam reconhecidos como pessoas - proprietários de suas vidas, portadores de direitos e merecedores da proteção do Estado - e outros degradados a condição de coisas, objetos que precisam ser controlados, tratados e aniquilados. Por essa perspectiva, é preciso ampliar o olhar dos adolescentes como emblema do *menor*, para outros que se encontram em posição similar em reconhecimento. Assim, considero que é preciso ampliar o olhar dos adolescentes como emblema do *menor*, para outros que se encontram em posição similar em reconhecimento.

Interroga-se se, nessa lógica, atingida a mudança de status legal a partir da idade, seja ela qual for, é possível pensar a *maioridade* para os que estão sob o peso de uma dupla *minoridade*, como *infans* – aquele que não fala – e como o *menor* – aquele que deve ser controlado e não escutado, determinado por sua origem e condição social? Serão os *menores* considerados *maiores*, uma vez que seguiriam expostos às predicções sociais que os caracterizaram como *menores* e reconhecidos como tais? Seguiriam *maiores* em idade, mas *menores* no reconhecimento? Ou ainda seriam considerados *não-menores*: insuficientemente autônomos para serem considerados *maiores*, mas também *não-menores* imputáveis?

Nessa esteira, um terceiro ponto suscitado pelas considerações de Vianna (2002, p. 6-7) se relaciona às formas de relação do indivíduo com a autoridade, os códigos legais e as interdições morais e a como têm sido traduzidas como aquisição de habilidades e capacidades,

velando como os lugares discursivos que possibilitem responsabilidade, como uma resposta do sujeito.

A função do Estado e as formas de governo, bastante debatidas por diversos campos de conhecimento ao longo da história, apresenta o campo do direito ora em sua função de civilizar o homem, garantindo a paz, ora como facilitador – e não detentor – do alcance do bem comum a partir do princípio da justiça. O chamado “bem comum”, como direção e objetivo, também não tem significado unívoco, aparecendo atravessado pelo que se designa como coletivo em diferentes culturas, por formas de organização política e gestão econômica e também pelo que é demandado ao indivíduo. Uma perspectiva, a partir dessa definição, seria compreender a *maioridade* por um viés estritamente contratualista, como um conjunto de normativas a seguir e deveres a obedecer para que o indivíduo receba, em troca, seus direitos assegurados pelo Estado. Nessa visada, ao *maior* caberia decidir apenas como cumprir ou descumprir os ditames previstos e receber seu benefício ou castigo em relação a suas ações. Outra possibilidade seria pensar que o Estado, assim como suas leis, é uma construção histórica e, portanto, instituída a partir de interesses de alguns grupos em detrimento de outros, também passível de ser questionada, modificada, subvertida.

Conceber a passagem à maioria como fronteira legal comum a todos, como “sujeitos de direitos” e cidadãos, consiste em tomar as leis em sua inclinação universalista e supostamente neutra. Supostamente, porque a formulação da lei que determina direitos é empregada para benefício próprio de alguns – os mais abastados economicamente – e a partir das leituras que lhes forem convenientes, enquanto outros são considerados imputáveis de saída e devem sempre pagar por ela.

Quando as contradições sociais são retiradas, a discussão da lei e as cobranças de transformação recaem sobre os indivíduos. Os códigos legais e o Estado, como seu representante maior, passam a corroborar a narrativa meritocrática segundo a qual o acesso a direitos, o reconhecimento pela lei e a possibilidade de ascender socialmente dependem apenas do indivíduo e de sua capacidade, uma vez que seriam ofertados a todos igualmente. Esse discurso faz o peso da desigualdade social recair sobre o indivíduo e sua “força de vontade”, possibilitando também a utilização arbitrária e, tantas vezes, perversa da lei.

Assim, relembro que responsabilidade, autonomia e emancipação, bem como outros significantes que aparecem juntos, como protagonismo e independência, podem ser compreendidos como ideais amplamente promovidos pelo neoliberalismo em torno de uma ideia de autossuficiência. Nessa perspectiva, a passagem para a *maioridade* pode ser resumida à aquisição de habilidades e competências que possibilitem ao sujeito ter sucesso no mercado

e prescindir totalmente do outro, no sentido de que a felicidade, a liberdade e o viver bem seriam capacidades dependentes unicamente do indivíduo, que se vê perante imperativos que apontam que deve “vencer sozinho”, “fazer por si mesmo” e que é ele próprio “o único obstáculo para não atingir o sucesso”.

Um bom exemplo de como discursividades que apontam para uma emancipação podem subsidiar práticas instrumentalizantes e individualistas é a ideia de protagonismo juvenil e o modo como tem sido empregada. Como objetivo enunciado, tais práticas e produções visam emancipar o jovem e promover autonomia, independência e participação social, embora pouco definam ou problematizem esses termos, que, por aparecerem como ideais universais, são apresentados como inquestionáveis. Como analisa Souza (2006), não acrescentam ou aprofundam, apenas reiteram as mesmas prescrições sobre o mesmo tipo de relação entre indivíduo e sociedade; não produzem novas propostas e noções, apenas atualizam as anteriores sob roupagem adequada às relações de força existentes: os enunciados se perpetuam na mesma função ao afirmar uma unidade particular da realidade, reduzindo-a ao princípio da ação individual. Afinal, fazer atividades dentro do que é proposto não convida o sujeito a uma situação na qual pode de fato protagonizar um ato autêntico, e sim reproduzi proposições já estabelecidas de antemão.

Tal modelo participação e de cidadania redundante, não na emancipação ou na “reinvenção da política”, mas na sua anulação, pois se reduz a cumprir atividades e corresponder a propostas, em vez de estimular a deliberação ou a participação no poder: “A política é anulada, de um lado, pela adoção da atividade ou do *fazer* coisas como forma de participação, e de outro, pelo próprio discurso” (Souza, 2006, p. 246). O discurso que se diz libertário, que promove direitos, protagonismos, apresenta-se como se “fosse a voz do próprio real e não como um discurso sobre o social. Assim, não abre a possibilidade para a palavra transgressora, essencial na luta política” (Souza, 2006, p. 246).

Pode-se substituir o discurso sobre protagonismo juvenil por outras propostas de emancipação de grupos da população (mulheres, índios etc.), de superação de desigualdades sociais e, também, de redução e adequação da maioridade penal – o qual se afirma, como será apresentado, numa suposta mudança que reconhece as capacidades do indivíduo e busca responsabilizá-lo pelo seu lugar, ao mesmo tempo que o perpetua. Aqui é necessário olhar para o que está além das palavras, para como se engendram os lugares que definem e organizam a participação e a circulação da fala e para quanto estas se articulam como atividades previstas (com critérios de meios e fins) pelos termos do discurso (se adaptar, se educar, se desenvolver etc.), tendo caráter essencialmente instrumental ou possibilitando um posicionamento crítico,

mesmo que ao preço da ruptura do discurso hegemônico. Ou seja, não conseguimos pensar a *maioridade* reduzindo-a ao tratamento que tem recebido nos assuntos políticos ou com base em capacidades adquiridas ou não, mas é possível derivar desses conteúdos os ideais com as quais aparece vinculada e as questões políticas que a atravessam.

Considero que só há como pensar em passagem ou transformação se for considerada a posição do sujeito no laço social e em relação a seu ato, ou seja, se ele se apropriar das normativas, ideais, significações produzidas por esses tantos campos – direito, medicina, pediatria, psicologia etc. – e fizer delas um enigma a ser decifrado no que o concerne e a partir do qual pode se posicionar. O sujeito para a psicanálise é aquele marcado por uma falta estrutural e que se caracteriza pela sua condição evanescente. Ou seja, por ser justamente o elemento que se subtrai a toda tentativa de apreensão, coloca de saída um impossível, que faz rachadura em todas as tentativas de sutura intentadas pelos campos discursivos: na medida em que, pode-se dizer, ele já não é.

A forma como o sujeito se localiza entre a autoridade e a responsabilidade, entre o Outro e os outros, seus semelhantes, e diante de seu desejo se relaciona com os ideais e as exigências particulares de cada cultura, com o papel e a concepção de autoridade atribuída ao e pelo Estado e às instituições sociais, com os contornos do que é considerado público e privado e ainda como as formas existentes de participação. Se passar dos 17 para os 18 anos significa, independentemente de qualquer escolha ou ação do sujeito, cruzar uma fronteira com consequências irrevogáveis no campo legal, a travessia da soleira da maioridade não se faz também sem um trabalho subjetivo e sem responder, mesmo que nunca o resolva de todo, o impasse da imparidade entre a demanda do Outro e o desejo de cada um, entre o que é comum e a diferença ímpar, marca da singularidade do sujeito.

Ou seja, a forma como o sujeito é reconhecido e falado e os lugares sociais que lhe são as posições ofertadas nos discursos – criança, adulto, *menor*, *maior* etc. – influenciam o modo como pode se perceber e se posicionar em relação ao que essas identificações tendem a querer determinar ao confiná-lo a uma categoria discricionária e também aos destinos que se pode dar a elas. Ou seja, a *maioridade* interessa na medida em que o sujeito interroga-se sobre ela e se propõe a associar, nesse percurso cuja entrada se pode mapear, sua questão como enigma, e sua saída, depois que sair.

O caso de Leonardo, apresentado no início deste trabalho, é exemplar dessas questões. Se, da Lua à Terra, como diz, há, por um lado, uma fronteira evidente, que não se pode cruzar sem sentir a gravidade, por outro, há uma soleira, muito menos objetivável, entre ser lunático ou terráqueo. Essa passagem só pode ser narrada pelo sujeito na medida em que este a transpõe

em um tempo *après-coup*, localizando sua posição em relação à órbita dos astros, e em que pode transmiti-la: somente ao se dizer terráqueo, ao criar essa diferença, pode olhar para quem está identificado à lua, à Febem e também aos dizeres da técnica e do juiz.

Um impasse se produz quando Leonardo toma a determinação que chega do judiciário, como questão ética: Em nome do que responder? Corresponder ao que dele é demandado, implica em antecipar sua saída, ao preço de se sujeitar aos ditames nos quais não se reconhece e viver as consequências de uma alcunha e sentença da qual não se sente merecedor. Sustentar sua fala, implica se arriscar - sem garantia de escuta e sem previsão de saída, mas saber-se autor de sua escolha e sua história.

Pensar a maioria como responsabilidade implica pensar nos elementos pelos quais um sujeito pode responder e em seus atos, ou seja, a partir de que posição pode lidar com a lei, a do código e a do desejo, pela qual os laços com o outro se organizam. Responder pelos atos, como aponta Dunker (2015a), é sobretudo uma “função da linguagem que presume a existência de perguntas. Responder não é só pagar, mas também assumir e impor consequências” (p.65). Exige, portanto que nos debrucemos sobre o que é lei e o que faz com que seja obedecida e possa ser criada, ou ainda que façamos a reflexão sobre o que sustenta a civilização, pela qual um sujeito pode se responsabilizar como cidadão. Inclui também discutir o que estamos chamando de liberdade, ou seja, investigar como o desejo se articula com o Outro, o que define o equilíbrio nas relações com os outros e os limites aos quais o sujeito deve se submeter.

Nesse sentido, retomo: como e por quais pressupostos é possível falar em *maioridade*? Por quais meios o sujeito está sendo convocado a responder em uma *maioridade* brasileira, ou uma *maioridade* à brasileira? É essencial compreender como o conceito de *maioridade* vem sendo agenciado nos conflitos sociais para justificar escolhas políticas e perpetuar as desigualdades sociais históricas, bem como indagar sobre o que se transmite nos discursos para além das palavras, que aponta justamente como o sujeito vai responder no laço social. Nesse sentido, propõe-se caminhar pelas respostas possíveis do sujeito – onde sua voz pode se fazer ouvir e onde sua presença pode ser reconhecida entre outros – em relação à questão da *maioridade* e seus muitos predicativos de capacidade ou agenciamentos incapacitantes. Assim, na maioria, pelo que responde o sujeito?

Não é possível responder totalmente a nenhuma dessas questões sem incorrer nas críticas que fazemos sobre os reducionismos que visam sanar – ou talvez obliterar? – as questões suscitadas pela discussão sobre a maioria como condição. Mas, se não é possível resolver, também não é preciso ficar sem saída, condenado à impotência ou limitado ao que é expresso nessas associações, que, longe de serem livres, se encontram em curto-circuito.

Minnicelli (1999) conta que a *minoridade*, significante que por tantas vezes se mistura com minoria, também é desdenhosamente chamada por alguns cidadãos na Argentina de “minorancia”:

Se me permitem brincar com este termo, poderíamos dizer "menor (ig)norância" ou a "ignorância do menor" ou "o menor ignorado"... Também surge na associação "mi (ig)norância" sobre o tema "menoridade", a objeção apresentada diante da nomeação de profissionais e técnicos que integram a equipe - até mesmo funcionários - por não ter "experiência em menoridade" (p. 58)

Nesse chiste, em que aponta as associações que podem ser escutadas entre menoridade, minoria, norma e ignorância, a psicanalista aponta a importância de reposicionar o lugar da pergunta e da ignorância, justamente como posição de onde se pode operar quando, sobre os *menores*, “todos sabem demais. Nada se ignora sobre elas. Seus prontuários sabem e falam sobre eles.” (Minnicelli, 1999, p. 59). A pergunta interpela o que aparece em sua obviedade como certeza e revela a lógica absurda, que aparece como natural, na qual instituições e procedimentos eclipsam sujeitos e esmagam subjetividades sob marcos normativos, burocráticos, ideológicos do “sistema”, representado por cada uma das instâncias institucionais que intervêm e se destinam a protegê-los, sem, no entanto, ofertar um lugar que não seja o da permanência como *menor* – tutelado, de autonomia parcial e sob avaliação, controle e vigília de alguma instância estatal – independente da idade que venha ter.

Nessa visada, é preciso não saber sobre o *menor* para se questionar sobre a *maioridade* e recolocar o que se apresenta como palavra gasta, esvaziada, planificada em sua complexidade de possibilidades e furos. Assim, para dar movimento é preciso revisitar as perguntas e suas premissas e reinaugurá-las, afinal:

Quando o problema é apresentado nesses termos, é evidente que não há saída; ficamos presos num eterno círculo vicioso autoperpetuante. (...) o conflito não pode ser resolvido em seus próprios termos: o único caminho para romper o círculo vicioso passa por um ato que mude as coordenadas do conflito (Zizek, 2003 p. 150).

A tentativa é de partilhar indagações e releituras que possibilitem avançar para além da gramática à qual a *maioridade* vem sendo confinada e naturalizada, mas nunca falada. Seguimos por ela.

No primeiro capítulo, apresento a construção histórica do *menor* infrator, como figura emblemática da *minoridade* e que requer uma resposta e intervenção estatal. Procura-se diferenciar o que fica concatenado sob o signo do *menor*, indivíduo que pode ser contado,

classificado e hierarquizado, da *minoridade* enquanto instrumento relacional de subordinação social através da tutela. A partir desse trajeto, propõe-se revisitar às questões relacionadas ao debate sobre a redução da *maioridade penal* para pensar a que o conceito de *maioridade* tem sido reduzido.

A seguir, no segundo capítulo proponho, examinar, a partir do conceito de desenvolvimento que perpassa as zonas fronteiriças de campos distintos de conhecimento (Direito, Psiquiatria, Pedagogia, Psicologia) e que serve de normativa para o estabelecimento de critérios e elencamento das condições a serem atingidas, necessárias a passagem para a *maioridade*, tal como indicado pelos textos legais. Nesse trajeto, propõe-se uma leitura crítica na medida em que se considera essencial se afastar da idade e do desenvolvimento como processo natural, evidenciando as construções e relações de poder que substancializam poderes discricionários e perpetuam a *menoridade* como condição de desigualdade quanto a participação social e reconhecimento no público. como sujeição que restringe a participação e reconhecimento social. O aporte da psicanálise possibilita avançar em relação à essas questões apontando os efeitos engendrados por esses discursos nos laços sociais, incluindo nesse debate, o sujeito do inconsciente.

Por último, discute-se a *maioridade* como resposta do sujeito no tensionamento entre o particular e o coletivo, entre a autonomia e a heteronomia. Considerando que a *maioridade* implica um reconhecimento do e no público, de um comum, apresenta-se ela como um efeito do posicionamento do sujeito frente as injunções com o Outro. Movimento do qual nem sempre se sabe a determinação: se a pergunta que interpela o sujeito e faz precipitar uma resposta, ou se a resposta ao ser enunciada, que traça, retroativamente, o impasse que a disparou. Por fim, apresenta-se a ideia de passagem, a partir dos ritos e sua função social, para pensar em nome do que a *maioridade* se faz como resposta, a cada um.

Inventário de Emergências Pandêmicas nº 1

a) “2 de Junho”, Adriana Calcanhotto

No país negro e racista

No coração da América Latina

Na cidade do Recife

Terça-feira 2 de junho de dois mil e vinte

Vinte e nove graus Celsius

Céu claro

Sai pra trabalhar a empregada

Mesmo no meio da pandemia

E por isso ela leva pela mão

Miguel, cinco anos

Nome de anjo

Miguel Otávio

Primeiro e único

Trinta e cinco metros de voo

Do nono andar

Cinquenta e nove segundos antes de sua mãe voltar

O destino de Ícaro

O sangue de preto

As asas de ar

No país negro e racista

No coração da América Latina

b) “PMs matam garoto dentro de casa enquanto ele dormia, afirma família”

Mizael Fernandes da Silva, 13 anos, sonhava em ser vaqueiro. Há pouco tempo havia ganhado seu primeiro cavalo, mas não teve a chance sequer de se fotografado com ele. Na madrugada de quarta-feira (1/7), Mizael foi executado por policiais do Cotar (Comando Tático Rural), pertencente à Polícia Militar, coordenada nesta gestão por Camilo Santana (PT), dentro de casa, em Triângulo, no Chorozinho, região metropolitana de Fortaleza.

Vasconcelos, C. (2020, 04 de julho). PMs matam garoto dentro de casa enquanto ele dormia, afirma família. *Ponte*. Recuperado de <https://ponte.org/pms-matam-garoto-dentro-de-casa-enquanto-ele-dormia-afirma-familia/>

c) “Pandemia e falta de políticas públicas isolam jovens da Fundação Casa”

(...) Uma coisa é você observar um grupo que tem coisas a perder, mas alguns jovens não têm mais nada a perder. Então, essa questão da pandemia, do risco da morte, para eles, não é algo tão marcante. Eles sentem a preocupação com os familiares, sentem a distância, porque a visita parou, mas não tem o mesmo peso. Para quem é de um grupo em que a morte é tão presente, o que é ficar doente e morrer de Covid-19, espancamento, bala ou de qualquer ação violenta?

Komukai, D. (2020, 19 de julho). Pandemia e falta de políticas públicas isolam jovens da Fundação Casa. *TAB UOL*. Recuperado de <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/19/pandemia-e-falta-de-politicas-publicas-isola-jovens-da-fundacao-casa.htm>

d) “Os dois lados da moeda”, Maiko Antônio de Paula, 15 anos.

30 anos de criação,
essa lei salvou um tanto de geração
É verdade. Às vezes não.
Fazem 3 décadas que o ECA foi criado
Só que infelizmente, toda moeda, tem seu segundo lado (...)
E desse segundo lado, é a parte mais sofrida
Do que adianta ter todos esses direitos
Se pela cor da sua pele, você perde o direito à vida?

Slam cidadão – 30 anos do ECA

13 de junho de 2020, Araucária – PR

e) Defensor da redução da maioridade penal assume secretaria responsável pela Fundação Casa

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou nesta sexta-feira (2) um defensor da redução da maioridade penal para assumir o comando da secretaria de Justiça e Cidadania do Estado. O advogado criminalista Fernando José da Costa substituirá Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (...). Além do fato de que Fernando é também advogado particular de Doria, o que mais chama atenção na indicação é sua histórica e pública defesa pela redução para 16 anos da idade mínima para prisão de jovens e adolescentes em conflito com a lei.

Assunção, C. (2020, 02 de outubro). Defensor da redução da maioridade penal assume secretaria responsável pela Fundação Casa. *Rede Brasil Atual*. Recuperado de <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/10/defensor-reducao-maioridade-penal-secretaria-fundacao-casa/>

f) Secretaria de Juventude dá parecer favorável à redução da maioridade penal

“Esse fracasso faz com que não se tenha expectativa nem da reintegração de jovens, nem de adultos. Como consequência, a única coisa que resta à sanção penal é uma dimensão de castigo, de vingança”, explica o jurista. “Esse tipo de argumento acaba enxergando nos jovens, principalmente os da periferia, um foco de perigo, um inimigo, que deve ser retirado da sociedade.” (...) “A partir do momento em que não há mais pretensão de ofertar oportunidade de vida para que o jovem não repita o que fez quando chegar à fase adulta, qual a tendência? Exclusão do maior número possível, no lugar mais distante possível, pelo máximo de tempo possível”.

Sakamoto, L. (2020, 15 de dezembro). Secretaria de Juventude dá parecer favorável à redução da maioridade penal. UOL. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/columnas/leonardo-sakamoto/2020/12/15/secretaria-de-juventude-da-parecer-favoravel-a-reducao-da-maioridade-penal.htm>

g) “Mãe, fica tranquila, a gente tá dentro de casa”: as famílias destruídas pela violência policial em plena pandemia

Guimarães, L. & Press, C. (2020, 13 de janeiro) 'Mãe, fica tranquila, a gente tá dentro de casa': as famílias destruídas pela violência policial em plena pandemia. *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55582716>

Capítulo 1 - Vidas menores, controles maiores

No ordenamento jurídico de um país, a maioridade é considerada condição legal para atribuição da plena capacidade de ação a uma pessoa, e decorre ao se alcançar uma idade cronológica previamente estabelecida, indicativa da aquisição de maturidade intelectual e física e de condições julgadas suficientes para se ter vontade válida de operar plenamente na vida civil e na vida política e para ser considerado imputável. Atualmente, no Brasil, a maioridade, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 2016b)¹⁹ e também os códigos Penal (Brasil, 2016a)²⁰, Civil (Brasil, 2002)²¹ e Eleitoral (Brasil, 1965)²² tem início a partir de completados 18 anos, idade na qual o indivíduo ingressa na condição de adulto consciente das consequências individuais e coletivas dos seus atos e da responsabilidade legal embutidas nas suas ações. Há também as chamadas “idades de consentimento” ou “idades de licença”,²³ que se aplicam a situações diversas e tentam delimitar na legislação a idade a partir da qual o Estado permite e considera legítima a vontade do sujeito, assumindo que ele pode decidir independentemente e sem precisar da permissão de outros, ter relações sexuais, viajar sozinho, casar-se, dirigir, candidatar-se a cargo público, entre outras situações. Embora haja particularidades relevantes – em termos tanto de construção histórica como da significação que pode ser deduzida e problematizada – a cada uma dessas versões da *maioridade*, pode-se dizer que as definições existentes procuram contornar e determinar a inserção de cada indivíduo na vida pública, regulando as fronteiras e os limites entre o que é comum e delimitando a responsabilidade que cabe ao Estado e a que cabe ao indivíduo, o que é público e o que é privado, tendo a idade como ponto de corte.

A definição e o critério do corte etário são justificados no campo do direito a partir de subsídios de diferentes campos de saber (medicina, psiquiatria, psicologia, educação, entre outros), que influem nos critérios responsáveis por determinar a capacidade jurídica. Othon

¹⁹ O art. 228 da Constituição Federal de 1988 institui: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Essa determinação encontra-se repetida no art. 27 do Código Penal e no art. 104 da Lei nº 8.069/90, denominado Estatuto da Criança e do Adolescente. Antes dessa idade, considera-se que foi cometido um ato infracional e não um crime.

²⁰ Art. 27 – Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

²¹ Art. 5º – A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

²² Art. 2º – São eleitores os brasileiros de um e outro sexo, maiores de dezoito anos, alistados na forma desta lei.

²³ As “idades de consentimento” ou “idades de licença” são pouco debatidas e ainda definidas de modo mais amplo e abstrato, dialogando tanto com a concepção de “adulto” quanto com a concepção de *maioridade*. Embora constituam legalmente conceitos distintos, ambas estão relacionadas com o reconhecimento legal a partir do qual se considera a aquisição do controle sobre as decisões e as ações de uma pessoa, bem como o termo correlativo da autoridade legal dos pais ou responsável.

Sidou (2004) aponta como as legislações, principalmente as penais, têm oscilado entre tendências que diferenciam ou não a questão da responsabilidade e da participação social em relação à idade do indivíduo. Os fatores envolvidos nessa definição partem de uma concepção sobre culpabilidade, historicamente associada a problemas metajurídicos, como a liberdade de vontade ou o determinismo, a culpabilidade pelo caráter ou fato (Scheinvar, 2002), e também sobre a individualidade e a liberdade que uma pessoa pode ter em relação ao seu grupo familiar ou a sociedade de modo geral (Cerqueira filho & Neder, 2001), a partir dos paradigmas de cada época em relação a infância, família, desenvolvimento, educação, propriedade e segurança. Scheinvar (2002) aponta que as diferenças nos códigos jurídicos entre crianças e adultos e entre crianças e jovens, bem como a responsabilidade e a autonomia atribuídas a cada uma dessas figuras, vêm sendo debatidas no mundo todo partindo invariavelmente da idade e do desenvolvimento “natural” como indicador indisputável e considerando a puberdade um divisor de águas.

É importante mencionar que as idades que aparecem no Código Penal (Brasil, 2016a), Código Civil (Brasil, 2002), na Constituição Brasileira, no ECA (Brasil, 2018) e em outros documentos orientadores da execução de políticas públicas, trazem contradições que borram as fronteiras entre o que se atribui a criança e ao adulto.

Apresento, a título de exemplo, algumas situações que ilustram as contradições e inconsistências no uso da idade como demarcador. No Brasil atualmente a idade de consentimento para o sexo, salvo exceções (definidas pela capacidade/incapacidade), é de 14 anos (Artigo 217-A do Código Penal, modificado pela lei nº 12.015/2009) sendo considerado "estupro de vulnerável" (Artigo 3º.[20] O artigo 217-A do Código Penal) o ato de "ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos, com pena de reclusão de 8 a 15 anos, independentemente de ter havido violência real." Ou seja, se um adolescente de 14 anos praticar algum ato sexual, presume-se legalmente, ainda que ele tenha realizado o ato por livre e espontânea vontade, que houve violência sexual. Continuando, em março de 2019 foi feita uma alteração em um dos artigos do ECA (Brasil, 2016), que passa a proibir que adolescentes com menos de 16 anos viajem sozinhos sem autorização judicial dentro do Brasil, sendo que antes a exigência era só para menores de 12 anos. Simultaneamente, a pauta da redução da maioridade penal tem sido trazida novamente para o debate. Afinal, ao mesmo tempo em que se diz que adolescentes com menos de 16 anos não tem autonomia para viajar sozinho, afirma-se que estes devem ser responsabilizados como adultos pelos suas transgressões; concomitante a existência de recomendação de censura de até 18 anos para que um adolescente veja filme com cenas de sexo, aos 14 anos, entende-se que este pode decidir

sobre sua vida sexual; ainda, se o mesmo adolescente é vulnerável e não pode decidir pela sua vida sexual antes dos 14 anos, como poderá ser considerado culpado por um ato infracional na mesma idade? Seria possível apresentar outros exemplos nos quais a lógica de uma determinação etária demonstra ser inconsistente, incoerente e contraditória e que são amplamente explorados em debates, como o sobre a redução da maioridade penal.

Merece atenção o fato de ser a *maioridade* penal e sua redução a faceta que mais instiga debates no campo legal. Tal questão, segundo Cappi (2017), pode estar relacionada com a influência das teorias criminalistas e seu acirramento e também com a associação histórica entre adolescência, periculosidade e violência que ocorre não apenas no Brasil (vicentim, 2002; Rosa & Vicentim, Marin), mas também em outros países, como apontam relatórios de agências internacionais como a ONU e a Unicef (ref). Há que se considerar, a partir da leitura de Fessler (2013), que a insegurança de uma sociedade é medida mais pelo que se vê, se diz e se escuta, e menos pelo que se vive. Isso porque há uma seletividade nos dados e levantamentos apresentados, na forma como são veiculados e nos afetos que se buscam promover. Nesse sentido, há um protagonismo das grandes mídias na produção desses desvios de percepção, no alastramento do medo e da insegurança social como efeito do fortalecimento desse imaginário que, no Brasil, culmina em um processo de criminalização dos jovens negros da periferia e no clamor para puni-los e controlá-los (Vianna, 1999; Vicentin, 2002).

Constrói-se uma cruel e paradoxal realidade na qual os jovens, principais vítimas de homicídios no Brasil (IPEA, 2018), são retratados e considerados como uma das maiores ameaças à segurança da população. Frente ao genocídio e à política de extermínio pela negligência e a violência deliberadas, o imaginário dos *menores* como principais autores da violência que acomete as cidades se fortalece, tendo como resultado a criminalização dos jovens negros da periferia (Vicentim, 2002; Malvasi & Trassi, 2010; Rosa & Vicentim, 2012). A altíssima prevalência de jovens negros mortos por mortes violentas aponta que a incidência da violência, bem como sua tolerabilidade, varia de acordo com quem a pratica, contra quem e em qual lugar (Waiselfisz, 2014). É perceptível como a violência à qual estes adolescentes estão expostos não gera a mesma indignação nem mobiliza os mesmos sentimentos que outras situações vivenciadas por pessoas brancas e de classe média. Pelo contrário, o que se percebe é a culpabilização dos jovens por sua morte, na medida em que a violência sofrida é compreendida como resposta natural àqueles que supostamente têm comportamentos violentos e criminosos e que deveriam estar fazendo “algo errado” ou, ainda, como uma punição exemplarmente aplicada, afinal, “bandido bom é bandido morto”.

O objetivo deste capítulo é problematizar como o conceito de *maioridade* vem sendo utilizado essencialmente em sua significação relativa ao *menor*, historicamente identificado como o adolescente pobre, preto e da periferia, como o indivíduo que melhor exemplifica a *minoridade* como mecanismo de dominação. Associadas aos debates sobre a garantia de direitos – sobretudo em relação a crianças e adolescentes – e à discussão sobre a idade de imputabilidade – a redução da maioridade penal –, tanto a *maioridade* quanto a *minoridade* combinam com o que Jurandir Freire Costa (2005) chama de “fórmulas encantatórias”. São palavras e fórmulas simplistas atreladas a um sentido unívoco e autoexplicativo e que, por serem referendadas no senso comum, no óbvio, tornam-se indisputáveis: parecem comunicar um todo, mesmo que seu sentido – neste caso estritamente reduzido a um signo, ao imaginário – mostre-se contraditório, ambíguo, plural. A palavra torna-se assim vazia e banal, ao mesmo tempo que seu poder vem do esvaziamento que a torna absoluta e inquestionável, na medida em que parece não haver margens – ou sujeito – para sua interpretação ou o questionamento de sua autoria, que aparece como dada, mas não enunciada.

As fórmulas encantatórias combinam com os mecanismos que judicializam, terceirizam, burocratizam e achatam os questionamentos. A burocracia, nesse sentido, proliferada por seus muitos dispositivos, é um dos mecanismos de maior impacto no apagamento do sujeito, conformando-o a um objeto do conhecimento especializado autorizado por uma instância indisputável, uma vez que não é visível. Acompanhando o percurso de Lacan em relação à formalização dos discursos, a burocracia é localizada a partir do discurso universitário, em que, na busca por um saber totalizante, o outro é colocado na posição de objeto, deixando sob recalcamento o sujeito do inconsciente. É um saber que se como neutro, ocultando uma mentira constitutiva: a de apresentar uma verdade baseada no poder como uma simples percepção dos fatos.

É necessário ponderar que todo homem poder ser considerado *menor* por alguma referência. Se existem *menores*, é porque existem *maiores*, ou seja, ambos os termos só podem ser definidos na contraposição um do outro, sendo ao mesmo tempo o que determina seu oposto e o que é determinado por ele. Essa premissa implica pensar em como extrair desse jogo de opostos as especificidades da *minoridade* frente à *maioridade*, e vice-versa, e também os critérios que delimitam as suas fronteiras e os distinguem. Embora consagrado como tipificação da infância, independente da intenção de uso, o termo revela a atribuição de um valor que diferencia duas posições (como incapazes-capazes, pobres-ricos, inocentes-perigosos etc.).

Nessa perspectiva, a utilização do par *minoridade/maioridade* reduzida e referenciada apenas a contextos específicos, como o debate sobre a redução da maioridade penal e a idade

como delimitação, é um bom exemplo de fórmula encantatória ou desse saber instrumental, que não diz de onde veio, nem para onde vai. No Brasil, a influência da psiquiatria se faz sentir em um contexto no qual o país buscava se emancipar, sair da menoridade, e ser reconhecido como nação, de forma que se estabelece um aparato médico-jurídico-assistencial com funções de prevenção (vigiar a criança), educação (moldá-la, moralizá-la), recuperação (reeducar o menor) e repressão (conter o menor delinquente) voltadas ao *menor* e suas famílias, demarcando a substituição do pátrio poder pela vigilância do poder do Estado (Rizzini, 2008).

O “encantamento” inviabiliza essas questões históricas e sociais a partir das quais foram forjados esses significados que servem em ampla medida à distinção social, ao fortalecimento e à manutenção de poderes discricionários e à produção de práticas segregativas como o encarceramento. A naturalização favorece o esvaziamento de posicionamentos críticos capazes de trazer novas interpretações que possibilitem pluralizar sentidos, compreender a lógica que mantém o encanto e a servidão conformada e pouco inquisitiva, além de colocar em movimento discussões há muito acirradas e paralisadas.

Nesse sentido, parte-se da (des)construção da história do *menor* como signo, rumo à discussão da *minoridade* como sistema de distinção que determina direitos e deveres diferentes e legitima uma gama de poderes sobre os sujeitos assim identificados. Ou seja, da *minoridade* como o sistema que permite que alguns sejam reconhecidos como pessoas – proprietários de suas vidas, portadores de direitos e merecedores da proteção do Estado – e outros rebaixados à condição de coisas, objetos que precisam ser controlados, tratados e aniquilados. Em relação a essa discussão, portanto, cabe recuperar sua atualidade e reconhecer sua urgência: a construção histórica do *menor*, enquanto inimigo interno, personificação do mal e ameaça maior, e a estruturação da *minoridade* enquanto instrumento de subordinação, assujeitamento e controle social através da tutela.

A seguir, propõe-se uma leitura em relação ao debate da redução da maioridade penal, como caso exemplar das reduções e simplificações da complexidade do tema. Pretende-se discutir as premissas – e fórmulas – sobre as quais se sustenta e seus efeitos no que se depreende dessa questão, políticos e subjetivos.

Em resumo, busca-se examinar aqui as formas como o conceito de *maioridade* vem sendo agenciado nos conflitos sociais para tentar justificar escolhas políticas, naturalizar leis e perpetuar a tutela em relação ao Estado e também os seus efeitos subjetivos na produção de sofrimento decorrente das marcas que essas reduções imprimem àqueles sujeitos que ficam sob a sombra do *menor*, presentes no jeito singular como podem se narrar e se identificar com e entre os outros e nos outros.

1.1 Os *menores*

1.1.1 A ocasião faz o menor

Embora a *minoridade* como mecanismo de controle tenha sido legitimada nas leis escritas desde o final do século XIX, a criação do personagem *menor* não se deu estritamente do campo jurídico, como indicado pela sua popularização e pelo uso dessa nomenclatura em determinados contextos (Rizzini, 2008; Sposato, 2008). Sua origem vem da classificação de características e atos “desviantes” que conferiam a crianças e adolescentes pobres abandonados e marginais o status de *menor*, título de um atemporal desprestígio (Amarante, Volpi & Santos, 2003).

Nesse aspecto, as considerações de Vianna (1999) são preciosas ao apresentar como a criação de procedimentos específicos na prática cotidiana policial e a construção de registros com intuito de classificar e caracterizar os indivíduos de menor idade tiveram papel fundamental na criação da nomenclatura *menor* e do personagem, constituído desde o início como “caso de polícia”, especialmente até 1923, com a criação do tribunal de menores no Brasil. Em sua pesquisa, a ação policial foi ressignificada, passando de instrumento de execução de ordens do judiciário para dispositivo administrativo do Estado capaz de produzir identidades e interpretações de comportamentos utilizando como instrumento a burocratização dos procedimentos e a realização de registros, igualmente burocráticos.

Analizando registros da ação policial entre 1910 e 1920, período que antecede a elaboração da primeira versão do Código de Menores (1927), a autora destaca como serviram de instrumento para construir a construção da identidade do *menor* e também outorgar à polícia uma forma particular de exercício de poder, que se constituía e acumulava um saber especializado sobre essa figura de exceção. A ação policial criou categorias e classificações explicativas que conceberam e ordenaram o universo denominado *menor*. O termo ganhou uma positividade própria por anteceder sua formalização como figura jurídica: não havia parâmetros para sua identificação e caracterização, de modo que as intervenções e os registros policiais passam a constituir um campo de saber específico, não remetido a nenhum outro e, justamente por isso, incontestável. É importante destacar que, embora a polícia tenha exercido protagonismo, a intervenção policial se aproveitou de ideias difundidas na época para legitimar sua prática e afirmar um campo de atuação específico, ao mesmo tempo que, ao fazê-lo, reafirmava e assegurava sua importância. Como aponta Vianna (1999),

(...) a subordinação social construída a partir do contato com a polícia dependia, portanto, desse trabalho contínuo de reconhecimento e reinvenção dos diversos tipos de menores, de modo a estabelecer um espectro amplo o bastante para atingir histórias individuais muito diversas, que se tornavam equivalentes pela produção da identidade social estigmatizada (p. 33-34).

Os registros policiais partiam da apreensão de informações individualizadas (por exemplo, nome, cor, filiação e idade), de modo a afirmar o caráter único e intransferível da identificação realizada, ao mesmo tempo que os termos utilizados podiam ser organizados em agrupamentos classificatórios generalizáveis o suficiente para construir uma tipificação. O caráter individual não deve ser confundido com a escritura de qualquer marca singular ou de uma narrativa que trouxesse a fala de algum dos apreendidos: as descrições e adjetivações detalhadas dos indivíduos na profícua produção diária de registros fragmentados, desordenados e aparentemente aleatórios das abordagens policiais construíam distinções dentro de um mesmo espectro, o da desigualdade social, e com o mesmo objetivo, reiterar a pertinência da intervenção policial sobre o *menor*. A importância e o efeito generalizante desse material se davam pela regularidade e pela continuidade sistemática de classificação dos *menores* a partir das idiossincrasias de cada ocorrência e pela forma burocrática e documental com a qual era registrada (Vianna, 1999). O conjunto de registros apontava a variedade de situações existentes por um lado e, por outro, o esforço de reduzir a variedade a uma identificação elementar que justificasse por si a intervenção aplicada, um estigma – como empregado por outras instituições em relação a outros grupos.

É atualmente uma prática organizacional padronizada que se registrem de maneira oficial todos os elementos que servem para identificação positiva dos indivíduos, ou seja, utiliza-se um conjunto de marcas para diferenciar a pessoa assim marcada de todos os outros indivíduos. Como se sugeriu, a escolha da marca é, em si mesma, bastante padronizada: atributos psicológicos imutáveis, (...) itens que são registrados de maneira permanente, como certidão de nascimento, nome e número da carteira de identidade. (...) De qualquer forma, uma vez que um apoio de identidade tenha sido preparado, materializado, e se torne disponível, podemos nos agarrar a ele; pode-se desenvolver um dossiê que normalmente fique contido e arquivado numa pasta de papéis manilha. Pode-se esperar que cresça a identificação pessoal dos cidadãos pelo Estado à medida que se refinam os dispositivos que tornam a história de um indivíduo particular mais acessível a pessoas autorizadas e ainda mais inclusiva de fatos sociais referentes a ele (...) (Goffman, 1981, p. 51-52).

Destaca-se a partir dessa citação como o esforço de registro deu consistência à construção de uma marca de identificação permanente, que distingue e delimita o indivíduo a partir de seu estigma e, conseqüentemente, autoriza a intervenção especializada, que, por sua vez, reitera a legitimidade da identificação realizada. Assim, o fato de serem apreendidos e

“observados” pela polícia bastava para conferir a esses indivíduos o estatuto de *menor*, juntamente com os significados explícitos e implícitos atribuídos a esse personagem, sem que fosse necessário justificar ou embasar o motivo da detenção.

Percebe-se aqui como a burocratização tem papel central nesse processo. A popularização do estigma do *menor* coroa a sua origem burocrática e a escritura de sua história em arquivos “oficiais”, dando origem às fórmulas encantatórias que determinam um fluxo de intervenções quase automático. Diferentemente de um relatório, o registro não tem necessariamente autor ou endereçamento. Baseado em uma tentativa de padronização, não carece de testemunhos e dados ou ainda da apresentação de uma narrativa ou argumentação que, ao menos em aparência, seja mais estruturada e traga alguma elaboração discursiva que deixasse entrever sua intencionalidade (Vianna, 1999; Minnicelli, 2001). Em nome da burocracia, compõe-se um caminho discursivo que pode adquirir vida própria, uma entidade em si, despojado de quem escreve: o amontoado de papéis que formam esses arquivos falava por si, determinando um processo que só se encerrará quando findar a *minoridade*, se é que ela termina. O arquivo ganha vida, enquanto o sujeito fica soterrado e reduzido aos estigmas, diagnósticos e procedimentos que realizam sua identificação especializada e que se sustentam por uma verdade cujo autor não se conhece e, justamente por isso, é irrefutável: não há caminho para um *menor* que não seja sob controle de uma instituição e vigilância do Estado.

Nesse sentido, é bastante simbólico o fato de que a apreensão de *menores* independia de pedido judicial ou denúncia: bastava a constatação policial, dado que era o único dispositivo com conhecimentos próprios para identificá-lo. Há que se notar que o uso do significante *apreensão* é bastante significativo em si, afinal, enquanto se detém alguém, se apreende um objeto.²⁴ Identificados como objeto das predicações e significações atribuídas pelos especialistas, as crianças e os adolescentes ficavam sem meios para fazer frente a essa tipificação e suas consequências: o que falassem ou contassem sobre seu ato, suas motivações ou as circunstâncias da ocorrência acabava por recheiar as descrições e enriquecer sua classificação como criança e, também, *menor*. Aqueles considerados *menores* ficavam assim capturados na e pela condição de subordinação própria à *minoridade*.

Como aponta Guirado (2015), é essa materialidade discursiva que forja as categorias sociais como verdade e que atribui características fixas a grupos de indivíduos, apresentadas como o que os define, embora, “na realidade, sejam intercambiáveis, são acordos, são jogos de poder produtores de verdades” (p. 160). É o ato de classificar a partir de discursos

²⁴ Não só se apreendem os *menores* enquanto objetos, como também se depositam, guardam, têm, retêm, reformam...

especializados não só comportamentos, mas também características, origem e condições de vida que dá consistência e reifica a existência concreta de algumas figuras como objeto de investigação e controle. Os que são, portanto, descritos como mais individualizados/particularizados são os que estão menos adaptados às normas (Canguilhem, 2002), que, embora não inteiramente enunciadas, autorizam a formulação de leis que situam o *menor* como figura que necessita de intervenções para se conformar a um modelo de conduta.

A categorização dos motivos de apreensão – abandonado, vadiagem, pivete, furtos, entre outros termos – era feita a partir de uma lógica policialesca na qual se buscava identificar sinais de periculosidade em potencial. Em potencial, pois não se tratava do exame dos eventos ou do julgamento das ações empreendidas pelos indivíduos, mas da avaliação de modelos de comportamento, condições econômicas e morais da família como indicadores de desvio de conduta. Nesse sentido, as práticas contribuíam para proliferar a produção de verdades sobre o *menor*. Embora não estivesse ainda normatizada pelo campo jurídico, a *minoridade* já era utilizada como critério de diferenciação da aplicação das regras jurídicas: a classificação não era do crime em si, mas do indivíduo e, a partir dele, da pena ou intervenção a lhe ser imputada. A avaliação buscava confirmar e observar a “consciência desigual”, a “incapacidade”, a “responsabilidade parcial” que se atribuíam aos *menores* e, também, aos que deveriam controlá-los até poderem participar plenamente da vida social, seus tutores (Vianna, 1999, p. 134). A definição do *menor* era feita pela ocasião, que em si já determinava suas condições e capacidades, tratando apenas de localizá-lo na hierarquia para intervenção.

A partir desse diagnóstico comportamental e moral, feito unicamente por meio de observações, determinavam-se os encaminhamentos a realizar. Ao mesmo tempo que os saberes especializados engendravam práticas que reiteravam a consistência do termo *menor*, as classificações particulares habilitavam a produção de conhecimentos cada vez mais especializados e a criação de mais instituições para o fazê-lo (Vianna, 1999; Donzelot, 1986; Minicelli, 2004). As classificações, nesse sentido, serviam também para organizar, em hierarquias de desvio da considerada normalidade, esses indivíduos, os quais acumulavam marcas que frequentemente os destituíam ainda mais de autonomia: primeiramente por serem *menores*, mas também por serem *menores* com características desviantes em relação a gênero, raça, condição social, idade e o que mais pudesse ser indicativo de um desenvolvimento “anormal” (Rizinni, Vianna, 199 e 200). Ligar a ocasião da apreensão a uma resposta pré-determinada – o crime à punição, o abandono à institucionalização – gerava o efeito de confirmação da existência dos *menores* e naturalizava a existência de instituições e especialistas, na medida em que seus objetivos se adequavam às respostas que deveriam dar às

descrições que produziam daqueles indivíduos. *Menores* e suas instituições, portanto, recriavam-se mutuamente na prática cotidiana (Vianna, 1999; Guirado, 2015), fato que se mantém em ampla medida nos dias atuais. Nesse sentido, Minicelli (2004)²⁵ é precisa ao descrever a circulação das crianças pelas instituições como o ingresso em um labirinto com muitas portas de entrada e raras portas de saída, pois o que mantém o sujeito condenado a esse curto-circuito é a própria identificação como *menor* e a determinação da condição de *minoridade*, reificadas pelas próprias intervenções realizadas.

Ao aliar a moralidade à biologia, indica-se que os meios de intervenção seriam voltados principalmente ao controle de crianças, adolescentes e adultos e à profilaxia, uma vez que não havia como extinguir, ultrapassar ou recuperar o que os marca como *menor*. Esta figura aparece, portanto, como resultado e efeito da complementaridade e solidariedade desses discursos, que, partindo de pressupostos teóricos e práticas diferentes, foram empregados com uma mesma função: a produção e a reorganização de diferenças sociais, consolidando a desigualdade no acesso aos direitos e ao reconhecimento outorgado aos indivíduos de acordo com classe social, raça e origem (Rizzini, 2008; Marino, 2013; Vianna, 1999): mais do que suas ações, o que estava em jogo eram condutas morais, modelos de comportamento e condições de vida.

Considerava-se que os aspectos determinantes da *minoridade* tinham origem familiar, ou seja, decorriam da inadequação nos cuidados, da insuficiência na educação, da degeneração moral e do pertencimento a uma linhagem hereditária tida como menos “desenvolvida”, caso de negros e indígenas (Vianna, 1999; Melo, 2019), o que ratificava não só as crianças e os adolescentes, mas também seus familiares, como objeto de intervenção, controle e vigia do Estado (Vianna, 1999; Donzelot, 1986; Rizzini, 2008).

Nesse tocante, o grau de *minoridade* era definido, segundo Vianna (1999), por três condições relacionadas: *responsabilidade*, compreendida em sua relação com a noção de discernimento, ou seja, com as modalidades em que se poderia atribuir culpa e, conseqüentemente, penalizar indivíduos frente aos seus atos, e também com o acesso à participação social, discussão complexificada pela discussão sobre raça, idade, gênero, saúde mental, composição familiar, indicativos de inferioridade biológica e moral conforme as ideias vigentes; *hereditariedade e degeneração*, a partir das quais se compreendiam os “desvios de conduta” irrecuperáveis e, logo, perigosos, como decorrentes de tendências, debilidades, inclinações, propensões morais herdadas de um povo (aqui entravam todos os que não tinham

²⁵ A autora, pesquisadora e psicanalista, escreve sobre sua experiência nos serviços de assistência a crianças e adolescentes na Argentina, mas é possível traçar bem mais do que algumas semelhanças entre o que apresenta e o cenário brasileiro.

descendência europeia) “mal formado genética e moralmente” (p. 142); e *compreensão da necessidade do controle* – por meio de higiene, profilaxia e educação (moral para o trabalho) – que legitimava quais autoridades, incluindo a policial, poderiam intervir sobre o *menor* e sobre sua família, e os meios de fazê-lo (p. 134-135).

Destaca-se como as condições elencadas por Vianna (1999) apontam como consequência a ampliação da *minoridade* para outras figuras além da sua “imagem mais bem acabada”, a da criança ou adolescentes. São considerados nesse espectro os loucos, os débeis, os imorais e também as mulheres, os silvícolas, os negros, os selvagens... A tutela conjuga, nessa leitura, um tipo singular de vigilância, que reúne proteção, prevenção e punição, sem, no entanto, precisar demarcar com clareza a extensão de sua duração ou declarar um objetivo único, como ocorre na esfera meramente punitivista, a penal. Sua força está no aspecto relacional que engendra a produção e a manutenção de identidades, reiteradas por avaliações contínuas e subsidiadas por múltiplos campos de conhecimento, o que as torna aplicáveis a muitas esferas para além do campo penal.

1.1.2 Uma questão de propriedade

Aqui, cabe um breve recuo histórico, para compreender as classificações da *minoridade* propostas por Vianna (1999) e suas implicações nas práticas e nas compreensões, que ressoam até os dias atuais. No período que antecedeu a legitimação do *menor* como status jurídico, o Brasil passava por uma fase na qual buscava se emancipar, e para tal havia uma grande preocupação em afirmar uma identidade nacional, uma vez que o país ainda era visto como um povo criança, passível de ser moldado, para o bem ou para o mal; um país a ser desenvolvido, *menor*.

Havia uma missão civilizadora, moralizadora e eugênica: tirar o Brasil do atraso, da ignorância e da barbárie – processo no qual a pobreza passou a ser vista como problema de ordem moral e social, foco da desordem e da doença e, portanto, como objeto de intervenção do discurso médico e jurídico. Aconteciam debates, nos quais a polícia ocupou papel protagonista, em torno da proteção e da assistência aos de menor idade abandonados ou que tiveram seus pais e mães desassistidos pelo Estado e aos delinquentes, que, embora considerados diferentes, deveriam receber medidas iguais em relação à responsabilização legal (Rizzini, 2008). As discussões e as intervenções também se estendiam a outros grupos, classificados em categorias que, como a de *menor*, foram escritas de forma a abarcar uma amplitude de situações e, com isso, aumentar a inclusão de pessoas, pasteurizando as diferenças

ao tomá-las todas como indício de um mesmo estigma, tornando-as genéricas pela particularização das descrições. São exemplos desses termos que agrupam pessoas: os índios, os silvícolas, os escravos (Vianna, 1999). O *menor*, nesse contexto, é tanto símbolo do futuro da nação e preocupação do Estado, como aquele que poderia constituir um risco à funcionalidade desse projeto de nação, na medida em que sua condição era encarada como “anormal, antinatural, doentio, patológico” (Scheinvar, 2002, p. 87).

A preocupação de construir e fortalecer a imagem unificada da nação colocava um dilema, principalmente em relação à escravidão e às pressões, econômicas e políticas, exercidas para seu término: como tomar como parte integrante da nação os que eram considerados inimigos internos e ameaça, mesmo que em potencial, à sua integridade? Como amalgamar a diversidade e administrar os que eram reconhecidos como legal, moral e geneticamente inferiores? Como projetar uma imagem de integração e ordenamento sem alterar a hierarquização social ou sem que fosse necessário estender formas equivalentes de participação social e reconhecimento de cidadania àqueles considerados desiguais?

O emprego da palavra “cidadania” merece destaque, uma vez que não apenas se referia ao reconhecimento da participação de cada um na sociedade, mas também se dava a partir da determinação dos graus de consciência, civilização e barbárie dos *menores* em contraposição aos *maiores*, plenamente responsáveis por seus atos. Ressalte-se aqui como o discurso desenvolvimentista serviu para corroborar um projeto de governo que redundou no surgimento de especialidades para reger, vigiar e avaliar o desenvolvimento “normal” do indivíduo, criando uma ortopedia do sujeito sustentada na solidariedade do discurso científico amparado pelo jurídico (Rizzini, 2008; Burman, 2008 e Melo, 2019).

Ribeiro (2020) aponta como o direito à terra, de aquisição de propriedade privada para moradia e também a capacidade de apropriação patrimonial entre as gerações, mantida como privilégio racial, influenciaram a concepção de cidadania, o reconhecimento e a inclusão, realizados de forma a sempre manter as condições desiguais e os poderes discricionários. No caso dos escravos, por exemplo, a sobreposição de critérios como gênero, idade e tratamento dispensado por proprietários permitia a manipulação e a arbitrariedade na definição do grau de emancipação e “civildade” de que cada indivíduo seria capaz.

Rosa e Vicentin (2010) destacam como o aparato jurídico passa a ser sustentado e pensado também a partir do saber médico/psiquiátrico, que começa a ser aplicado para classificar a normalidade e governar condutas, definindo como patológico e, portanto, perigoso e intratável, o que escapa à norma. Massari (2016) aponta que ao desviar o objeto da loucura para a anomalia, a psiquiatria então se estende para outros espaços além do asilar/manicomial,

deixando de ser um saber sobre o delírio e a loucura, passando à classificação do que seria a normalidade e estabelecendo o governo das condutas. Nesse sentido, a psiquiatria deixa de responder sobre a incapacidade no nível da consciência, concentrando-se nos focos dos perigos do comportamento, apoiada na concepção desenvolvimentista e determinista da relação entre criança e adulto. A periculosidade não diz mais respeito às infrações concretas a uma lei efetiva, mas aos desvios de comportamento, utilizando da ciência para justificar uma perspectiva moral.

O discurso pedagógico desponta aqui como uma das alternativas de estabelecimento de tutela e aponta a educação e o trabalho (Rizzini, 2008; Vianna, 1999) como direções a serem seguidas para fazer suplência aos desvios do sujeito e à marginalização das famílias e como promessa para o reconhecimento igual perante a lei e a sociedade, embora este nunca tenha estado no horizonte, predominando a crença de uma inaptidão inata e de um despreparo da população negra frente à dinâmica de trabalho livre (Ribeiro, 2020).

São essas questões que fazem com que Mattoso (2001) fale em uma analogia entre situações diferentes: a de crianças e adolescentes identificados como *menores* e a daqueles que foram escravizados. Independentemente de haver, no primeiro caso, o pátrio poder, ou a alforria, no segundo, são reconhecidos como figuras *menores* não emancipadas, na medida em que não eram considerados cidadãos de plenos direitos e permanecem sob condicionalidades que se desdobram metonímica e infinitamente.

É a partir de leitura similar que Vianna (1999) traça um paralelo entre a posição que loucos e *menores* ocupam na letra da lei²⁶ e nas formas de organizar o espaço urbano: os primeiros por serem considerados temporária ou definitivamente privados de controle ou desenvolvidos de forma “anormal”, e os outros, por não terem atingido desenvolvimento e conhecimento sobre direitos e deveres sociais. Em ambos os casos, fica em aberto a questão sobre a possibilidade de essa “parcialidade” ou inexistência ser superada, uma vez que o enfoque é no que carregam como potencial, não se referindo a uma situação em particular.

Nesse cenário, a tutela desponta como uma estratégia privilegiada de controle, na medida em que faz uso da classificação do grau de desenvolvimento e permite justamente a incorporação de cidadãos plenos e restritos a uma mesma unidade política e simbólica: a de nação (Vianna, 1999, 2002; Rizzini, 2008 e Ribeiro, 2020). Destarte, é possível reler a

²⁶ A autora recupera vários exemplos que apontam essa similaridade a partir de sua leitura do Código Civil de 1916 e da análise de Tobias Barreto (2003), que tem o título sugestivo *Menores e loucos em direito criminal* e que aponta como a incapacidade ou capacidade relativa dos menores encontra par nos loucos de todos os gêneros e nos surdos-mudos que não puderem expressar sua vontade e que estariam na posição equivalente à de menores de 16 anos (totalmente incapazes). Mulheres casadas, pródigos e silvícolas são tidos como parcialmente incapazes (como os menores entre 16 e 21).

minoridade e seu par, a *maioridade*, não do ponto de vista daquilo cuja responsabilidade cabe ao sujeito, mas como discurso que legitima a desigualdade social:

(...) para que existam menores é preciso que exista a própria ideia de menoridade, como condição para diferenciar os indivíduos frente aos direitos e deveres a que normalmente teriam acesso ou seriam obrigados, como participantes de uma mesma unidade nacional. A relação entre menoridade e maioridade demarcaria, portanto, recursos desiguais diante das mais diversas situações sociais. Por sua vez, tal desigualdade encontraria sua expressão mais formalizada em todo o corpo de leis que tratam do tema, seja como objeto central de regulamentação, seja como decifrador de determinadas leis. (Vianna, 1999, p. 23)

O Código de Menores em suas duas versões, a de 1927 e a de 1979, pode ser considerado registro dessas reorganizações e do seu impacto para aqueles considerados “irregulares”. A promulgação do Código de 1927 inscreve, nesse sentido, a figura do *menor* como produto da aliança entre a justiça e a assistência – presente nos dias atuais –, autenticando os discursos correntes na época – médico, legal, econômico – que serviam ao controle público do *menor* e incorporando as visões hegemônicas moralistas e higienistas de proteção do meio, da raça e do indivíduo (Rizzini, 2008; Faleiros, 2011; Sposato, 2008), sem prescindir da lógica policialesca, mas regulamentando-a (Vianna, 1999).

1.1.3 Tutelas (de ir)regulares

O Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A, 1927)²⁷ foi elaborado como uma resposta às pressões exercidas pelos reformadores e sob influência da medicina higienista e dos ideais iluministas. Ele logrou instituir, a um só tempo, o *menor* como categoria jurídica e, portanto, como objeto específico de normatização e não mais como uma condição, e a centralização do poder público como responsável pela situação dos *menores* na administração das tutelas e pelos encaminhamentos necessários a esse “encargo”, até então objeto da ação policial e das organizações caritativas.

O Código está estruturado em duas partes, denominadas Parte Geral e Parte Especial. Na primeira são apresentados os parâmetros para identificar os *menores* como objeto de intervenção²⁸ e classificá-los como aqueles com menos de 7 anos e abandonados;²⁹ os que foram e/ou são abandonados, vadios, mendigos e/ou libertinos e que vivem entregues (pelos

²⁷ Também conhecido como Código Mello Mattos.

²⁸ Cap. I Do Objeto e fim da lei. Art. 1º - O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

²⁹ Cap. II Das crianças da primeira idade e Cap. III Dos infantes expostos (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

seus pais ou tutores) “à pratica de atos contrários à moral e aos bons costumes”, o que justificaria em si o abandono (p. 10);³⁰ os que têm sua saúde, segurança ou moralidade comprometida pelos pais ou pelo tutor;³¹ os que tiveram ordenada sua apreensão e depósito “em lugar conveniente (...) conforme a idade, instrução, profissão, saúde, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e econômica dos pais ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda” (ref);³² os que têm idade acima de 14 anos e são responsáveis por ato de delinquência ou suspeitos de tê-lo cometido³³, e por esse motivo devem ter sua liberdade vigiada, tal como determinado por um juiz;³⁴ na interdição e regulamentação de condições de trabalho para *menores*;³⁵ os que têm seu cuidado exercido por instituições ou famílias “onde se achem menores” (ref), que devem ser inspecionadas e vigiadas por “autoridade competente” (ref)³⁶ e/ou os que devem ser cuidados e protegidos da negligência ou violência de seu responsável.³⁷

Na Parte Especial, o Código trata mais diretamente dos procedimentos legais e das instituições, além de como estas deveriam vigorar: a criação de um juizado de *menores*;³⁸ o processo que determina que “toda autoridade deve e qualquer pessoa pode” (ref) apreender o *menor* para abrigo, submissão de exame médico e pedagógico e determinação de um tutor para o mesmo, sendo que o processo será realizado sob segredo de justiça;³⁹ o quadro de funcionários do abrigo que deverá recolher os *menores* e que deve funcionar no mesmo edifício que o juizado de menores e que sua administração deverá ser diretamente subordinado a este;⁴⁰ a criação de escolas de preservação (ref) destinadas principalmente aos *menores* do sexo feminino para educação física (higiene e exercícios), regeneração moral e, principalmente, treinamento profissional em ofícios considerados adequados ao gênero, ao bom comportamento e à idade⁴¹ e a formação de um conselho com função de “vigiar, proteger e colocar os *menores* egressos de qualquer escola de preservação ou reforma, os que estejam em liberdade vigiada, e os que forem designados pelo respectivo juiz” (ref) exercendo sua ação na via pública, na fiscalização dos

³⁰ Cap. IV Dos Menores abandonados (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³¹ Cap. V Da inibição do Pátrio Poder e da remoção da tutela (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³² Cap. VI Das medidas aplicadas aos menores abandonados (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³³ Cap. VII Dos menores delinquentes (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³⁴ Cap. VIII Da liberdade vigia (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³⁵ Cap. IX Do trabalho dos menores (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³⁶ Cap. X Da vigilância sobre os menores (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³⁷ Cap. XI De vários crimes e contravenções (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³⁸ Cap. I Juízo privativo dos menores abandonados e delinquentes (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

³⁹ Cap. II Do processo (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

⁴⁰ Cap. III Do abrigo de menores (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

⁴¹ Cap. IV Das instituições disciplinares (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

estabelecimentos e de locais de trabalho dos *menores* e também fazendo propaganda a fim de prevenir os males sociais e neutralizar seus efeitos.⁴²

Vianna (1999) sugere que, se o Código inaugura uma nova modalidade de justiça e abordagem à criança carente, abandonada e/ou delinquente, como apontam algumas leituras, as classificações dos *menores* e dos problemas legais que os envolvem se assemelham e dão continuidade à lógica, às descrições e às mesmas intervenções propostas nos registros policiais: deliberam sobre as questões que identificam o *menor* a partir das situações que lhes são correspondentes e confirmam seu entendimento como um problema legal; subentende-se a origem das condições que determinam a suspensão do pátrio poder e indicam-se outras formas de tutela e a necessidade de intervenção sobre esse público. Ou seja, como os registros policiais que o antecederam, o Código mantém em sua organização o mesmo espectro de variáveis capazes de dar sentido, inteligibilidade e variabilidade a uma mesma classificação, a de *menor*, particularizando as avaliações a partir de sua idade, sua situação e sua relação com aqueles que deveriam responder por suas ações e seus meios de vida, dado que qualquer das intervenções, à semelhança dos encaminhamentos policiais, deveria partir da observação e da vigilância do *menor*. Mantêm-se as mesmas operações de classificação e encaminhamento, mas altera-se o agente, da polícia para o Estado, sob a forma do judiciário. A visão de Faleiros (2011), na mesma direção, sugere que o Código delibera menos sobre as estratégias de direitos das crianças e mais sobre o lugar do Estado como responsável pela situação dos *menores* e pela administração e o controle de seus tutores, ou seja, como garantidor da proteção do *menor* e concomitantemente da proteção da sociedade em relação à ameaça que este personificava. Embora fique apontado um papel a ser exercido pela sociedade civil em relação aos *menores*, a distinção realizada é clara: “Toda autoridade deve e toda pessoa pode” (p.).

É possível inferir, embora nunca apareçam no texto de forma totalmente definida, as instâncias e os cargos que compõem “toda autoridade” – o juiz, a polícia, o governo, os especialistas etc. – capaz de determinar sobre os *menores* “a todo tempo” (p.) e manter seus procedimentos e registros secretos “sob segredo de justiça” (p.). Novamente se percebe que o poder se exerce sem que seja preciso dizer quando, em nome do que ou de quem se age e se estabelece uma relação tutelar: como nos registros policiais, a identificação do *menor* já o autoriza.

⁴² Cap. V Do Conselho de Assistência e Proteção aos menores (Decreto nº 17.943-A, 1927, p. xx).

A segunda versão do Código de Menores (Lei nº 6.697, 1979)⁴³ manteve o nome e a direção do primeiro, apresentando poucas diferenças significativas. Para Sposato (2011), em sua segunda versão o Código apenas reitera como legítima a ação arbitrária e indiscriminada do juiz junto às crianças e aos adolescentes em “situação irregular” e reforça a opção do país por uma política predominantemente jurídico-assistencial, em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade e de acesso a todos, o que segue até os dias atuais. A irregularidade da situação do *menor* e de seus familiares aparece relacionada de forma mais clara à situação de “perigo moral”, contrariedade “aos bons costumes” e perversão – e inclui ainda a situação de alguém estar “em perigo de o ser”.

A partir da promulgação do ECA, em 1990, aqueles com mais de 12 anos passam a ser considerados responsáveis – mas não imputáveis – pelos atos infracionais – e não crimes. No caso de crianças com menos de 12 anos, as infrações caem em uma brecha que as enreda ao mesmo tempo dentro e fora da lei: dentro como criança em situação de risco, como *menor* e, portanto, objeto de tutela e responsabilidade dos adultos; e fora do que deveria ser garantido como direito, não havendo espaço para que sua posição seja considerada e seu ato, reconhecido. Essas situações cabem ao Conselho Tutelar,⁴⁴ órgão que carrega no seu nome sua natureza e sua proposta: atender as crianças e responsabilizar – ou tutelar – também a família (Marino, 2013).

Foi somente em 2012, mais de dez anos depois, contudo, que se criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei nº 12.594, ano, p.XX), que institui princípios e parâmetros nacionais para a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional a partir do estipulado no ECA,⁴⁵ normas que vêm sendo utilizadas nos dias atuais.

⁴³ Lei Nº 6.697, de 10 de Outubro de 1979 **A informação da data vai aparecer nas referências bibliográficas. Mando para você um exemplo de como deve ficar.**

⁴⁴ O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, envolvido pela sociedade de direito com a competência de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, aplicado por lei. O conselho é formado por representantes eleitos por uma comunidade. Em sua concepção, foi pensado para abrir espaço de controle social e engajar a sociedade civil, ou seja, de não delegar a um profissional a avaliação da situação e encaminhamento. Na prática, os Conselhos Tutelares têm funcionado em boa parte como órgão burocrático – recebe a denúncia, faz visita para averiguar a situação, produz relatório e encaminha para outros órgãos – e similar ao que Donzelot (1986) chamou de “a polícia das famílias”. Atualmente, seu uso e sua influência na comunidade vêm sendo ampliados e cooptados por grupos nos quais se misturam interesses políticos e religiosos e doutrinas morais nas quais o Conselho, mais que nunca, busca instaurar a sua natureza tutelar, como aponta a reportagem “Igrejas evangélicas neopentecostais dominam conselhos tutelares em São Paulo e no Rio”, do jornal *El País* (Alessi, 2020).

⁴⁵ O art. 122 do ECA e o art. 2º do Sinase apresentam como objetivos da medida socioeducativa (BRASIL, 1990; BRASIL, 2012): I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - a desaprovação da

1.1.4 A maioria de idade à duras penas

No âmbito internacional não há uma idade mínima de imputabilidade penal definida nos principais marcos internacionais sobre os direitos da criança, a Carta de Pequim (1985) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), ambos da ONU, cabendo a cada país essa definição, desde que não seja “fixada a um nível demasiado baixo, tendo em conta os problemas de maturidade afetiva, psicológica e intelectual” (1985, Capítulo 4.1 da Carta de Pequim). Esses documentos também preveem que aqueles abaixo da idade mínima devem ser penalmente inimputáveis, mas podem receber medidas especiais de caráter protetivo, enquanto os adolescentes que estão entre a idade mínima e a da idade de imputabilidade podem ser considerados penalmente imputáveis e responder pela prática de crimes de acordo com o processo penal de cada país, desde que o processo dialogue com os princípios da Convenção.

Em sua maioria, os países contam com uma idade mínima, que demarca a passagem do indivíduo como objeto de proteção para a possibilidade de ser responsabilizado como menor, a partir da referência da justiça juvenil e de uma legislação específica.⁴⁶ A passagem para a maioria, porém, pode ser definida como fronteira, uma idade determinada e válida para todos, ou a partir de sistemas litorâneos, nos quais se definem margens de idade dentro das quais tanto a responsabilidade penal juvenil quanto a maioria são definidas a partir do ato e da posição do indivíduo em relação à autoria.

Alguns países apostam em um sistema mais litorâneo, recorrendo a estratégias graduais na passagem da minoridade para maioria a partir da proposição de um tempo intermediário entre o período em que o indivíduo é considerado inimputável, não podendo responder por si e devendo ser protegido por outros, e a maioria como responsabilidade plena. Instaura-se assim um tempo de soleira baseado no conceito de jovem adulto e no sistema de justiça juvenil. Nesses casos, diante da dúvida da imputabilidade, uma comissão realiza uma avaliação jurídica, psicológica, educativa e médica, que avalia em cada caso se o autor do ato infracional responderá como maior, tal qual previsto no sistema penal do país, ou como menor, a partir do previsto na justiça. Distribuem-se assim as determinações e a autoridade no processo de se

conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

⁴⁶ Em um levantamento realizado em 2015, a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) estudou a legislação de 54 países e apontou que há uma grande variação da maioria penal, que oscila entre 12 e 21 anos no mundo, embora em 78% dos casos esteja fixada em 18 anos ou mais. Além dela, o estudo aponta que Alemanha, Portugal e Escócia também adotam uma faixa intermediária pós-majoridade penal, geralmente entre os 18 e 21 anos, em que pode haver atenuação das penas e possibilidade de julgamento pela justiça juvenil ou comum, dependendo do caso. (ref)

decidir tomar o caso pela via jurídica ou considerá-lo um aspecto também educacional (Dunker, 2015a).⁴⁷

De modo geral, pode-se dizer que as fronteiras da *maioridade* na esfera penal no Brasil diferem de parte das normas internacionais em dois pontos: no não reconhecimento da imputabilidade a menores de 18 anos, ou seja, na ausência de delimitação de um sistema jurídico de responsabilidade ou justiça juvenil, e pelo sistema híbrido, no qual as sanções tais como previstas no ECA – as medidas socioeducativas – são atribuídas por um juiz e executadas pelos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas)⁴⁸.

Essa dupla inserção – entre a justiça e a assistência ou, mais precisamente, em ambas ao mesmo tempo – deu origem a um modo de trabalho que serve dois campos, dois conjuntos de princípios, que nem sempre apontam para a mesma direção. Longe de enriquecer o campo com uma multiplicidade de olhares, a existência de duas leis, como apontam os estudos de Cappi (2017), tem promovido a arbitrariedade, na medida em que, diante da indefinição provocada por tantos parâmetros opostos, cabe a quem tem o poder decidir a partir do próprio senso crítico, ou de sua falta. Essa tendência se manteve ao longo da história, mesmo que com variações⁴⁹ em relação às determinações da imputabilidade e da *maioridade*, mas mantendo seu caráter híbrido (Mendez, 2006, 2008; Sposato, 2011), e, como tal, trazendo à baila uma série de contradições que podem em boa parte ser sintetizadas pela questão: deve-se proteger ou responsabilizar?

Pode-se considerar que a delicada tensão entre a oferta de cuidado e a demanda, a medida entre a responsabilidade daqueles que devem transmitir a cultura e as regras para a convivência e a responsabilidade daqueles que precisam acolher as consequências de aceitá-las, subvertê-las ou transgredi-las, são questões presentes ao longo do processo com que todo

⁴⁷ Dunker (2015) destaca em sua análise que os sistemas de fronteira são mais utilizados em países de tradição católica nos quais se faz mais presente a herança do direito romano e do código napoleônico, como é o caso do Brasil, enquanto países de tradição protestante, como a Áustria e os Estados Unidos, tendem a escolher sistemas litorâneos. As diferenças culturais e de legislação entre os países, contudo, não serão exploradas neste trabalho.

⁴⁸ O Suas, criado em 2006, sustenta-se em princípios similares aos do SUS – universalidade, gratuidade, integralidade, intersetorialidade e equidade –, sendo que a proteção social deve garantir a segurança de sobrevivência, ligada aos benefícios como bolsa-família; a segurança de acolhida que pressupõe a oferta de serviços de abordagem e serviços para permanência de indivíduos em situações sociais críticas, bem como a recepção e a escuta qualificada dos profissionais; e a segurança de convívio.

⁴⁹ Destaco que, embora as políticas de assistência e proteção à infância tenham passado por muitas transformações e sejam apresentadas como divididas entre três fases – a caritativa, a filantrópica e a do Estado do Bem- Estar Social – presentes na história europeia e na brasileira, Marcílio (2006) e Guedes (2013) apontam como os três modelos coexistem no cotidiano dos serviços dos dias atuais. As autoras propõem, nesse sentido, considerar essas correntes como modelos discursivos que implicam diferentes atribuições de posições discursivas e formas de gestão das práticas, no lugar da ideia de “fases”, que traz a concepção de que podem ser substituídas, superadas ou desenvolvidas. Sposato (2008) e Cappi (2017) discutem como o sistema penal e a forma como se atribui responsabilidade aos de menor idade funciona de forma similar: embora possa apontar qual a tendência dominante em um determinado tempo, correntes distintas e contraditórias coexistem para além do determinado na lei.

indivíduo depara ao longo da vida, ocupando em suas relações ora uma posição, ora outra. Proteger e responsabilizar não são, nessa premissa, direções opostas ou excludentes – considerando que a responsabilidade protege e que ter o mínimo garantido é condição para discutirmos responsabilidade como resposta para além de sobrevivência e necessidade. Quando responsabilizar fica como sinônimo de punir e castigar – ou exigir obediência mesmo em situações nas quais a desobediência talvez se faça necessária – e proteger fica equiparado a “garantir direitos”, o que muitas vezes se traduz em uma série de encaminhamentos do adolescente e também de sua família para a rede de serviços e atividades, é necessário questionar se alguma dessas práticas possibilita a saída da tutelarização. Proteger ou dar proteção ao outro, responsabilizar o outro ou fazer com que se responsabilize sem considerar como o sujeito se percebe em relação ao seu ato, como Leonardo, são ações similares por empreenderem uma mesma lógica: a da *minoridade* como tutela e de uma *maioridade* que nunca parece acessível, senão como uma punição a mais.

1.2 O avesso do mesmo lugar

“É preciso parar de olhar as coisas em frente.” Ao tomar a redução da maioridade penal como objeto de estudo das compreensões quanto ao controle social da criminalidade pela justiça penal e as respostas estatais, Cappi (2017) nos provoca com essa frase, que traduz o direcionamento ético no qual pautou sua pesquisa e que combina com o que alerta Costa (2005) sobre as “fórmulas encantatórias”. Para ver é preciso não tomar como certo o que se apresenta com consistência de verdade, não concluir a partir de generalizações, não reduzir posicionamentos a estar contra ou a favor, e sim olhar para o que sustenta sua estrutura e a lógica que a articula.

Através dos argumentos proferidos nos debates parlamentares sobre a redução da maioridade penal, Cappi (2014, 2017) faz uma leitura que procura desvelar as estruturas gerais e universalizáveis em três campos de representações relativos à maneira como os parlamentares se manifestam, apreendem e/ou refletem sobre a maioridade penal: a representação do problema, a percepção que é feita do jovem e a concepção das modalidades de intervenção e sua eficácia. Com esse intuito, o autor analisou o texto das trinta e sete PECs⁵⁰ que sugerem

⁵⁰ Das trinta e sete PECs propondo a redução da maioridade penal, trinta foram apresentadas na Câmara e sete no Senado (período entre 1993 a 2010). Atualmente tramitam no Senado Federal seis propostas (outras lhe foram apensadas, de modo que passaram a ser votadas juntas) que propõem a redução da maioridade penal.

alteração do artigo 228 da Constituição Federal,⁵¹ escritas no período entre 1993 e 2010 e apresentadas pelos parlamentares federais brasileiros, e os discursos proferidos nas sessões plenárias. O autor partiu da análise de conteúdo do conjunto dos discursos e dos argumentos que fundamentam as posições manifestadas e realizou, em algumas etapas, um processo de releitura do material de modo a extrair o que chamou de “sintoma das maneiras de pensar”: o que revela o furo no discurso e a verdade que o sustenta. A pesquisa se distingue de outras notas técnicas que discutem a redução da maioria penal na medida em que não busca descrever, explicar ou estabelecer relações causais (de caráter generalista) para abordar o fenômeno, e sim, a partir da compreensão dos múltiplos posicionamentos e das normativas que tomam como base, levantar novas perguntas e hipóteses que poderão contribuir para dar movimento a outras formulações existentes (Cappi, 2014, 2017).

A análise do texto das 37 PECs e dos discursos parlamentares no contexto da redução da maioria penal foi realizada em três momentos: atenção aos argumentos favoráveis à redução da maioria penal, cotejados com os argumentos que fazem a defesa da posição contrária, agrupados por semelhança de sentido; nova exploração do conteúdo que possibilitasse apreender, num terceiro momento, a organização em tipologias abstratas capazes de sintetizar maneiras de pensar as respostas aos atos infracionais realizados por adolescentes. As tipologias foram construídas por saturação de leituras e dados observados e, depois, a partir da redução em categorias com caráter de generalidade e do desvelamento de relações significativas entre elas: apreendendo-se dessa análise uma linha narrativa que possibilitasse uma nova conceitualização do problema teórico pesquisado (Cappi, 2014, 2017).

Os argumentos foram organizados em uma estrutura de silogismos⁵² que deduz uma conclusão a partir da articulação lógica de duas proposições que autorizam a formulação de categorias abrangentes consideradas verificáveis, eficazes e aplicáveis, uma vez que partem de outras proposições proferidas. No entanto, nem todos os silogismos possíveis de serem

⁵¹ O artigo 228 da Constituição Federal estipula que são considerados penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

⁵² Na lógica clássica, o silogismo, tal como formulado por Aristóteles, é um raciocínio dedutivo no qual a conclusão resulta da relação entre duas proposições categóricas (maior e menor). As proposições categóricas afirmam algo sobre duas classes, incluindo ou excluindo total ou parcialmente uma classe da outra. Nesse sentido, é uma articulação que vai do geral ao particular, isto é, a partir de uma totalidade portadora de atributos, tira-se uma verdade que é aplicada a seus componentes, de forma a afirmar ou negar se a outra parte possui ou não características inerentes ao todo. A premissa maior é composta por um quantificador, sujeito da oração, uma cópula e um termo maior relacionado a uma proposta de generalização e/ou normativa (“todos os gatos são mamíferos”) enquanto a premissa menor é constituída por um termo menor, específico, uma cópula e um termo médio (“Félix é um gato”). A conclusão é deduzida da relação que cada uma delas estabelece com um termo intermediário (termo médio), repetido em ambas as premissas, mas não na conclusão (“Logo, Félix é um mamífero”). Trata-se de um tipo de raciocínio específico, dado que a conclusão se sustenta na dependência de outros julgamentos estabelecidos anteriormente (Mortari, 2001).

formados são válidos. Existem aqueles que, mesmo aparentemente lógicos e verdadeiros, são falaciosos. A falácia – aquilo que engana ou ilude – é um “falso silogismo”, pois, embora tenha estrutura de conclusão dedutiva e comprovada, traz em sua formulação uma falha que torna o argumento enganoso ou equivocado (Mortari, 2001), ou seja, conclui relacionando dados que nem sempre têm correlação nem podem ser deduzidos entre si, ou ainda tomando o particular como universal. No texto das PECs analisadas por Cappi (2014, 2017) e também na análise que Guirado (2015) faz,⁵³ podemos encontrar exemplos de todas essas modalidades.

As proposições que Cappi (2014) decanta dos argumentos contra a redução e a seu favor são:

1. “O Estado deve fazer algo para responder às demandas da sociedade.” (M1).
2. “Existe uma forte demanda da sociedade para reduzir a insegurança.” (m1).
3. “A criminalidade dos jovens contribui significativamente para a insegurança.” (m2).
4. “A aplicação do direito penal é eficaz para reduzir a criminalidade daqueles que têm discernimento a respeito de suas condutas.” (M5).
5. “O discernimento a respeito de suas condutas está relacionado ao acesso à informação, à educação ou ao desenvolvimento socioeconômico do país.” (M3).
6. “Os jovens têm acesso à informação, à educação ou ao desenvolvimento socioeconômico do país.” (m3).
7. “As leis existentes constituem uma importante referência para estimar o nível de discernimento a respeito de suas condutas, segundo a faixa etária.” (M4)
8. “Certas leis brasileiras (lei eleitoral, direito civil) afirmam, mesmo implicitamente, que os jovens de minoridade têm discernimento a respeito de suas condutas.” (m4).
9. “É preciso seguir o exemplo dos outros países.” (M7).
10. “Numerosos países já reduziram a maioria penal.” (m7). (p. 17)

Ao serem articuladas, formam conclusões que servem como base para outros argumentos, se retroalimentando, como: “Os jovens têm consciência dos seus próprios atos”, “é preciso seguir o exemplo de outros países”, “muitos países reduziram a maioria penal”, logo, “deve-se reduzir a maioria penal” (Cappi, 2014, p. 117).

Guirado (2015) aponta como, ao longo do texto da PEC, encontra-se uma aparente aleatoriedade nos argumentos que defendem o desenvolvimento biológico⁵⁴, que ora fazem menção a idade como importante indicador, ora contrapõe atrelada a um “desenvolvimento mental” fruto de uma inata “capacidade de entender” e de agir em prol do bem comum que não

⁵³ Ela realiza uma leitura e interpretação do Item “Justificação” da PEC nº 171 de 1993, aprovada em plenária da Câmara para envio ao Senado em 2015, a partir da metodologia de análise de discurso, subsidiada por suas leituras de Foucault e Freud.

⁵⁴ “Ao aferir-se esse grau de entendimento do menor, tem-se como valor maior a sua idade, pouco importando o seu desenvolvimento mental” (PEC nº 171 de 1993 apud Guirado, 2015 p. 164).

depende de maturidade ou da lei.⁵⁵ Em nenhum momento é mencionado o critério de avaliação ou conceitualizado o que se relaciona ao desenvolvimento, o que é uma habilidade que pode ser aprendida, o que é escolha e decisão do sujeito.

A indefinição dos critérios, móveis e contraditórios ao longo do texto, como apresentado por Guirado e também por Cappi (2014, 2017), sob a insígnia da lei, soam como verdade sem que sejam necessárias maiores explicações. Como Vianna (1999) apresenta no caso dos *menores*, as provas constituem uma autoevidência, que não cabe interpretar: são fatos observáveis, evidentes, aferíveis, como se encontra nesta afirmação, por exemplo: “o passar do tempo não garante amadurecimento psicológico ou de julgamento, mas justifica sem estudos, a partir de observações genéricas, a evidência de que a idade, de 16 para 18, capacita mentalmente para que seja imputável” (p. 163) – ou nesta outra:

nos grandes centros urbanos, os adolescentes entre dezesseis e dezoito anos já possuem, indiscutivelmente, um suficiente desenvolvimento psíquico e a plena possibilidade de entendimento, por força dos meios de comunicação de massa, que fornecem aos jovens de qualquer meio social, ricos e pobres, amplo conhecimento e condições para discernir sobre o caráter da licitude e ilicitude dos atos que praticam e de determinar-se de acordo com esse entendimento. (PEC nº 171 de 1993 apud Guirado, 2015 p. 168)

Não se define ou discute em nenhum momento o que caracterizaria na citação acima o “amplo conhecimento” – senão que se daria “por força dos meios de comunicação de massa” – e nem “condições para discernir” e “determinar-se de acordo”, ou seja, em obediência e conformidade, com o entendimento da lei.

A questão a se perguntar é sobre a lei que se faz valer de forma arbitrária e incontestável nessa (des)ordem. Guirado (2015) aponta como, ao longo da PEC que analisa, a lei tem seu sentido invertido: não serve para determinar limites, mas para prescrever punições com teor preventivo, considerando que o castigo seria um fator produtor de cidadania de “consciência de participação social e de necessidade de cumprimento da lei” (p.170), a fim de “impedir já a sua carreira de crimes que ameaça começar ou continuar” (p. 171), sendo que o castigo outorgaria. Em relação ao “moço de hoje”, como quem “entende perfeitamente o que faz e sabe o caminho que escolhe” (p. 171), cabe à lei apenas apresentar o castigo e a punição preventivamente, para

⁵⁵ “A imputabilidade deve estar imediatamente ligada à punição, à perda de liberdade, uma vez que, pelos argumentos religiosos, somos todos dotados de capacidade de entender e de nos responsabilizar pelo que fazemos, desde muito cedo na vida, sem a ajuda da lei. Mais que isso, somos capazes de agir em função do bem comum” (PEC nº 171 de 1993 apud Guirado, 2015 p. 171).

que ele se “determine de acordo”, ou seja, a maturidade, o entendimento e a consciência do ato são devolvidos à esfera individual, apagando-se a dimensão coletiva.

Uma das problemáticas que Cappi (2014, 2017) identifica em sua pesquisa é a de que os discursos que defendem a manutenção da maioria penal como se configura atualmente partem de propostas que dialogam com os mesmos princípios do lado que defende a sua redução. Ou seja, no que parecem lados extremamente polarizados, encontram-se mais pontos de solidariedade do que se imaginaria entre os argumentos utilizados, pelo seu conteúdo – como, por exemplo, as questões relacionadas a desenvolvimento biológico/entendimento psicológico/consciência – e também pela retórica usada para enunciá-los. As diferenças, como o autor aponta, não são numerosas, mas são significativas, especialmente em relação à forma como os defensores da legislação atual consideram a problemática com mais nuances e complexidades e utilizam com mais frequência dados científicos.

No entanto, embora tragam críticas embasadas, apresentem denúncias em relação à ineficiência do sistema penal e sua seletividade sociorracial e apontem indicadores sociais que demonstram a necessidade de políticas básicas, Cappi (2017) pontua que a apresentação de propostas alternativas às respostas estatais, em sua essência punitivistas e de encarceramento, é tímida. Modalidades como as medidas socioeducativas em meio aberto ou as afiliadas à justiça restaurativa são pouco debatidas e, quando o são, o enfoque é individualizado, recaindo sobre o adolescente e seu protagonismo. Ou seja, o debate contribui para a manutenção das premissas e práticas do sistema socioeducativo atual.

Nesse sentido, cabe pensar como a lei e o poder punitivo têm sido exercidos, e em nome de que(m), não só em relação aos *menores*, mas a todos nós. Como aponta o autor, debate-se a forma de pensar o adolescente, a idade e os dados sociais, mas não a forma de pensar o direito, suas práticas e seus impactos:

De um lado, preocupa o fato das propostas inovadoras aparecerem de maneira tímida e com densidade teórica reduzida. Embora não se espere dos parlamentares um esforço especial em matéria de concepção de alternativas ao castigo, os discursos parecem evidenciar um déficit mais geral na fundamentação teórica das inovações em matéria penal: a racionalidade penal moderna revela-se particularmente insistente quando pretendemos nos afastar dela. Por outro lado, e isto é ainda mais preocupante, a presença de discursos regressivos constitui certamente um sinal de alerta para quem deseja um Estado capaz de conceber e implementar limites, não só para as condutas do cidadão, mas também, e sobretudo, para o exercício do próprio poder punitivo. (2014, p.)

Assim, a questão que se delineia é: como fazer frente à política de encarceramento em massa e extermínio desses que ficam como *menores*? Ser contra a redução, por mais enfático

que se possa ser ao dizer não, pode não consistir, como apresentado, em ruptura – a problemática segue circulando nos mesmos termos – e não impede que o tiro saia pela culatra, fortalecendo o que engendra justamente o que se quer combater. Como subverter os ímpetus mobilizados pelo senso comum, generalista e generalizante, que reclama por punição aos outros, em reflexão crítica sobre as condições de reconhecimento de alguém como responsável pelos seus atos na cena pública?

No tocante a essas questões penso que é preciso dar um passo em relação as discussões que vem sendo encampadas – da garantia dos direitos, da defesa contra as violações, das reclamações das demandas que vem do judiciário, da indignação em relação às mortes, a dificuldade do trabalho e das tentativas de legitimar em lei, uma redução que já existe em prática – para pensar o que propomos? Não à redução, mas sim, a quê? O que propomos que possa ter efeito de responsabilidade – e não de culpabilização – aos adolescentes, mas também à todas as instâncias envolvidas? Que práticas produzem *maioridades* e se contrapõe a *minoridade*? Embora seja importante se posicionar em relação a essas questões, é insuficiente defendermos a manutenção de um sistema do qual já sabemos os efeitos⁵⁶.

Aqui cabe uma ressalva. Frequentemente há o descrédito dos trabalhadores sociais e do trabalho por eles realizado – inclusive de sua própria parte – junto aos adolescentes que estão sob o estigma do *menor*, independentemente de estarem cumprindo medidas socioeducativas ou não. Nesse sentido, como apontado por Bertol (2019), classificar e julgar a aplicação das medidas socioeducativas como sucesso ou fracasso dos profissionais ou dos adolescentes no processo de responsabilização em relação à lei é uma avaliação simplista, que ignora o campo complexo envolvendo sua execução e que pode resultar em análises grosseiras e esvaziadas, possivelmente corroborando a associação da continuidade dos atos infracionais a uma ausência de punição e a visão do trabalho da política de assistência social como ineficaz e complacente.

Diante de uma lei corrompida, seletiva na sua aplicabilidade, os trabalhadores sociais se veem frente a uma questão de difícil resolução: como responsabilizar os adolescentes e conferir sentido à lei como pacto social? Afinal, qual sentido uma medida socioeducativa pode ter para um adolescente que a está cumprindo apenas porque confessou uma infração não cometida, a fim de pegar uma medida mais branda, por orientação do defensor, ou que teve sua apreensão forjada e foi sentenciado sem provas além das marcas que o identificam como *menor*? Como exigir a frequência do adolescente na escola como parte de sua medida quando este relata inúmeras violações e violências que sofreu dentro da própria escola, algumas vezes

⁵⁶ Para mais sobre os efeitos das práticas do sistema socioeducativo atual, ler Bertol (2019).

de autoria do próprio corpo docente e da diretoria?⁵⁷ Ou, ainda, como atribuir sentido a alguma lei quando os adolescentes são considerados culpados *a priori*, mas se deixam impunes, a despeito de provas e flagrantes, os policiais que os violentam?

Em minha experiência realizando supervisão desses serviços, frente a esses impasses e dilemas, há aqueles que preferem se refugiar na burocracia, assumindo seu lugar de minoridade e autonomia parcial no sistema: executam as ordens do judiciário, corroboradas, em muitos casos, pela coordenação do SUAS, e seguem tocando e reportando um processo burocratizado. Outros sentem também o peso da *minoridade*, na qual sua voz tem menos valor e sua participação é limitada. E há aqueles que sustentam a difícil posição de se colocar eticamente em relação ao inconciliável das demandas do judiciário e outras instituições quanto ao que deve ser feito, controlado, garantido ao *menor* e o que lhes dizem os adolescentes e seus familiares, ou seja, aqueles que os escutam enquanto sujeitos na lei e não apenas sujeitos à lei. São profissionais que se valem, como um profissional uma vez nomeou em supervisão, de “uma mente infratora”, consideram que há situações que à desobediência é devida e a subversão, uma proposta de trabalho.

Assim, às críticas tecidas não são às práticas das medidas socioeducativas ou aos profissionais, embora se entenda que a manutenção do sistema que produz e reitera os *menores* seja feita também através destes. É preciso não olhar de frente, como traz Cappi (2017), e sim de viés para enxergar o que perpassa para além do clamor imediato.

1.3 Redução não é solução

Considerando o histórico apresentado até aqui, é possível ver como as afirmações elencadas por Cappi (2014 e 2017) utilizadas no debate atual convocam e reeditam os argumentos utilizados para justificar a criação da categoria *menor* e as intervenções sobre este, os quais se propunham a: divulgar o quadro alarmante da criminalidade; estabelecer relação direta entre desenvolvimento, crianças e adolescentes e violência/criminalidade; comprovar a origem do problema social como questão familiar; indicar medidas de profilaxia e contenção e, ao mesmo tempo, colocar em dúvida a eficácia das mesmas e a possibilidade de recuperação dos *menores* ao trazê-las para o âmbito da imoralidade e da sanidade (Rizini, 2008).

Destacamos, a partir da leitura de Cappi (2017) e de Guirado (2015), como muitas das afirmativas sustentadas no debate sobre a redução da maioria penal são falácias, raciocínios

logicamente incoerentes, sem fundamento ou falhos, com aparência de verdadeiros. Os argumentos falaciosos podem ter validade, como aponta a análise de Cappi (2017), do ponto de vista emocional ou pessoal – e aqui a mídia exerce grande influência –, mas não têm validade lógica. Trata-se de uma estratégia retórica para validar uma enunciação, mas também, muitas vezes, de construções de conhecimentos que não passam por reflexão, sendo aceitos pela maioria das pessoas sem questionamentos. Decorrem de generalizações excessivas, falsas analogias, deduções falsas, argumentos autoritários, falsos axiomas e não são, em sua maior parte, sustentadas por dados ou pressupostos científicos que possam ser comprovados, que partam de uma análise ou interpretação capaz de considerar uma maior complexidade. Talvez o maior perigo desses discursos esteja em tirar da palavra seu peso e deixá-la esvaziada do sujeito e preenchida de certeza, na medida em que só se considera sua conclusão, muitas vezes deduzida de enunciados que não se articulam logicamente. Sem a identificação de quem enuncia, o que faz corte e organiza o enunciado? Nada fica como contradição, embora os argumentos se contradigam; seu valor está mais na intensidade e no clamor com que é vociferada e no afeto que produz do que na legitimidade de seu autor ou na sua coerência: se diz e se desdiz, de modo a dificultar a interpretação, a escuta que implica e traz implicado quem se pronuncia.

Nesse sentido, Guirado (2015) aponta a importância de escutá-los não no que trazem de repetição – seu conteúdo –, mas no que se renova a cada vez que o debate é colocado em cena: o tempo e as datas em que as PECs foram apresentadas e levadas para votação, uma vez que “são as contingências temporais e espaciais da formação discursiva que permitem identificar esses lugares de enunciação que a lei encena” (p.161). Sair da redução que esses discursos propõem e considerar a lógica que os engendra pode ser, nessa visada, um importante ponto de inflexão e intervenção para sair do binarismo do contra/a favor.

Reduzir a discussão a figuras como o *menor* ou a soluções simplistas, como a alteração da idade penal como promessa para o fim da violência, apaga a complexidade das contradições, dos tropeços, das incompletudes dos discursos e seus restos – justamente o que diz do sujeito e do impossível de solucionar – e faz obstáculo às invenções e aberturas que, se não resolvem, possibilitam novas formas de fazer resistir às diferenças e de se relacionar.

Nader (2019), ao discutir a luta antimanicomial, aponta como ela não é exclusiva aos que são reconhecidos pejorativamente como “loucos”.⁵⁸ Ele chama de “lógica manicomial” as práticas e os discursos que constroem muros, através dos quais se pode determinar quem se

⁵⁸ Em seu livro, Nader (2019) destaca como ao longo da história o manicômio foi utilizado para desacreditar e encarcerar pessoas conforme seu posicionamento político – ao longo da ditadura, por exemplo.

exclui ou inclui, quem está de um lado e quem está do outro, que não são apenas limites concretos, mas uma lógica, uma racionalidade que atravessa uma ideia de sociedade, de cidadania, a forma como se vive em sociedade e nas quais se consegue, ou não, conviver com as diferenças. O manicômio, como também as prisões, propõe solução única e simples para problemas complexos ao reduzir sujeitos a um estigma, ao que os torna *menores* e os coloca sob tutela. O perigo que ronda, aponta Nader (2019), ultrapassa as instituições e as legislações e se encontra nas formulações simplistas na redução ao binarismo contra/a favor e na construção de respostas únicas e de saídas particulares e individuais para solucionar questões complexas - como as encontradas no debate sobre a redução da maioria penal. Embora seja inegável a importância dos avanços em relação aos direitos sociais, sua tradução em práticas não é simples e vem atravessada pelas questões que Nader (2019) apresenta, não só no campo da saúde mental.

Vicentim (2019) interroga se os direitos da infância e da adolescência podem ser outra coisa que a contraface da incapacidade política ou da vulnerabilidade - ou seja, da *minoridade* - e se não seria possível inverter e alçar as experiências destas vidas menores - minoritárias, desviantes, singulares - como interrogante dos sentidos do político, dos direitos e da gramática de reconhecimentos que vem sendo empregada. Ou seja, ir do *menor*, esse produto do qual tudo se sabe e para o qual se tem respostas e destinos, à *minorancia*, isso que enigmatiza, relança e que, conseqüentemente, possibilita dar um passo nesse debate, tantas vezes caracterizado pelos binários e polarizações: incluir/excluir, ser contra/a favor, internar/não internar, proteger/responsabilizar.

Se por um lado, há especificidades na construção dessas categorias que caracterizam e classificam indivíduos, como apresentado em relação ao *menor*, que determinam como as lutas e movimentos que buscam fazer frente às classificações e construções de instituições especializadas (como prisões, manicômios, FEBEM, etc.) destinadas a separar os assim identificados dos outros, por outro percebe-se que as particularizações dessas resistências muitas vezes velam o que há de comum, a lógica que as atravessam. Sem questionar sobre as contradições, atravessamentos e as nuances que compõe essas discussões e, se incorre em uma redução que, ao simplificar, reproduz muitas vezes o que se propõe a combater, como apresentado em relação ao debate sobre a redução da maioria penal. À despeito da existência de leis e discursividades que afirmem “direitos à todos” e objetivem a inclusão - todos iguais como sujeitos de direitos - é possível perceber como muitas vezes o efeito é o oposto. Onde se observam e determinam indivíduos, há pouco espaço para falarmos em sujeitos, ou melhor, para fazer falar o sujeito, no singular.

Inventário de Emergências Pandêmicas nº 2

“O que pode e o que deve fazer a cidadania diante de situações graves de despotismo ou incapacidade, especialmente, se há omissão dos poderes que deveriam controlar, contrabalançar, evitar e corrigir os males causados pelos maus governantes?”

Trecho de petição para o STF de ação civil originária pedindo o reconhecimento da “incapacidade civil” de Jair Bolsonaro

“eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado. E que cada um faça, exerça o teu papel. Se exponha” Jair Bolsonaro, Maio de 2020

“Não se trata de julgamento por crime de responsabilidade ou por crime comum, casos previstos na Constituição e para os quais se requer a prévia autorização parlamentar, justamente porque a interdição se pede, não por crimes, mas pela incapacidade do presidente de entender o que é certo ou errado, ou seja: ele, por incapacitado, haverá de ter a extensão de sua imputabilidade verificada. Não o acusamos de crimes. Estamos observando apenas que ele não pode exercer, e de fato não está exercendo devidamente, o cargo no qual foi empossado

Trecho de petição para o STF de ação civil originária pedindo o reconhecimento da “incapacidade civil” de Jair Bolsonaro

“Tudo agora é pandemia, tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas” Jair Bolsonaro, Novembro de 2020

“Olha, eu não acho que eles sejam doentes mentais. O que ele está fazendo são crimes. Crimes contra a Constituição, crimes contra os direitos, são crimes contra a humanidade. A meu ver deveriam ser tratados como criminosos. Não como doentes.”Roberto Tykanori

Nossa liberdade não tem preço, ela vale mais que a nossa própria vida", Jair Bolsonaro, Dezembro de 2020

“Faça o que você bem entender. Isso é liberdade de expressão, está na Constituição.” Jair Bolsonaro, Julho de 2021

“Eu sou a constituição” Jair Bolsonaro, Abril de 2020

"Não vejo como alguém que não se comprometa possa se achar livre. Isso não é liberdade. Esse exercício de afirmação do que acha e pensa voluntariosamente como sendo o melhor, negando tudo que pode garantir outros direitos fundamentais — direito à saúde, à cidadania —, para mim, compromete exatamente o direito à liberdade com responsabilidade. E liberdade sem responsabilidade é arbítrio", Cármen Lúcia, Março de 2021

“Eu tenho direito constitucional de ir e vir. Ninguém vai tolher o meu direito de ir e vir" Jair Bolsonaro, Abril de 2020

“Vida, saúde e direito de ir e vir são direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal. Nenhum direito, no entanto, é absoluto. Quando direitos entram em colisão, o intérprete deve fazer uso do princípio da proporcionalidade e razoabilidade. E, nesse caso, o razoável é que, indiscutivelmente, a vida tem mais valia que a liberdade.”
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Abril 2021

"Eu defendo o tratamento precoce [contra a covid-19], mesmo não tendo comprovação científica. (...) muitas mortes poderiam ter sido evitadas, sim. Mas não foi feito o tratamento precoce, o tratamento imediato (...) Agora querem me

responsabilizar pelas mortes. Poderia fechar o Brasil todo, mas não fiz, exatamente na contramão, mas não por ser oposição, mas por estar melhor preparado para conduzir essa questão”. Jair Bolsonaro, Julho de 2021

“Nossa pesquisa revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”.Deisy Ventura, Janeiro de 2021

“Lembro à Nação que, por decisão do STF, as ações de combate à pandemia (fechamento do comércio e quarentena, por exemplo) ficaram sob total responsabilidade dos governadores e dos prefeitos”. Jair Bolsonaro, Junho de 2020

“Eu te responsabilizo, Jair Messias Bolsonaro”
Eliane Brum, Abril de 2021

“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagres” Jair Bolsonaro, Abril de 2020

Cáp 2 – A maioria desejada

No capítulo anterior foi traçado um percurso da criança e adolescente identificado como *menor*, para a discussão do par significativo *minoridade* e *maioridade*, como chave de leitura na compreensão da crescente intervenção dos poderes públicos que normatizam e normalizam modos de existência e legitimam a desigualdade social ao longo da história do Brasil.

Procurou-se problematizar a tendência em ordenar as distinções entre *minoridade* e *maioridade* e estabelecer hierarquias a partir de características individuais - discurso que tem como produto o indivíduo *menor*, determinante na gênese do mecanismo de tutela e sua legitimação como dominação necessária para a segurança social e na manutenção da ordem vigente. Essa lógica, como apresentado, longe de ficar restrita à questão das crianças e adolescentes, perpassa outros grupos e outras práticas, constrói fronteiras e barreiras – algumas concretas, outras mais sutis e subjetivas - que reduzem a pessoa a um amontoado de características, que determinam como devem ser separados, controlados ou tratados. A burocracia, como apontado, é um instrumental essencial nesse processo: se observa o que identifica alguém como exceção à norma e no lugar de *menor*, sem que se explicita quem embasa esse saber – “cabe a toda autoridade a qualquer tempo” - e sem que se enuncie a régua que divide os *menores* dos outros, que, pode-se supor, sejam aqueles *maiores*, ou ao menos, não-menores, uma vez que seu reconhecimento nem sempre está previsto ou assegurado.

Apresentou-se como não só as crianças, mas todos enquadrados na categoria de *menor* em alguma medida, ou seja, com desenvolvimento considerado inferior, parcial ou desviante pelas métricas apresentadas no capítulo anterior - discernimento/responsabilidade, hereditariedade e degeneração (moral e da raça) e compreensão de sua periculosidade/demanda de intervenção estatal (Vianna, 1999) - estariam sujeitos a algum dispositivo de tutela e não poderiam ser reconhecidos como participantes plenos da sociedade, cidadãos. Esse espectro de categorias, como apresenta Vianna (1999) permitia determinar os graus de barbárie e civilidade das figuras a serem tuteladas, em contraposição lógica e legal aos “desenvolvidos” que podiam ser considerados plenamente responsáveis pelos seus atos.

O desenvolvimento aparece como projeto de autonomia e individuação que possibilitaria superar fases, galgar estágios de modo a resgatar, adequar e cultivar as capacidades que fariam suplência às falhas, desvios, inaptidões que, suprimidas ou superadas, colocaria a todos como iguais, plenamente capazes, perante à Lei e na *pólis*. Ou seja, determina de onde se parte em direção ao que seria desejado. Coloca-se aqui um labirinto de demandas infinitas e de imperativos a serem respondidos para que se complete o processo e se alcance um

ponto de chegada, assumindo um novo status, embora, este – seja ele O adulto, O *maior*, O responsável, O capaz – nunca seja definido.

Curiosamente, nos códigos legais, a *maioridade* encontra-se definida a partir daqueles que não a tem: aparecem as exceções, mas não a regra ou alguma significação atribuída à condição de *maioridades*. Os *maiores* aparecem implicitamente definidos como aqueles que não são *menores*. Essa definição é problemática, principalmente no que tange àqueles que ficam sob a égide da *minoridade*.

Primeiro, porque se ficam claros os marcos de captura nesse lugar, o de *menor*, os marcos de saída, ficam pouco esclarecidos.

Segundo, enquanto nos códigos ficam indicadas tanto as *minorias* quanto as incapacidades pelas quais se identifica aqueles *minoritários*, nada se fala sobre as (in)capacidades daqueles que ditam as normas e julgam sobre as mesmas – “toda autoridade pode e toda pessoa deve” – os *maiorais*. Maiorais, pois é uma posição que se refere certamente a um privilégio – determinar os princípios básicos ordenadores da sociedade, as normativas e critérios para julgar os que são determinados por elas - embora caiba interrogar se é possível aqui falar em *maioridade*.

Por último, retomo aqui a primeira definição *maioridade* dada nesse texto: a condição que indica a capacidade plena de responder pelos seus atos em meio público. Se a *maioridade* implica uma resposta, entendo que ela não pode ser considerada sem aquele que a enuncia - o sujeito e a quem ela é endereçada. Quem diz, em nome de que e para que(m)? Falar em sujeito implica na consideração do que é singular na assunção de uma responsabilidade, e, que, portanto, não pode ser totalmente determinada por normativas externas – sejam elas quais forem. Ao mesmo tempo, a referência a uma cena pública como receptor dessa fala, como lugar - concreto e simbólico - ao qual endereçar tais provas de capacidade e responsabilidade, indica que não há *maioridade* totalmente individual, ela precisa ser publicizada, depende de um reconhecimento de pertença ao que faz laço no coletivo. Eis aqui um ponto de problematização.

Se no capítulo anterior, demonstrou-se a instalação e promoção do mecanismo de tutela sobre alguns grupos e indivíduos identificados como *menor*, procura-se aqui apontar o que fica como exigência para o sujeito, de forma individualizada, para ser reconhecido como *maior*. Na ausência de definições sobre a *maioridade*, seguimos pelo que é apontado como exceção para decantar o que aparece como condições que condicionam essa passagem e possibilita esse reconhecimento. Embora seja no campo jurídico que encontramos a maior expressão e definição do que é o *menor*, as relações entre *minoridade* e *maioridade* previstas nas leis, coadunam outros campos de saberes e suas implicações escapam ao campo jurídico: organizam

a circulação da palavra, gramáticas de reconhecimento e cartografias para cada indivíduo. Como discursos e formas de enlaçamento – e também desenlaces –, esses ditames têm efeitos sobre o sujeito e as condições que conta para que possa responder pela sua *maioridade*, essa que se articula, mas espera-se que não se conforme, às *maioridades* - ou *minoridades*? – desejadas, que resulte justamente de ser "aquilo pelo qual o sujeito, em nenhum caso, poderia ser reduzido a um sonho do mundo" (Lacan, 1961-1962, p. 69).

2.1 Menores e não-menores, minorias e maiorais

O conceito de desenvolvimento, que pode ser entendido por várias vertentes embora traga em si uma ideia que remete a biologia e a um movimento que segue as leis naturais, é central nessa discussão na medida como tem sido empregado como conceito regulador na determinação da *minoridade* e no subsídio de políticas e práticas, de inclusão e exclusão. Tomando o debate da redução da maioridade penal como exemplo, tal como apresentado no capítulo anterior, pode-se perceber como o desenvolvimento aparece no centro das argumentações - tanto contra quanto a favor da mudança na idade de imputabilidade - em toda a sua ambivalência e ambiguidade: desenvolvimento como o que atesta o discernimento, ou é atestado por ele, e que sobrepõe noções de desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento normal, desenvolvimento moral, etc. Ao se debruçar sobre essas polissemias discursivas envoltas na noção do desenvolvimento, Melo (2019) sugere que, a despeito de ser um tema discutido em muitos campos – desenvolvimento econômico, progresso de um Estado, desenvolvimento como evolução, desenvolvimento psíquico, desenvolvimento pela educação, etc. – o termo segue atravessado de uma naturalização, que eclipsa à percepção das dualidades, das disputas, dos afrontamentos, das contradições inerentes a esse conceito – bem como seus usos políticos - e, principalmente, dos efeitos subjetivos que produzem.

No contexto penal, o desenvolvimento aparece como condição para a imputabilidade - à capacidade moral de discernimento para lidar com a lei e com o que esta acarreta de consequência na relação com os outros e com a civilização e demarca a passagem de *menor* para *maior*. Em relação as idades de consentimentos, temos como processo correlato a maturação, ou seja, o desenvolvimento biológico que culminaria no domínio cognitivo e do corpo, que demarca a transição de criança para adulto. Pelo código civil, apresenta-se a autonomia, como produto de um processo, que diz respeito à capacidade de manter-se independente, de ser proprietário e administrar seus bens, que traz o par incapaz-capaz. E por

último, situa-se, principalmente em relação ao Código eleitoral e outros contextos que preveem a participação social, a emancipação, que situa a saída da condição de tutela para a liberdade possível, o reconhecimento como cidadão – político, dotado de vontade própria e com livre arbítrio.

2.1.1: Inimputáveis e impronunciáveis

Percorrendo os diferentes conceitos de imputabilidade na história da ciência jurídico-penal, Sposato (2011) aponta como essas correntes se alternaram e foram reformuladas aos longos dos anos, enfatizando ora a ideia de maturidade, ora de sanidade/normalidade, ora de racionalidade sem nunca ter uma definição válida e unívoca⁵⁹ e intensamente atravessada por uma preocupação com a questão moral. Nesse percurso, a autora destaca duas teses contraditórias e paradigmáticas no que se refere à imputabilidade: a primeira na qual se concebe o discernimento decorrente da apreciação de um ato em particular, ou seja se valora a capacidade geral do indivíduo de compreender as normas jurídicas; e a segunda, na qual se afirma o discernimento como qualidade inerente ao indivíduo, que ele possui ou não, independente de sua ação, ou seja, conta como status pessoal para determinados grupos de indivíduos (p. 153-154).

Scheinvar (2002) apresenta que ao longo da história, a aquisição de discernimento aparece primeiramente relacionada ao desenvolvimento e a maturação biológica, no qual a idade era utilizada como critério e em um segundo, passa a ser definido por uma junta de especialistas que, “ao arbítrio do juiz”, subsidiavam a decisão de quem seria considerado imputável ou não. Nesse sentido, que Guirado (2015) fala que

se a lei fixa a menoridade e a (in)capacidade para o entendimento e, se é da relação entre esses dois termos jurídicos, que nasce a imputabilidade pena, pode-se depreender que será a legalidade o contexto que produz uma certa qualidade psíquica;

⁵⁹ Sposato (2011) destaca seis principais correntes utilizados para definir o discernimento como indicador, e produto do desenvolvimento. A primeira considera o menor como alienado mental e que pode, portanto querer agir meramente conforme sua vontade, desconsiderando a lei. A segunda, parte do discernimento como a capacidade do sujeito em tomar a lei como dever e a ela obedecer, sendo aqui obediência e cumprimento aos deveres sendo indicadores de capacidade. A terceira, parte da ideia de dever, mas aponta que o discernimento não se deve ao entendimento da lei e sim a um sentimento de medo pelas sanções acarretadas pela quebra da lei. A quarta combina a ideia de vontade da primeira e a de compreensão da segunda, definindo discernimento como a capacidade de entender e querer responder a lei, conjugando maturidade, desenvolvimento físico e mental, e sanidade. A quinta, doutrina mais difundida atualmente o define como a capacidade de compreender a ilicitude do fato e de atuar conforme esta compreensão. Nessa concepção a imputabilidade aparece relacionada ao livre arbítrio do indivíduo, embora a liberdade de vontade se configure por critérios normativos. Por fim, a sexta e última corrente aponta para uma ideia de normalidade motivacional, na qual inteligência cognitiva se combina com compreensão jurídica e moral, baseado no caráter e instintos de uma pessoa.

e será essa qualidade que desenhará, em retorno e bom uso de seus poderes, ao legislador e aos olhos da própria lei, o ‘sujeito punível’(p. 161)

As autoras apontam, em acordo com as ideias de Vianna (1999) apresentadas no capítulo anterior, como as definições de sujeito imputável e ‘punível’, e seu reconhecimento como *maior*, se deram em solidariedade com a noção de periculosidade - outro conceito não definido, mas que carrega a herança do discurso psiquiátrico clássico, apropriado para fins de medidas de segurança – que indicavam quais as figuras das quais a sociedade precisava proteger/ser protegida. Os dotados de discernimento, *maiores*, ofereceriam menos perigo e tinham, portanto, direito a se pronunciar – se justificar, defender, argumentar - sobre o seu ato e ter sua palavra legitimada. Aos que ficavam de fora a inimputabilidade e a periculosidade eram presumidas, assim como a falta de discernimento – fortemente associado à ideia de degeneração moral e de incivilizados: “os idiotas, os imbecis e os débeis mentais ou os que não atingiram a maturidade psíquica” (Meneses, 1884, p. ref⁶⁰) ou ainda aquele “totalmente privado de inteligência e de memória, e não saiba mais sobre o que fez que uma criancinha, um bruto ou uma besta selvagem. Eis aí os seres que a lei não pune jamais” (Delgado, 1992, p. 84).

Melo (2019) aponta como esses indivíduos são julgados, não a partir de si mesmos – do que seria o seu ideal – mas sim a partir do grupo ao qual pertencem, colocando em cheque o princípio jurídico da igualdade. Ao considerar que os homens não são iguais, que tem capacidades e aptidões distintas entre si e agrupando-os, a igualdade passa de princípio de julgamento à meta a ser realizada. Este conceito de igualdade, como objetivo e não como princípio, não serve como limite ao exercício do poder, mas à instalação de poderes discricionários e arbitrários exercidos sobre agrupamentos de pessoas classificadas a partir de algum traço identificatório, que as igualaria em condição de participação social. Se há que se defender o direito à diferença, em tempos de normativas generalizadas e generalizantes, a questão é como elas podem ser consideradas sem que isso determine uma valoração da vida: de vidas em condição de subalternidade, hierarquicamente inferiores a outras.

Essa discussão torna-se ainda mais pertinente considerando o poder conferido àqueles que podem determinar – a partir de uma avaliação especializada, a perícia psiquiátrica - a quais grupos equiparar e julgar cada indivíduo e distinguir aqueles que podem se pronunciar e ter o direito de se exprimir e em nome próprio e se manifestar sobre sua vida, seu ato e sobre o que pretende para seu futuro. Sua fala e poder decisório são escutados e reconhecidos publicamente.

⁶⁰ Destaca-se que o livro de Tobias Barreto Meneses, que examina o Código penal em 1884, aproxima e, em alguns momentos equivale, os menores e loucos no direito criminal.

Àqueles que são julgados como impronunciáveis, por “toda autoridade que pode (...) a todo tempo” (ref) decidir como fazer uso dos critérios para definir a maioria, civil ou penal, de um indivíduo, de maneira arbitrária ou em solidariedade com as especializações que partem do cientificismo para poder justificar as condutas (Sposato, 2011; Cappi, 2014; Vianna, 1999) - considerados desprovidos de discernimento, resta “a pedra sepulcral do silêncio” (Althusser, 1992, p. 33) e “o impronunciável do tempo, a indeterminação de critérios e o aprisionamento – não apenas concreto, mas subjetivo – à palavra do outro e à mercê de sua avaliação, uma vez que sua palavra já foi invalidada de partida. (ref)”.

A estes, as punições também podiam ter caráter excepcional: arbitrariamente distribuídos - à revelia da narrativa do autor sobre seu ato – e muitas vezes para além das normas previstas, uma vez que são considerados exceção à regra. Enquanto uma pena tem tempo determinado relacionado ao ato cometido, o que determina o fim de um tratamento ou medida tutelar? Esta medida consta no código penal, ainda hoje, que essas medidas de exceção devem perdurar por tempo indeterminado, até a cessão da periculosidade, de acordo com uma junta avaliadora⁶¹, configurando a única forma de prisão perpétua legalizada no Brasil, ainda que sob o nome de tratamento. Se a capacidade de discernimento é considerada, não em relação a um ato ou acontecimento e sim como condição inerente - e em algumas concepções inata - ao indivíduo, como apresentam Sposato (2011) e Vianna (1999), como fazer cessar a periculosidade?

No tocante a esse debate, é necessário considerar outros tipos de impronúncia, que embora não sejam determinadas pelos dispositivos legais existentes, invalidam a fala e relegam o sujeito ao lugar de resto. Destaca-se, como exemplo, a cena narrada por Donzelot (1986) sobre o tribunal de Menores, que sintetizava em um só espaço uma apresentação de pacientes psiquiátricos e um espaço deliberativo do judiciário. Diferente do tribunal clássico, o adolescente acusado não tinha sequer domínio visual do campo de forças no qual seu processo

⁶¹ Talvez o exemplo mais emblemático dessas questões, seja o “caso Champinha”. Roberto Aparecido Alves Cardoso, conhecido como Champinha, torturou e assassinou um casal em 2003, quando tinha 16 anos. Inicialmente, ele ficou internado na Fundação Casa, como parte de uma medida socioeducativa. Porém, cumprido o tempo máximo previsto pelo SINASE (3 anos), ele permaneceu internado em uma instituição construída para recebê-lo, a Unidade Experimental de Saúde (UES) sob a justificativa de que precisava de tratamento psiquiátrico. Atualmente, ele ainda se encontra internado, quase 20 anos depois. A essa UES, adolescentes e jovens adultos diagnosticados com deficiência intelectual ou enfermidades mentais tem sido encaminhado para internação. Embora seja administrada pela Secretaria Estadual de Saúde, a UES sua implementação e governança se deram pela Secretaria de Justiça, ou seja, se encontra em uma zona híbrida de exceção entre esses dois campos. A UES tem sido pauta de discussão, debates e ações por diversos grupos e órgãos, como a Defensoria Pública, considerada como uma manobra jurídica, sem respaldo legal ou na saúde, para manter a custódia de jovens que já cumpriram o prazo máximo de privação de liberdade previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

é debatido, não havia representação do mesmo. Somente o promotor e o juiz podiam se pronunciar: embora junto com o réu, também estivessem presentes na sala a família e educadores/técnicos que, considerados réus, acusados implicitamente como tutores do adolescente, também não tinham direito à palavra. Cena essa, que não difere das audiências de medidas socioeducativas realizadas com os adolescentes nos dias atuais, como apresenta de forma contundente o documentário Juízo (2008): embora esteja previsto no SINASE o direito do adolescente à fala, seu julgamento muitas vezes prescinde dessa, na medida em que outras caracterizações – cor da pele, composição familiar, idade, gênero – “falam” por si só, ficando ao “arbítrio do Juiz”, a última palavra.

Nesse sentido, Melo (2019) questiona se o emprego do conceito do desenvolvimento no âmbito da infância e da juventude, que sustenta o direito a inimputabilidade legitimado pelos códigos legais e pelo aparato judiciário, tem trazido as mesmas implicações – de silenciamento e impronúncia - que Foucault via operar com a loucura. Ao criar um interdito na medida em que submete uma palavra – como desenvolvimento ou loucura - da linguagem cotidiana a um outro código que ela mesma carrega, fazendo-a desdobrar-se do familiar no estranho e dizer algo diferente do previsto por seu uso cotidiano. Ou seja, uma palavra que envolve a si própria, que diz o que diz, tal como as palavras encantatórias de Costa (2005), que traz um excedente mudo que pode se desdobrar em outros sentidos, deslizando infinitamente pelo código que enuncia silenciosamente, dizendo muito, ao mesmo tempo que não diz nada e dificultando seu questionamento, uma vez que ela porta em si seu código e parâmetro.

2.1.2 Imaturos, incompletos e infantes

O conceito de desenvolvimento serve simultaneamente como marco normativo fundamental, ao mesmo tempo que opera como ponto de captura das e pelas crianças e adolescentes no imaginário e ação jurídico-políticos. Melo (2019) destaca como conjuntos de sentidos atribuídos ao desenvolvimento – como processo e também como direito – de crianças e adolescentes:

- a) objetivo, meta ou mirada dos direitos garantidos a crianças e adolescentes; b) autorrealização projetiva em busca de uma plenitude de si; c) estatuto ontológico próprio à infância e juventude distintiva de adultos e, como tal, regra hermenêutica; d) qualificação diferenciadora de formas de cuidado em sua implicação histórica com o princípio do interesse superior, conforme normalidade ou anormalidade do que se espera como padrão de desenvolvimento; e) qualificador da subjetividade e participação da criança, mas também da direção e orientação passíveis de lhe serem prestadas; f) adequação do nível de vida, pautado por segurança social e, portanto, indagativo das condições de vida, para consecução do desenvolvimento; g) sentido e conteúdo de políticas públicas (particularmente

educacional): adaptativa ou crítica; h) concepção holística pautada no desenvolvimento humano (p.73)

Sobre a questão da maturação, justamente nesta justaposição da criança ao *menor*, “a imagem mais bem acabada” da *minoridade*, percebe-se como ao mesmo tempo que se reconhece e constitui a particularidade da infância, como vulnerabilidade e necessidade de cuidado inerente a um momento da vida, ela também serve ao exercício de relação de subordinação dos infantes – justamente os que não podem falar por si – aos considerados adultos. O adulto aparece como ponto de chegada, o produto real e ideal do término do desenvolvimento. Assim, funciona como norma que estabelece uma dimensão temporal e curso natural comum a todos, e fica como métrica a partir da qual os que estão se desenvolvendo são equiparados - localizar estágios e fases, atrasos e mudanças na velocidade esperada – para saber se estão seguindo o curso “normal” e situar seus desvios - a loucura e a idiotia. Melo (2019) situa que o desenvolvimento - ou a falta de – não se referiam nem a ideia de acerto e erro, nem a de capacidade ou incapacidade de habilidades ou discernimento e sim, à categorização de comportamentos, seus desvios e anomalias, apreendidos a partir da observação e categorizados. A necessidade de avaliação, de mensuração dos comportamentos teve como efeito generalizar o controle dos considerados desviantes, a todos que o pudessem ser. As crianças e adolescentes, como seres em desenvolvimento, portanto, estariam ainda mais sujeitos a esse escrutínio.

Ao ser tomado como um corolário da proteção integral no âmbito do direito e da militância, especialmente na luta na garantia de direitos às crianças e adolescentes, o desenvolvimento, como forma para diferenciar formas de cuidado e qualificar subjetividades, passa a ser utilizado como sinônimo de plena realização de direitos e de personalidade, ou seja, como consequência natural para o ser humano, desde que garantidos todos os direitos inerentes à pessoa humana. O desenvolvimento - normatizado como “o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência⁶²” aqui é tomado como objetivo - apoiado nos campos da biologia, medicina, psiquiatria, psicologia e da educação – para que o indivíduo possa ter sua fala plenamente reconhecida, embora se configure essencialmente “como meta heurística e de pouca ressonância jurídica” (Melo, 2019, p.14).

Percebe-se nessa citação como a outorga das crianças e adolescentes tem se dado historicamente às custas da declaração da incapacidade ou da vulnerabilidade de crianças e adolescentes (Méndez, 1994, p. 47), ou seja, o reconhecimento destes – assim como de tantos outros públicos – não assegura a entrada deles na comunidade política (Vicentim, 2019). São

⁶² Artigo 7 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90

reconhecidos como portadores de direitos, porém ainda não tem sua cidadania assegurada, dado seu status de objeto de controle e de tutela – dos adultos, dos especialistas, dos que legislam e determinam o que é cuidar, ou seja, são visíveis enquanto figuras de cuidado, mas seus interesses são articulados por outros, independente de que se sintam representados pela fala destes ou não. Como “seres em desenvolvimento”, imaturos, o reconhecimento da fala e da capacidade de ação das crianças e adolescentes aparece sempre como limitado e, portanto, como seres que devem ser tutelados. “Sob a égide da imaturidade dos mais novos, se invisibiliza e legitima a dominação adulta” (Vicentim, 2019, p. 4) ao qual a criança resta se submeter e se conformar ou correr o risco de ser creditada como desviante e somar ainda mais um rótulo minoritário.

Essas questões têm feito com que pesquisadores como Méndez (1994), Sposato (2011), Coimbra et al (2009), dentre outros, levantem críticas sobre como uso do interesse superior justificado pela condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, um dos princípios fundamentais do direito da infância, tem servido à ideia de controle protetivo e vigia, tal qual as políticas ditas menoristas que antecederam a criação do ECA (Brasil, 2018).

Como exemplo, destaco a leitura de Melo (2019), que aponta como na normativa brasileira, da Constituição ao ECA, estão presentes os elementos que promovem uma espécie de curto-circuito que, ao proteger e evitar que crianças e adolescentes tenham que lidar com situações potencialmente perigosas ou que exijam seu posicionamento, contribui-se, como profecia auto-realizadora, para mantê-las num estado de impotência que, por sua vez, comprova sua necessidade e proteção. Há, portanto, uma timidez reformista na qual se invoca a vulnerabilidade de crianças e dos adolescentes como justificação para o prevalecimento de práticas protetivas e tutelares. Essas questões podem ser verificadas na forma como aparecem conjugadas e correlacionadas a ideia de desenvolvimento e educação⁶³ como qualificação para o mundo do trabalho como forma de promover autonomia e outorgar cidadania, diferente das normativas internacionais nas quais a dimensão laboral não está presente⁶⁴ e o desenvolvimento aparece como sentido norteador da educação, pensada como meio de promoção e difusão da cultura e de valores comunitários. Nesse sentido, as crianças são consideradas sujeitos de direitos, porém não têm um lugar de participação social, de cidadão garantidos, de modo que o

1. ⁶³ Art. 53. da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua qualificação para o trabalho.

⁶⁴ A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989.

que se prevê em termos de desenvolvimento serve a um projeto de adaptação, ao mundo político e ao do trabalho, a docilização dos indivíduos, não a sua emancipação.

Cabe questionar, de que capacidade e autonomia os adultos são dotados quando se propõe um desenvolvimento orientado à servidão e docilização dos corpos ou ainda, se a infância como tempo do controle pela proteção, desenvolvimento e educação teria um fim. Nesse sentido, Corazza (2000) aponta que o desenvolvimento da infância, como fase a ser superada em direção a outras idades e estágios de vida serve a uma estratégia mais ampla de controle na sociedade contemporânea, que chama de “dispositivo de infantilidade”: há sempre algo que falta, que precisa ser cumprido, aprendido e que mantém a todos – mesmo os adultos em idade - como crianças a serem educadas.

2.1.3. Incapazes, inaptos e interditáveis

Em relação às (in)capacidades, encontra-se uma lógica similar. No direito romano, as capacidades serviam para diferenciar o status de cada cidadão, de modo que a depender de suas qualidades, os sujeitos possuíam mais ou menos direitos. As diferenciações eram feitas por sexo, idade, estado de saúde, parentesco, espécies de parentesco, graus de parentesco, domicílio, presença ou ausência, profissão, religião. Sua aplicação era diversa e os seus critérios para definir limitação de liberdades e responsabilidades como direitos civis, inexatos, dado que respondiam essencialmente a uma premissa de desigualdade social. De modo geral, os critérios respondiam a uma tendência racionalista, na qual se equivalia status de cidadania com o discernimento (prudência e moral) e com uma certa concepção de razão – e também de sujeito – a partir das quais se julgava a legitimidade política de alguns, excluindo aqueles que não preenchiam determinados requisitos, mesmo que esses nem sempre estejam anunciados. Com efeito, como apresenta Melo (2019)

a exigência de serem “livres, iguais e independentes” para figurar na posição inicial de deliberação exclui, de um lado, as pessoas com deficiência, sobretudo as com impedimentos mentais graves, porque lhes faltam as capacidades de escolha moral e, por conseguinte, de igualdade. De outro lado, crianças e adolescentes, mas também pessoas idosas não gozam da necessária independência para que possam contratar, pautados apenas por suas próprias concepções de felicidade, não a de outros, a quem sejam dependentes (p.151)

Os capazes que podem deliberar e participar, por conseguinte, são os que estão em condição de liberdade, ou seja não estão sob propriedade, tutela ou interditados; de igualdade ao suposto adulto normal, em racionalidade e moralidade; e de independência, podem sustentar-se materialmente e subsistir sem ajuda, na qual se identificam certas habilidades cognitivas pautadas numa ideia essencialmente racionalista. A liberdade para a tomada de decisões que

podem ter consequência ou serem reconhecidas publicamente aparece condicionada a idade, a maturidade - ao desenvolvimento normal - ao discernimento e a educação, como meio para alcançá-los – seja esta adaptativa ou emancipadora- e a uma norma que pressupõe uma eficiência e produtibilidade, nunca exatamente definida, mas certamente utilizada para identificar àqueles considerados doentes, disfuncionais. A criança, novamente aparece como figura emblemática, dessa vez da incapacidade absoluta: sob tutela dos adultos, com desenvolvimento incompleto e dependente, financeira e materialmente.

No Brasil, a incapacidade ou capacidade relativa dos *menores*, em sua formulação no Código Civil republicano de 1916, encontrava par – à semelhança do código penal - nos loucos de todos os gêneros, nos surdos mudos⁶⁵ que não puderem expressar sua vontade e que estariam na posição equivalente a menores até 16 (totalmente incapazes) e também nas mulheres casadas, nos débeis, pródigos e indígenas⁶⁶, tidos como parcialmente incapazes (como os menores entre 16 e 21 anos). Novamente, retomo Vianna (1999), que apresenta como os que fazem par em sua *minoridade*, as vidas *menores*, são àquelas a que são dedicados controles maiores: de práticas eugênicas, exílios e confinamentos, marginalização à práticas que visam adaptar, tratar, ou simplesmente monitorar, na promessa de que sejam transformadas em vidas dignas de serem vividas, mesmo que não se assegure seu reconhecimento pleno, como *maior*.

Atualmente, o incapaz é definido no Código Civil (Brasil, 2002) como aquele que não tem poder de agir, aquele que não pode viver sem assistência do outro e não possui discernimento suficiente para tomar decisões em decorrência da idade⁶⁷. Na incapacidade relativa, na qual se considera a impossibilidade parcial de realização pessoal dos atos da vida civil os sem desenvolvimento “completo”⁶⁸ por enfermidade ou deficiência mental, os viciados em tóxicos e os pródigos (aquele que realiza gastos imoderados comprometendo seu

⁶⁵ Termo utilizado no texto do Código Civil de 1916, em desuso por seu caráter estigmatizador e discriminatório. Atualmente o termo utilizado é pessoa com deficiência.

⁶⁶ Pelo Código Civil brasileiro (de 1916) os índios, “os sílvcolas”, Sendo “relativamente incapazes”, deveriam ser tutelados por um órgão indigenista estatal (de 1910 a 1967, o Serviço de Proteção ao Índio - SPI; atualmente, a Fundação Nacional do Índio - Funai) até que eles estivessem “integrados à comunhão nacional”, ou seja, à sociedade brasileira. O “Estatuto do Índio”, o nome como ficou conhecida a lei 6.001 promulgada em 1973, que dispõe sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com os índios, manteve os mesmos princípios do Código Civil de 1916, trazendo formas para classificar os índios e determinar graus de tutela a partir da assimilação de costumes da “vida civilizada”, ou seja, do grau de periculosidade e barbárie.

⁶⁷ Incapacidade absoluta - situação legalmente imposta de impossibilidade de realização pessoal dos atos da vida civil senão por representante. Exemplos: menores de dezesseis anos. Com a inserção do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a incapacidade absoluta se resume apenas à faixa etária.

⁶⁸ Essa formulação foi revista a partir da entrada em vigor da Lei 13.146/2015, que ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, somente são consideradas absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos.

patrimônio). Aparece ainda uma menção, genérica e indefinida, aos que “por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade” (Brasil, 2002).

Na incapacidade, absoluta ou relativa, a vontade do sujeito deve ser conjugada e assentida pela do outro, capaz, que o assiste, ou seja, ele pode ser interditado, sendo submetido à uma curatela, a tutela de outrem. A curatela, à princípio deve abranger somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, não abrangendo todos os atos da vida civil, tais como o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

No campo das pessoas com deficiência, Melo (2019) aponta que houve uma dissociação da luta pelo reconhecimento de capacidade jurídica, lutando pela afirmação da sua independência, propondo a alteração do modelo de substituição de autonomia por um modelo de apoio e reconhecimento de igualdade na capacidade jurídica entre pessoas com ou sem deficiência, mesmo que este não tenha sido estendido a infância e juventude, às quais seguem apenas com reconhecimento ao direito à participação e ao desenvolvimento das capacidades. Esse movimento vem como resistência ao capacitismo, como medida que julga os corpos pelo que são e o que apresentam, reduzindo o sujeito à deficiência ou a qualquer característica considerada atípica. Ela aparece sustentada numa ordem natural – um desenvolvimento normal versus um desenvolvimento anormal - revestida pela força da narrativa médica (modelo biomédico da deficiência) e apoiada nessas normativas do judiciário, utilizada para classificar, operar e supostamente normalizar os corpos com deficiência. Supostamente porque, tal como acontece com outros tipos de classificação como apresentadas até aqui, essa identificação e redução restringe a circulação- inclusive da palavra, os espaços de participação na cidade e no mundo às instituições especializadas ou locais nos quais são incluídos e nos quais podem estar apenas como deficientes.

Em relação aos povos indígenas, pensados pela legislação como um coletivo “os índios”, houve uma mudança com a Constituição de 1988, em que cai a ideia de tutela e de uma perspectiva assimilacionista de abandono da cultura indígena e incorporação à “comunhão nacional”, embora ainda mantenha a União como responsável. O novo código civil (2002) retira os índios da categoria de relativamente incapazes e dispõe que a capacidade dos índios será regulada por legislação especial, mantendo esse paradoxal modelo de tutela que combinava proteção, pedagogia e repressão ao mesmo tempo que organizava o acesso às terras e permitia incidir sobre sua administração.

Aqui, tal como exigido para a cessão da periculosidade, o reconhecimento de desenvolvimento pleno, permanece como dúvida: Quais capacidades podem ser alcançadas

pelas vias ortopédicas oferecidas? Serão elas suficientes para o seu reconhecimento como *maior*? Ou apenas para que sejam percebidos um pouco acima na escala da *minoridade*?

Se a *maioridade* é entendida como uma concessão, uma permissão concedida por um outro supostamente dotado de autoridade para o fazê-lo, como poderia ser ela indicadora da assunção de responsabilidade – plena - de alguém, meio aos outros? Se a permissão e autorização vem do arbítrio do outro, o sujeito poderia tê-la novamente suprimida? Em que medida a *maioridade* é um bem que pode ser concedido por uma autoridade – o que, como apresentado, abarca dar provas de adaptação às exigência estipuladas por esta – e em que medida ela deve ser conquistada, questionando inclusive o que autoriza determinados mecanismos e funcionamentos na sociedade? É possível encontrar indícios dessas ambiguidades e ambivalências em registros como o que estipula a possibilidade de emancipação de uma pessoa com menos de 18 anos⁶⁹, desde que exista a autorização de seus pais e condicionada à avaliação e arbítrio do judiciário, subsidiado por profissionais de outros campos. Ou ainda na proposta encontrada no Código Civil de 1916 de que “é maior o sujeito que completar 18 anos, desde que seja reconhecido como tal” (Othon Sidou, 2004, p. 20). Tem-se com isso, que não há *maioridade* natural, automática e independente, ela é sempre condicionada a um reconhecimento de outro, que marca um lugar no público. A questão aqui é quem o pode fazê-lo e com qual chancela, bem como o que está sendo reconhecido e em nome do quê.

Aqui, reconhece-se como há uma certa perversidade nas incidências e aplicações das leis, fruto de um histórico de desigualdade como apontado por Cappi (2017), na qual os interesses particulares e privados podem definir o que é válido ou não no público, conforme o que garanta maiores privilégios a alguns. Enquanto as possibilidades de circulação e manifestação de alguns ficam condicionados a uma infundável lista de metas a serem cumpridas, outros encarnam ao pé da letra o “direito de ir e vir”, “liberdade de expressão” e “livre arbítrio” - direitos civis previstos na Constituição – como privilégios assegurados acima de qualquer condicionalidade, livres de qualquer responsabilidade e ainda, assegurados pela lei. Uma lei esvaziada na medida em que sua aplicação varia de acordo com os interesses de alguns.

⁶⁹ Código Civil, Art. 5º: Quando ao indivíduo, entre 16 e 18 anos, é concedida a emancipação em virtude de casamento, término de conclusão de curso superior, economia própria, gravidez ou mediante autorização dos pais

2.1.4 Objetificáveis, inimigos e inferiores

No Brasil, Vianna (1999), Mattoso (2001) e Ribeiro (2020) apontam como às mudanças no processo de emancipação⁷⁰ e na concepção da capacidade/incapacidade civil foram motivadas prioritariamente por interesses econômicos, na medida em que assumir responsabilidade pela família e os escravos onerava muito financeiramente os senhores, momento a partir do qual começam os debates sobre alforria e sobre como incorporar os que eram considerados inimigos da nação, de forma utilitarista. O status e cidadania de cada escravo, no entanto, era determinado pelo reconhecimento e tratamento dado a ele por seus proprietários que indicavam o grau de civilidade do qual seriam capazes. A cidadania, a conferência de direitos civis, se dava por meio de um processo de que assumissem um lugar subalterno na sociedade determinado a partir da docilidade aprendida e alimentado pela virtualidade de se tornarem plenos cidadãos, se trabalhassem para se desenvolverem. Embora houvesse a cessão formal da tutela, como forma de propriedade, se instalavam outros mecanismos de coerção, num formato ainda tutelar, na medida em que mescla controle e cuidado: pela via do trabalho, pela promessa de reconhecimento condicionada ao desenvolvimento – servil, laboral e de docilização - e pela limitação à participação política, ou seja, ao se negar a circulação de sua palavra no espaço público.

Resgatando o significado de emancipação tal qual previsto no direito romano, do qual o brasileiro é herdeiro, como processo que demarcava a passagem de objeto a proprietário de si, de tutelado a cidadão, encontra-se que a ideia de posse não estava relacionada apenas aos escravos, mas aos outros que eram propriedades do pai de família – sua mulher e seus filhos, seus dependentes. Para atingir a capacidade jurídica plena, ou capacidade de direito que indicava a aptidão do homem para ser considerado sujeito de direitos e obrigações, o indivíduo deveria ser livre, cidadão romano e independente do pátrio poder, sendo que tal independência só era conquistada no falecimento do pai. Antes disso, nas sociedades romanas, o indivíduo era considerado *menor* e cabia a seu pai, como proprietário, decidir sobre sua vida e sua morte. A *maioridade* aqui novamente aparece como estatuto de concessão ou consentimento cedido ao sujeito, uma cessão de propriedade: sair da condição de objeto, aqui figurado de modo concreto, e passar a ser considerado persona, sujeito jurídico e político, mesmo que com reconhecimentos distintos de cidadania (Oliveira, 2000).

⁷⁰ Emancipação vem do verbo *mancipium*, o ato do proprietário do *res* (escravo) de tomá-lo na mão para formalizar propriedade e seu derivado, *emancipatio*, significava o oposto, justamente abrir mão do poder sobre alguém ou cessar qualquer dependência do pátrio poder ou tutela, emancipando-o (Othon Sidou, 2004).

Vianna (1999) apresenta que os “reconhecimentos distintos”, novamente uma escala de *minoridade* – serviam para restringir a participação social, partindo do postulado de que deveria haver uma distinção entre sociedade civil e sociedade política, separando os que tinham direitos civis dos que possuíam também direitos políticos, ou seja, garantindo que existissem formas de participação social equivalentes ao seu reconhecimento público. Como barreira, principalmente para evitar a expansão do eleitorado mas também para limitar àqueles que poderiam se candidatar, excluiu-se os que podiam votar, usando como critério uma renda anual mínima e em alguns casos a existência de uma propriedade própria – indicadores de independência e capacidade laboral - e a exigência da alfabetização – como suposto critério de desenvolvimento (inclusive moral) e capacidade cognitiva mínima, além do requisito de idade, escolaridade, nacionalidade e gênero. Consequentemente, só podiam votar, se candidatar e se eleger, homens, proprietários e ricos – brancos.

Retoma-se aqui a discussão apresentada no capítulo anterior com Vianna (1999), apresenta sobre a *minoridade*, na qual discute a tese de que deve ser pensada não como designativo etário do *menor*, mas como indicativo de condições desiguais de participação social e política – do reconhecimento da cidadania plena, a pertença de estar na pólis como sujeito. As distinções que determinam quem são aqueles legalmente subordinados e as formas de participação social que lhes ficam interditadas, mesmo que implicitamente, indica os que podem e se valem de uma posição de privilégio para se pronunciar e tem sua fala reconhecida para jogar com a aplicação da regra e fazer um uso privilegiado da lei, enquanto para aqueles reconhecidos no que os identifica como *menores*, minoritários, resta calar ou arriscar-se falar, sob o preço de que qualquer insurgência, manifestação ou ato legitime sua impronúncia ou incapacidade.

Se historicamente a demanda por direitos a grupos excluídos evoluiu de noções paternalísticas e assistencialistas e ofertas de proteção aos fracos e ignorantes ao reconhecimento da capacidade e autonomia, Melo (2019) aponta, tomando a criança como figura paradigmática, que esses grupos não foram reconhecidos como capazes de se redefinirem-se como seres competentes, continuando à cargo das elites a decisão sobre quais demandas seriam escutadas e legitimadas e sobre quais espaços de reconhecimentos seriam outorgados. Ou seja, embora existam formas previstas e escritas na lei de reconhecimento dos públicos aglomerados sob o nome de minorias, os espaços de participação social são delimitados à própria condição e identificação do que os coloca como *menor*. É nesse sentido que Safatle (2018) aponta como aqueles reduzidos a um traço que os coloca em posição de *minoridade* – negros, loucos, *menor*, mulher, selvagens, pessoas com deficiência, entre outros

– ficam assujeitados, já que são pontos que nada dizem da singularidade, indicam sobretudo onde incide a violência social, legitimada e repetidamente:

Isso significa que eles não indicam algo como uma "minoría", mas expressam a maneira como a vida social se reproduz baseando-se em processos de exclusão que faz os portadores destes termos sentirem-se "menores", independentemente de posição de classe ou nacionalidade. (p.1

Pensando a participação social, Melo (2019) retoma as definições e usos dados historicamente à questão da cidadania – como pertencimento a uma nação e forma de patriotismo ou exercício de consciência nacional; como autonomia e capacidade de julgar por si seus interesses e os do bem público; como competência para o exercício dos seus direitos no espaço público - destacando tanta a falta de uma homogeneidade na apreensão desse conceito, quanto às contradições presentes nos mecanismos que objetivam promovê-la. O autor relembra como ao longo da história a ideia da cidadania como produto de desenvolvimento foi atrelado à ideia de nacionalismo, sendo dos motes utilizados na promoção de tantos genocídios. Ou seja, como uma certa ideia de cidadania e desenvolvimento – e dos meios para promovê-los – é solidária à destruição dos grupos considerados desviantes, em nome de um ideal de nação. Assim, o autor propõe como campo de problematização sobre qual o desenvolvimento tem sido desejado e promovido – se uma adaptação ao meio sócio político e mundo do trabalho ou se como processo emancipatório, que inclui as contradições, as vulnerabilidades e a crítica da autoridade e das instituições – e, conseqüentemente, qual oferta de cidadania implícita nos meios para alcançá-lo.

Nesse sentido, à questão aqui seja como recolocar o debate sobre a participação social retirando-o das reivindicações específicas – da identificação de particularidades agrupadas em conjuntos e suas especialidades - e interrogando como um grupo sem fala, pode falar e fazer reivindicações, quando à própria lógica participativa determina condições de cidadania desiguais. Essa mudança de enfoque, que passa da reivindicação à problematização, traz questões complexas. Quando não há fronteiras e fórmulas que permitem a classificação, como decidir quais corpos, quais vidas podem ter sua palavra reconhecida publicamente? Como propor uma igualdade de direitos e de reconhecimento, que faça contar a diferença entre os sujeitos – a singularidade e a responsabilidade de cada um – sem que estas sejam agrupadas, classificadas e arranjadas em sistemas que mensuram e hierarquizam o quociente de humanidade e determinam o valor de cada vida?

Burman (2014) traz uma contribuição importante na medida em que destaca o desenvolvimento como marco fundamental da modernidade que possibilita a aliança entre os novos modelos de desenvolvimento econômico e político à premissa de desenvolvimento psicológico. Retoma-se aqui, as questões apresentadas anteriormente em como o projeto de desenvolver o país, se alia a um processo de desenvolver, ou prevenir supostas questões de desenvolvimento dos indivíduos (biológico, racial, social e moral) como força de trabalho essencial para implementação do progresso (Rizzini, 2008; Vianna, 1999), termo que liga e atribui relações de causa e efeito entre o desenvolvimento individual ao estatal/nacional. Nessa visada, Burman (2014) aponta como a ideia de transição e de estágios de desenvolvimento, apoiados na tônica de uma lei natural e orgânica, reflete e reproduz na organização de eixos de desigualdade e distribuição de privilégios dentro e entre as sociedades

organizadas em torno de gênero, “raça” e relações de classe, orientação sexual e (in)capacidade, bem como idade. Formuladas em paralelo e baseadas na cada vez mais poderosa retórica da evolução, discussões em políticas sociais preocupadas com o desenvolvimento individual, por exemplo, têm mobilizado discursos da natureza e do natural para justificar algumas opressões obviamente não naturais, enquanto a suposta “ordem natural” de idade hierárquica e relações de gênero dentro da família tem sido mobilizada como paradigma para as apropriações do imperialismo e da dominação colonial. (p.)

O que Burman (2014) coloca em questão é a importância de reconhecer como o conceito de desenvolvimento tem sido empregado para naturalizar desigualdades e opressões, ao estipular uma “ordem natural” e universal. A autora discute como o discurso sobre desenvolvimento passa a ser pervertido e agenciado pelos ideais neoliberalistas, e replicado como progresso do trabalhador – empreendedor de si mesmo - incitado a se desenvolver – se superar, melhorar sempre mais, construir novas competências - de modo a produzir, incorporando os mecanismos do mercado global e servindo ao capital. O desenvolvimento, vem a um alto preço para o sujeito: seu fracasso e dificuldades recai sobre tudo que falta – e que ele não desenvolveu – para se promover, alcançar o sucesso, o reconhecimento e obter independência. Assim, o desenvolvimento torna-se álibi de uma ordem que faz do progresso um fim em si, e no qual se ignora conflitos, contradições, sonhos, desejos, vulnerabilidades – e outros indicativos da subjetividade que resiste – em nome dos imperativos e do tempo imediatista da produção, do consumo, do que ainda falta. Se invisibilizam às opressões e formas de dominação, bem como a distribuição de privilégios, e se equivale desempenho e desenvolvimento propondo métricas iguais à condições sociais desiguais.

Se o progresso reposiciona a desigualdade social sob o signo do desenvolvimento e do

aperfeiçoamento (Melo, 2019), o desafio não é apenas de criticar e refutar a premissa de desenvolvimento, mas de pensar em como assumir como tarefa sua subversão. Nesse tocante, Burman (2014) propõe que, mais do que tentar desmobilizar o discurso desenvolvimentista, é importante “interrogar outra vez o que é que se pretende que ele aborde e resolva. Em outras palavras, perguntar por que desejamos o desenvolvimento (p).”, quem deseja e quais os efeitos desse “desenvolvimento desejado” nas formas de subjetivação, nos laços e gramáticas de reconhecimento que formam uma sociedade.

Em um cenário “marcado pela ideologia da competência, em que pobres e crianças são emblemáticos do que não se deve ser, estúpidos e incapazes de autossuficiência – dentre outros esquecidos e excluídos, vítimas do progresso” (Melo, 2019, p. 277) os dispositivos e mecanismos para desenvolver e que possibilitariam a superação de etapas no devir da criança ao adulto, do *menor* ao *maior*, do incapaz ao capaz, do objeto ao cidadão, são, paradoxalmente os que homogeneízam e tutelam a sociedade em um processo de maturação generalizado e infinito na qual nunca se chega a uma efetiva – e impossível - *maioridade*, até porque as metas e resultados permanecem desconhecidos e indefinidos. Coloca-se aqui um labirinto de demandas infinitas e imperativos a serem respondidos para que se alcance um ponto de chegada impossível, dado que não existe nem foi enunciado.

Se existe na premissa de desenvolvimento uma promessa como caminho – seja pela maturidade, através da educação, do trabalho, nas tentativas de adequação, de submissão à autoridade– para o reconhecimento de uma cidadania plena – a possibilidade de portar e ter sua palavra reconhecida, independente de quaisquer outras condicionalidades – elas servem como recurso eficaz para escrever as diferenças em uma ordem natural e permitir a constituição de poderes discricionários, que mantém as desigualdades sociais na ordem do dia.

A partir da leitura desses autores, levanta-se como questão, qual a *maioridade* desejada, quando esta aparece como produto desse desenvolvimento pleno impossível e inacessível e da divisão de *minorias* e *maiorais*? Onde se propõe a submissão, a adaptação, a normatização; a restrição da circulação e do reconhecimento de palavra no público e se produzem relações utilitárias - marcada por valores mercantis instrumentalizadas pelo judiciário, psiquiatria - de sujeição, é possível falar em ato ou assunção de responsabilidade por um sujeito?

2.2. Não existe gente grande

No encerramento da jornada sobre as psicoses na infância em 1967, Lacan faz uma inusitada afirmação: “Não existe gente grande”. Ele diz: “eis o que assinala a entrada de um mundo inteiro no caminho da segregação” (Lacan, 2002, p. 367). Nesse contexto, o autor alerta para a consequência inédita acrescentada aos efeitos da ciência, via direitos dos homens e a organização globalizada do capitalismo: a criança generalizada. A criança generalizada, produzida pela estreita aliança entre discurso científico e o capitalista, é responsável pela redução do sujeito a objetos de saberes que os encerram e conformam a conjuntos fechados, reduzindo-os ao seu corpo biológico e aos traços identitários que possibilitam classificá-los – como a criança, o *menor*, o louco, o deficiente, o índio, o negro, a mulher – numa tentativa de suturar o que é divisão, incompletude e castração e de deixar foracluído, a singularidade. O sujeito – impronunciado – é falado pelos saberes especializados vociferados pelo Outro “palavras de ordem e respostas que, além de prometerem aniquilar as angústias e conquistar o almejado bem-estar, serviriam igualmente a todos” (Formigoni, 2017, p. 75). Esses saberes universalizantes, ordena aos sujeitos que correspondam a ideais individuais, assimilados de forma cada vez mais horizontal.

Na oferta de diversidade, paradoxalmente, se apaga a diferença. A diferença radical da singularidade, mas também oculta-se a diferença geracional - e junto com ela o que há de transmissão, de filiação e, nesse sentido, de história- e tenta se obliterar a diferença que aponta para o impossível da relação sexual, da paridade e da completude. Há a promoção de uma abundância de saberes especializados, que promovem a ilusão de possibilidades de escolhas infinitas e diversificadas – acessíveis ao gosto e bolso do freguês – para que cada um seja exclusivo, único, ímpar, melhor. A contradição que fica posta, entretanto, é que ao se fazer diferente, autossuficiente e independente – o *self made man* – o sujeito se coloca como objeto, aderindo ao discurso contemporâneo e se faz mais um como outro qualquer.

A infância generalizada coloca em jogo, portanto um ideal individualista que a um só tempo desenlaça e difere – cada um por si - e homogeneiza os sujeitos, reduzidos igualmente a objetos consumidores (de saberes, de informações, de identidades, de relações) ao mesmo tempo que são consumidos como objetos. Se o discurso capitalista fragiliza e desfaz laços, ele compensa com “a multiplicação dos possíveis” das possibilidades de relação, dos instrumentos inéditos e promessas de gozo ilimitado compondo uma “visão globalizada da fantasia, na qual os *gadgets* adquirem a mesma função de objeto a ao qual dão substância ao mais de gozar.

Nessa versão da ética, os bens se tornam causa comum- todos ‘adictos’ aos produtos” (Soler, 2016, p. 16). Ou seja, quanto mais há movimento em direção ao universal, mas se eclipsa o sujeito, ou seja, mas se exclui o singular e a possibilidade de responsabilidade subjetiva, essa que implica o sujeito no laço.

Portanto, ao igualar a todos como objetos do saber científico– nesse sentido todos pareados como crianças, objeto de gozo do Outro, independente de idade ⁷¹– Lacan aponta como retira-se a imparidade do campo social e formam-se massas na qual o sujeito é reduzido a um número e onde a quantidade de indivíduos tem mais valor do que a relação entre eles, dado que o laço social implica na disparidade entre os sujeitos e se degrada na concentração.

A segregação surge como efeito, consequência de universalização, como tentativa de dar tratamento as tentativas de apagamento das diferenças. A segregação implica na separação dos espaços físicos como forma de abolir às diferenças na tentativa de concentrar àqueles forçosamente identificados como diferente, para que cada um só conviva com aquele que é supostamente seu igual “cada um em seu devido lugar, ou seja, uma solução que poderíamos caracterizar como sendo pela via da repartição territorial” (Soler, 1998, p.45). Nessas concentrações “não mais se discrimina, junta-se uniformiza-se, confunde-se, reduz-se às formas do humano disforme, aniquila-se as diferenças.” dado que “os campos têm por princípio a produção industrializada de um puro concentrado de indiferença” (Bousseyroux, 2013 apud Prates Pacheco, 2012b, p.24). Um puro concentrado de indiferença nas quais o humano desaparece na massa e, como objetos e restos, provocam também o sentimento de indiferença pelos que estão lá, na medida em que não são sujeitos.

Ora, se consideramos a discussão apresentada até o momento sobre os *menores* e a *minoridade*, bem como a perspectiva de um suposto desenvolvimento pleno rumo a uma pretensa igualdade, a ideia de criança generalizada - que iguala os sujeitos como objetos, produzidos e submetidos aos saberes universalizantes e totalitários - e da segregação - que identifica a diferença, aparta, concentra e legitima o emprego de privilégios e poderes discricionários - cai como uma luva.

⁷¹ Embora não seja um exemplo brasileiro, como os outros apresentados nesse texto, apresenta-se aqui uma propaganda, emblemática da questão da criança generalizada, para um “adulthood school” veiculada nos Estados Unidos, uma entre outras escolas que apresenta a proposta de tornar alguém adulto. Considera-se que existem aqui outros mecanismos, como por exemplo a profusão de propostas de coaching, inclusive “para vida”, blogueiros e outros influenciadores” que vinculam a ideia de progresso, maturidade e autonomia ao consumo de um produto e em detrimento da transmissão:

Tornar-se adulto é algo que se aprende na prática – mas uma ajudinha de quem já sabe daquilo que se está lutando para desvendar é sempre bem-vinda. (...) Se nem todo mundo se sente pronto para se tornar adulto, é pra isso que foi criada a [Adulthood School](#), uma escola que literalmente afirma te ensinar a se tornar um. (...) [Venha para cá ao invés de chamar seus pais](#). Qualquer pessoa acima de 18 a 22 anos é um adulto. A questão é quão bem você está se tornando um adulto” (ref)

Apesar do nazismo e o uso do campo de concentração como extermínio, sejam sempre lembrados como exemplo emblemático da segregação “trazida à ordem do dia por uma subversão sem precedentes” (Lacan, 2002, p. 360), não seria possível pensar como a mesma lógica concentracionária se aplica ao adolescente considerado *menor*, ao genocídio da juventude negra, ao clamor pela redução da maioridade penal e pela intensificação de práticas punitivas e de encarceramento? Ou estendê-la ainda às lógicas de tutela das outras vidas *menores*, essas que não precisam ser ouvidas, que podem ser impronunciadas e interditadas, ter sua palavra encerrada por um muro qualquer que as deixe apartada na cidade ao serem registradas como parte de uma concentração *minoritária*?

Aqui destacamos como o alerta de Lacan em 1967 se dirigia também aos psicanalistas, lembrando que a psicanálise, sustentada de um determinado lugar, também pode escorregar para servir os discursos hegemônicos e ser reduzida a um mero funcionalismo e contribuir ativamente na produção da criança generalizada. Alguns anos antes em seu seminário sobre a ética, Lacan já havia alertado sobre os três ideais da própria psicanálise, que podem ser relacionados à essa questão - e que estariam “florescendo em abundância” em sua época – o ideal do amor humano, que elude que não há relação sexual; o ideal de autenticidade, que afirma a existência de um “eu” sem divisões e o ideal de não-dependência, que descarta a dimensão de alteridade, o campo do Outro – que, nas tentativas de atender a demanda de eliminar o sofrimento, conduziriam o sujeito por uma direção adaptativa e educativa. A promoção desses ideais, atravessados em parte por premissas desenvolvimentista, normativa, idealizada e de autossuficiência, indicam uma reflexão moral e a serviço do bem, dimensão essa que Lacan considera que ergueria “uma muralha poderosa na via do nosso desejo” (2008, p. 280). Ou seja, indo na contramão da instauração da dúvida que cava um intervalo e abre para a crítica no campo das certezas imaginárias possibilitando advir para o que há de indeterminado no sujeito.

Aqui é importante lembrar que a psicanálise promove um salto ao passar da oposição criança-adulto, própria de um paradigma técnico-científico apoiado em uma concepção de desenvolvimento, para a conjunção/disjunção objeto-sujeito, passa-se da ideia de transição, para a de posição. Substitui-se a ideia de infância como fase da vida e fonte da neurose, assumindo-se o infantil como irreduzível da estrutura do sujeito e do inconsciente (Prates Pacheco, 2012). Ao subverter a relação causal atribuída comumente ao tempo, a psicanálise apresenta um tempo que desafia o racionalismo – ao propor um sujeito que não tem idade, nem se desenvolve (Sauret, 1998, p. 17), sujeito do inconsciente, que escapa ao domínio da razão e que não se limita a “esse mito ultra-reduzido, o de ser idêntico a seu próprio significante” (Lacan, 1992, p. 84) - e o individualismo com sua premissa de autossuficiência – na medida em

que suas passagens são, desde a constituição do sujeito, um efeito de uma inscrição singular pela falta na e da linguagem, e, portanto, intrinsecamente ligado ao Outro e aos outros, embora não de todo determinada por estes.

Para o inconsciente, nos diz Freud (1996), os processos são atemporais, dado que: “não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo”. Lacan (1998), vai chamar esse tempo de lógico, que subverte à lógica temporal, um tempo que não está escrito de antemão: não existem marcos, fases ou sequências que ordenam e dirigem sua passagem, tampouco ele é universalizável e compartilhável dado que o que está em jogo é o sujeito e seu ato, que no corte, produz-se um antes, que gera um depois. Ou seja, trata-se de um tempo reversivo no qual “os efeitos não cessam de recompor suas próprias causas” (Poulichet, 1996, p. 65) e que se difere do tempo que pode ser contado, contabilizado e monetizado e que segue uma sucessão contínua e irreversível, que inexoravelmente, passa.

Lacan (1949) aponta a importância do processo de reconhecimento na constituição do sujeito na medida em que a criança constrói sua imagem ao reconhecer-se na imagem que o outro faz dela, ou seja, evidencia dependência significativa do sujeito ao campo da linguagem, que o antecede. É a partir da alienação no que a criança recolhe do discurso do Outro, que pode se constituir como sujeito nesse movimento simultâneo de se inscrever/ser inscrita na linguagem. Nessa entrada na linguagem, há uma perda irreparável, que marca uma falta e implica um limite, uma liberdade sujeita às determinações significantes onde o sujeito foi enredado e narrado antes mesmo de seu nascimento. O suposto objeto que proporcionaria a completude do sujeito fica perdido de forma irrecuperável. Essa falta instaurada, marca um segundo movimento, o de separação, no qual o sujeito pode formular algo sobre seu desejo, para além da imagem que lhe veio pelo Outro, e fazer laço. O sujeito é o que escapa às definições e representações plenas da determinação simbólica - marcada, assim, por uma inconsistência fundamental - ao mesmo tempo, que não é nunca totalmente independente e livre de qualquer alienação, pois está inserido no laço social e constituído numa relação de alteridade, dado que ele não pode se autodeterminar. A disparidade, essa incompletude irreparável entre sujeito e objeto, é, portanto, uma característica estrutural que constitui o sujeito, não é contingente – como promovido pelos ideais desenvolvimentistas capitaneados pelo mercado, por exemplo - e nem pode ser solucionada.

Nessa concepção, onde se passa do desenvolvimento como transição para a constituição do sujeito como posição, se evidencia que determinação e indeterminação, heteronomia e autonomia, alienação e separação representam movimentos de tensionamento, incessante e

insuperável, entre o sujeito e o Outro. Não são pólos opostos em que se pode optar por um em detrimento do outro, ou ainda galgar os estágios, de um ponto ao outro. O sujeito não se origina em si, encontra-se sempre atravessado pela alienação constitutiva à ordem simbólica que o precede –às determinações históricas e sociais de seu tempo, às questões culturais, às leis, às influências das construções de classe social, gênero, às transmissões familiares, etc.– a sua faceta heterônoma. Ao mesmo tempo, que o sujeito é indeterminado, não é produto desses fatores, não é totalmente definido por essas referências, há um resto que resiste à simbolização desde sua constituição. O sujeito está sempre no entre, nem totalmente determinado, nem totalmente indeterminado; não subjugado a uma lei heterônoma, mas também nunca autônomo e independente dessa: não há sujeito que baste ou se resuma a si mesmo, na medida em que este sempre é habitado, ultrapassado pela linguagem e portador de um dizer que o antecede e o atravessa e que marca um limite impossível de simbolizar, o real.

Não há, portanto, equivalência possível entre o sujeito de direitos que regula e atravessa a ideia de *maioridade* – sujeito racional e da consciência, universalizado – e o sujeito do inconsciente – singular, do desejo que não se define ou se acomoda a nenhuma noção ideal – sem que venha ao preço de um efeito de assujeitamento, embora essas dimensões não sejam indissociadas. Se o primeiro aponta para uma posição de igualdade, o segundo aponta para a singularidade como diferença radical. Considera-se aqui que a garantia de direitos prevista na letra da lei deve ser considerada como um ideal, que, como ideal, trata-se de uma direção, embora sua totalidade e completude aponte para um impossível e inatingível esbarrando nos próprios limites da universalidade. Ou seja, se é possível lutar para que os direitos sejam para todos, não é possível tornar “todos iguais”, lembrando que: “na ordem social é ao preço de uma desigualdade principal que uma ordem linguageira se instaura: na falta disso, resta a segregação. (Soler, 2018, p. 21.)”. Nesse sentido é que Lacan aponta o gozo como medida ética. A suposta existência de um gozo ilimitado – tal como promovido pelo capitalismo – ou de uma justiça distributiva equalitária do gozo que colocaria a todos como iguais – tal como promovido por ideais totalitários “levaria cada um ao direito de gozar sobre o outro – o gozo para todos – [...] com a abolição do particular de cada um” Quinet (2009, pp. 36-37).

Se o indivíduo – esse criado, classificado, contabilizado pelo discurso científico e seus mecanismos – fica como objeto e é (des)responsabilizado e determinado pelo Outro, mesmo que ao se promover autônomo e autossuficiente, o sujeito, esse que fica foracluído por tais ditames, é sempre responsável pela sua posição (Lacan, 1998, p. 873). Ou seja, a psicanálise, considerando o sujeito entre a causalidade e a indeterminação, inclui um movimento de responsabilização do sujeito diante de seu posicionamento e também das falas e atos, do que

lhe escapa, uma responsabilidade que não corresponde “como modalidade de assentimento ao bem interposto em um regime de demanda e satisfação dos semelhantes ou do Outro” (Lopes & Estevão, 2019, p. 50).

Retomamos a partir desse percurso, a questão da *maioridade* como determinação da “plena capacidade de resposta” de um sujeito pelos seus atos em cena pública. Considerando o sujeito do inconsciente, não é possível falar em plena capacidade ou em uma resposta absoluta, uma vez que há um saber que sempre escapa ao significante, sempre remete a uma interpretação a mais ou a um outro sentido. Os critérios e discursos que incidem sobre a passagem para a maioridade devem ser entendidos criticamente uma vez que o perigo de compreender a saída da *minoridade* como “resultado da internalização de sistemas de julgamento e de ação socialmente aceitos como próprios àqueles sujeitos considerados imputáveis e responsáveis (Safatle, 2017, p. 216)” é o de não estabelecer distinções mínimas entre a *maioridade* como adaptação social, subserviência e obediência as normativas que regulam as formas de vida conforme o discurso hegemônico – a essa *maioridade* desejada - e a *maioridade* como processo emancipatório, na qual o sujeito e seu ato podem emergir e no qual a potência vem justamente da singularidade, insubordinada e insubordinante a qualquer normativa (Safatle, 2017). Ou seja, diferencia-se *maioridade* como resposta às tentativas de corresponder os ideais e imperativos – impossíveis - do Outro, ou como assunção da voz e de um dizer, uma resposta do sujeito à uma interpelação, que o implica em suas palavras, seu corpo e com o juízo mais íntimo de seu ser pelo seu posicionamento e às consequências de seu dizer, essas que só se revelam em um tempo posterior ao ato de enunciação.

As respostas “plenas e capazes”, nesse sentido, apontam para uma adaptação, pela busca de conformidade a um ideal do Outro, que objetifica e assujeita, eclipsa o sujeito con-sumido pelos gadgets que prometem satisfação, felicidade e completude. Se há caminhos para a autonomia estes nada tem de plenos, certos ou resultantes de capacidades cognitivas adquiridas dado que “não são nunca concebíveis se, falando propriamente, o seu guia não for o sujeito, e isso de forma tanto mais segura na medida em que ele o é sem o saber” (Lacan, 1961-1962, p. 68).

Assim, há um paradoxo: se os discursos que vendem o desenvolvimento, o progresso do sujeito para a conquista de uma posição autônoma – caminho para a *maioridade* – estes produzem como efeito a permanência em uma posição de *minoridade*, de objeto do saber alheio, todos crianças, todos objetos, todos *menores*. Todos expostos – *minorias* e *maiorais* - a possibilidade de serem segregados, concentrados e ao risco de serem excluídos e eliminados. Considerando, portanto, que se a determinação da *maioridade*, e dos caminhos para obtê-la,

vem ao preço do apagamento do sujeito e da classificação e hierarquização que valoram existências modos de estar no mundo, voltemo-nos ao que ela comporta de indeterminação e inclui a resposta do sujeito – ao risco e a mercê de sua coragem e covardia – às interpelações do Outro.

Inventário de Emergências Pandêmicas nº 3

- a. “não sou coveiro, tá?”
“todos vamos morrer um dia”
“Lamento as mortes, mas é a realidade. Todo mundo vai morrer aqui. Não vai sobrar nenhum aqui... E se morrer no meio do campo, urubu vai comer ainda”
Jair Bolsonaro
- “Foda-se a vida!”
Gabriela Pugliesi
- “Um dólar (de propina) por dose (de vacina)”
Relato de Luiz Paulo Domingueti à CPI da Covid-19
- b. “Não consigo respirar”
George Floyd – 25 de Maio de 2020
João Alberto Silveira Freitas – 20 de Novembro, 2020
Manaus, Amazônia – pandemia da Covid-19, Janeiro, 2021
- c. “Recordes acontecem, né?”
Mourão sobre incêndios no Pantanal
- “O incêndio na Cinemateca é uma tragédia anunciada. Toda a nossa cultura das artes sofre um cala boca, (...) mas das cinzas, vamos renascer, é segredo o eterno retorno, das artes então? Um país não existe sem cultura”
Fernanda Montenegro
- “A política de destruição acelerada da Amazônia é uma política de não futuro”
Eliane Brum
- d. “Raimundo dos Santos, um homem guerreiro
O senhor dos rios, dos peixes também
Salvador José, baiano do bem
Bebia cerveja e era roqueiro
Terezinha Maia sorria ligeiro
cuidava das plantas, cuidava do lar
Vanessa dos Santos era luz solar
mulher colorida e irreverente
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar”
Chico César com sua música, Inumeráveis
- “Uma pessoa só morre quando morre a testemunha”
João Bosco, sobre Aldir Blanc
- e. “A velhice não está em mim! Está nos olhos de quem me vê”
“Meu projeto de vida não termina no meu tempo.”
Luiza Erundina

“Não existe futuro, sem passado”

Rayssa Leal

- f. “Como devemos responder à irracionalidade abismal de uma horda sem empatia nenhuma com o nosso povo? Não ceder à paralisia do medo nem à tristeza da maldade é o primeiro passo. (...) Não temos nada a perder a não ser nossos grilhões”

Rita Von Huity

“Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer.”

Conceição Evaristo

“O que somos já não é suficiente. Temos que ser melhores do que somos para enfrentar este tempo em que já não há tempo. E temos que ser juntos, fazendo laços e tecendo redes entre nós.”

Eliane Brum

- g. Mas sei
Que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança, na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar
Azar
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar
Aldir Blanc

Cáp. 3 – A maioria diante da lei

“Diante da Lei está um guarda. Vem um homem do campo e pede para entrar na Lei. Mas o guarda diz-lhe que, por enquanto, não pode autorizar-lhe a entrada. O homem considera e pergunta depois se poderá entrar mais tarde. – “É possível” – diz o guarda. – “Mas não agora!”. (...) O homem do campo não esperava tantas dificuldades. A Lei havia de ser acessível a toda a gente e sempre, pensa ele. Mas, ao olhar o guarda envolvido no seu casaco forrado de peles, o nariz agudo, a barba à tártaro, longa, delgada e negra, prefere esperar até que lhe seja concedida licença para entrar. O guarda dá-lhe uma banquetta e manda-o sentar ao pé da porta, um pouco desviado. Ali fica, dias e anos. Faz diversas diligências para entrar e com as suas súplicas acaba por cansar o guarda. Este faz-lhe, de vez em quando, pequenos interrogatórios, perguntando-lhe pela pátria e por muitas outras coisas, mas são perguntas lançadas com indiferença, à semelhança dos grandes senhores, no fim, acaba sempre por dizer que não pode ainda deixá-lo entrar. (...) Durante anos seguidos, quase ininterruptamente, o homem observa o guarda. Esquece os outros e aquele afigura ser-lhe o único obstáculo à entrada na Lei. Nos primeiros anos diz mal da sua sorte, em alto e bom som e depois, ao envelhecer, limita-se a resmungar entre dentes. Torna-se infantil e como, ao fim de tanto examinar o guarda durante anos lhe conhece até as pulgas das peles que ele veste, pede também às pulgas que o ajudem a demover o guarda. Por fim, enfraquece-lhe a vista e acaba por não saber se está escuro em seu redor ou se os olhos o enganam. Mas ainda apercebe, no meio da escuridão, um clarão que eternamente cintila por sobre a porta da Lei. Agora a morte está próxima. Antes de morrer, acumulam-se na sua cabeça as experiências de tantos anos, que vão todas culminar numa pergunta que ainda não fez ao guarda. Faz-lhe um pequeno sinal, pois não pode mover o seu corpo já arrefecido. O guarda da porta tem de se inclinar até muito baixo porque a diferença de alturas acentuou-se ainda mais em detrimento do homem do campo. – “Que queres tu saber ainda?”, pergunta o guarda. – “És insaciável”. – “Se todos aspiram a Lei”, disse o homem. – “Como é que, durante todos esses anos, ninguém mais, senão eu, pediu para entrar?”. O guarda da porta, apercebendo-se de que o homem estava no fim, grita-lhe ao ouvido quase inerte: – “Aqui ninguém mais, senão tu, podia entrar, porque só para ti era feita esta porta. Agora vou-me embora e fecho-a” (Kafka, 2005, p.)

Essa parábola é parte do livro “O processo”, no qual Kafka conta a história de Josef K. às voltas com um processo do qual nada sabe, embora seu veredito já esteja definido de antemão. Embora não saiba do que está sendo acusado, Josef K. declara a sua inocência. Inocência a quê? Ele mesmo, não sabe. E talvez, sua culpa ou inocência, não interessem, uma vez que ao longo dos tortuosas e labirínticas voltas do seu processamento, não parece haver lugar para sua fala, não importa nem mesmo sua identidade ou história, desde que esteja sob vigia e se cumpram formalmente os procedimentos legais para que se chegue ao resultado já anunciado. Josef K. se vê encaminhado por um caminho no qual o objetivo e a certeza, absurda, é o próprio caminho. Diante dessa lei, sua fala é neutralizada, impronunciada. Se lhe fazem perguntas estas são “lançadas à indiferença”, na medida em que sua resposta pouco importa para compor os fios dessa narrativa totalitária e burocrática, da qual toma parte, sem que possa participar. Seu processo, que não alude a uma instância que lhe seja exterior, se torna ainda

mais poderoso, na medida em que porta em si seu código e parâmetro, uma lei que envolta e remetida apenas a si própria porta uma verdade indisputável, onde a exceção faz regra. Às frentes da porta dessa Lei, como traz a parábola que é narrada à Josef. K, o homem fica objetificado e infantilizado, esperando em vão ser reconhecido e alcançar um critério inacessível, que em sua arbitrariedade, se resume ao próprio porteiro.

As palavras que encerram em si seu código, tem força de encantamento como apontado por Costa (2005) na medida em que que portam uma verdade imanente e, quando postas em aplicação criam um interdito (Melo, 2019), são inquestionáveis e tem como efeito, o assujeitamento, o anonimato e o emudecimento do sujeito. Ordena-se que este se eduque, capacite, se emancipe, embora não se enuncie para quem e em nome do que fazê-lo, importando apenas que o faça. A promessa de uma pretensa autonomia no horizonte é sempre ideal e inacessível: há sempre mais um porteiro, uma porta, ou ainda, um novo código enunciado como Lei, que acusa com indiferença a insuficiência dos feitos do indivíduo e do que ele puder transmitir de sua posição. Ao mesmo tempo que é inalcançável, ela faz com que o sujeito gire em círculos em torno de si mesmo obedecendo às metas que lhe são postas por uma Lei caprichosa e tresloucada, que prega a certeza de uma felicidade plena e vela sua impossibilidade. Quanto mais tenta alcançá-la, quanto mais faz e lhe suplica aceitação como o homem do campo, maior o senso de inadequação resignada que sente, uma vez que às exigências postas são insaciáveis, não tem critério nem ponto de basta.

Aqui mora a contradição da *maioridade* engendrada pelos imperativos de progresso e desenvolvimento vociferados ferozmente pelo Outro da era neoliberal. Esses imperativos profusos e difusos revestidos pelo discurso científico e legitimados por uma autoridade sempre obscurecida, tem como efeito um apagamento do sujeito pelos rótulos que o classificam. Apaga-se a história e às transmissões que implicam o sujeito em relação à linguagem que o antecede e que o localiza como herdeiro de seu tempo e sua linhagem, bem as questões sociais e políticas. Apaga-se também o outro, semelhante, precariza-se os laços que colocam em jogo a singularidade e a diferença, na medida em que ficam todos reduzidos à objetos dos mesmos ditames. É uma *maioridade* que se faz na premissa da criança generalizada, por meio de uma irresponsabilidade discursiva, na medida em que há um Outro que escolhe, decide, impõe as respostas que devem ser enunciadas por um sujeito reduzido à objeto, para que este seja reconhecido, ironicamente, autônomo e independente. A afirmação de uma liberdade sem entraves coloca o sujeito em uma relação de exterioridade ou independência com a linguagem que o constitui, apontando esta como limite que se impõe à sua revelia, eclipsando o fato de que esta não se efetiva sem sua participação. Nesse sentido tomar a autonomia, como um direito

inalienável e irredutível à liberdade e a existência individual, trata-se, nas palavras de Lacan (1985, p.154), de uma reivindicação delirante.

Como apresentado ao longo desse percurso, a *maioridade* remete a assunção de uma posição de compromisso com o âmbito público, dimensão que aponta para a existência de um coletivo que posiciona o sujeito entre outros, e não ao que é estatal. A responsabilidade como resposta do sujeito, singular portanto, não pode ser concedida ou condicionada por critérios que lhe são externos, a espera de ser confirmada por um Outro. A responsabilidade só pode ser enunciada por cada sujeito, na travessia dessa porta, que feita num corte, marca o lugar único que lhe é cabido diante da Lei - da determinação significativa, que o atravessa. Nesse processo, não há inocência possível, por mais que Josef K. tenha clamado por ela, na medida em que cabe a cada um responder por sua coragem e covardia, no que consente e assente ao colocar-se entre outros.

Assim, considerando que as determinações que vem do campo do Outro quando cumpridas a cabo, conduzem irrevogavelmente à posição de objeto, de *minoridade*, deixando o desejo passar ao largo e a impossibilidade de um sujeito independente da linguagem, para que, uma *maioridade*? Por que haveria um sujeito assumir para si a incumbência de se responsabilizar? Em nome de que, o fazê-lo? Como aponta Lacan, “não é senão num mundo de linguagem que o sujeito da ação faz surgir a questão que o suporta, a saber, para quem ele age?” (1966-1967 /2008, p. 146).

3.1 –Um bem maior

No século XVII, Kant (2005), em seu texto “Resposta à questão: o que é esclarecimento? (*Aufklärung*)”⁷², define a *minoridade* como a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção de outro e sem a tutela exercida pela família, Estado e saberes veiculados, seja esta explícita ou já naturalizada pelo indivíduo. Essa perspectiva é interessante ao percurso traçado até aqui, uma vez que implica o sujeito, ou seja, apresenta a *minoridade* como uma posição, embora isso não seja sem algumas questões, na medida que se faz necessário precisar em relação a que o sujeito é convocado a se posicionar. A *minoridade* na perspectiva kantiana é um estado auto inculpável pelo sujeito decorrente não da falta de entendimento, mas de coragem de fazer uso dele autorizando-se por si mesmo, sem o Outro.

⁷² Esse texto de Kant foi escrito como uma resposta para jornal – pontual, provisória e breve.

Minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. *Sapere aude!* ‘Tenha coragem de te servir de teu próprio esclarecimento’ – esse é o lema do Esclarecimento. (Kant)

O esclarecimento, ou a *maioridade*, nesse sentido, aparece como à coragem de conduzir a si próprio e de abrir mão das facilidades promovidas pela posição de tutela e de subserviência, como por exemplo, não ter que decidir ou arcar com as consequências de suas decisões. Kant aponta ao longo do seu texto como é desafiador se desvencilhar da *minoridade*, que se torna quase uma natureza do indivíduo de tal forma que este se sente incapaz de pensar por si e se apega a preceitos e fórmulas, justamente pelos “instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes do abuso, de seus dons naturais, que são os grilhões de uma perpétua minoridade” (Kant, 1985, p. 102).

Percebe-se como a passagem para a *maioridade* para Kant não se trata de uma mudança etária natural- embora faça referência no texto à “maior idade” (ref) – ou de aprendizado em termos de aquisição de habilidade - embora ele faça uso da palavra “competência” para se referir a essa transformação – mas de um processo que depende exclusivamente de uma mudança de posicionamento do sujeito na qual passa da condição de sujeição a de sujeito (Burman, 2014). Assim, a *minoridade* se origina na

Inércia e covardia são as causas de que uma tão grande maioria dos homens, mesmo depois de a natureza há muito tê-los libertado de uma direção alheia, de bom grado permaneça toda vida na minoridade, e porque seja tão fácil a outros apresentarem-se como seus tutores. É tão cômodo ser menor. Posuo um livro que faz às vezes de meu entendimento; um guru espiritual, que faz às vezes de minha consciência; um médico, que decide por mim a dieta etc.; assim não preciso eu mesmo dispendar nenhum esforço. Não preciso necessariamente pensar, se posso apenas pagar; outros se incumbirão por mim desta aborrecida ocupação. (...) Após terem emburrecido seu gado doméstico e cuidadosamente impedido que essas dóceis criaturas pudessem dar um único passo fora do andador, mostram-lhes em seguida o perigo que paira sobre elas, caso procurem andar por própria conta e risco. (ref)

Nessa citação, destaca-se três pontos a qual Kant vincula a *minoridade*. O primeiro é a posição de obediência e tutela que confere autoridade a um mestre, conhecimento ou orientação para definir uma direção ou ação nos momentos em que é convocado a usar a própria razão. Segundo, é que a *minoridade* se configura como um comodismo, uma posição sustentada de forma tão arraigada para alguns, que o autor se refere a ela como “uma natureza”, “uma covardia” pela qual o indivíduo se “afeiçoou”, tem prazer, aferrando-se a preceitos e fórmulas como instrumentos mecânicos para agir e que o eximem, de bom grado, de exercer o próprio entendimento. Por último, apresenta a existência de um movimento ativo existente na sociedade

para que as pessoas permaneçam como “gado doméstico”, burros e docilizados, e se mantenham, de bom grado, sob tutela de outros, em prol da própria segurança e na tentativa de uma vida sem riscos.

Ora, encontra-se aqui pontos que ecoam no que Lacan aponta como a criança generalizada - todos igualados e objetificados, submetidos a um saber portado por uma autoridade e eximidos de responderem por si. Também é possível retomar essa citação à luz do que Melo (2019) aponta sobre o desenvolvimento como meta impossível e indefinida, mas que sustenta e justifica o esforço ativo de construção de dispositivos para administrar e renovar as formas de tutela do sujeito, em todas as suas modalidades ambíguas que mesclam o cuidado, a proteção e o controle especializado. Esses dispositivos, como aponta Corazza (2000), tem um “poder infantilizador”: servem para docilizar subjetividades e fazer com que se o sujeito, a qualquer idade, se julgue vulnerável e incapaz de se valer sem mestria de alguém.

Merece destaque o fato da *maioridade* ou *autonomia* (*Mündigkeit*), termos que Kant utiliza como sinônimos, embora apresentada como um processo de individuação do Outro, como formação do indivíduo e da vontade de exercer a razão, implica paradoxalmente no reconhecimento do sujeito de si, mas também do Outro e pelos outros, ou seja, na relação com a publicização das ideias e da crítica ao que é instituído. Foucault (1984) indica que a palavra divisa (*Wahlspruch*), em Kant, significa “um traço distintivo através do qual alguém se faz reconhecer, e é também uma palavra de ordem que damos a nós mesmos e que propomos aos outros” (p. 338). É pela fala, pela palavra e situação na qual o discurso de alguém passa a ser considerado, que se pode falar em *maioridade*.

De fato, *Mündigkeit* é traduzida por “maioridade”, *Mündig* é “maior” no sentido “responsável”, talvez por *Mund* significar “boca” e formar vários vocábulos relacionados à fala como *mündlich* (de viva voz), *mundfaul* (lacônico), entre outras. *Mündigkeit* teria, então, a possível origem na situação na qual o discurso de alguém passa a ser considerado. (Safatle, p.)

O que retiro dessas citações é a importância da linguagem e da possibilidade de enunciar um dizer como resposta, bem como seu reconhecimento pelo outro, no que é chamado aqui de *maioridade*. Assim, se a passagem a *maioridade* trata da coragem para um salto solitário, nas palavras de Kant, e da ousadia de arriscar-se a se autorizar do próprio conhecimento, ela não é uma condição alcançada através do exercício individual, e nem de forma automática e massificada, por classe, idade, gênero ou grau de formação. É simultaneamente o processo de reconhecimento de uma pertença coletiva e um “ato de coragem a realizarem pessoalmente” (Foucault, 1984, p. 338), uma vez que só se realiza na medida em que o sujeito se reconhece,

pode ser reconhecido e se fazer reconhecer no público e pelo público. No entanto, cabe aqui a compreensão do que é tratado como público e como liberdade por Kant.

“Obedeçam, não raciocinem.”(ref) é a fórmula pela qual, segundo Kant, se exercem habitualmente a disciplina militar, o poder político, a autoridade religiosa. A *maioridade*, no entanto, não se caracterizaria pelo oposto, um estado anárquico, sem governo e no qual ninguém precisasse obedecer. Para ele, a humanidade terá chegado a *maioridade* não quando não tiver mais que obedecer, mas quando se disser a ela: “Obedeçam, e vocês poderão raciocinar tanto quanto quiserem.” (ref). Ou seja, o esclarecimento é quando se sobrepõe e coexistem razão privada e pública (Foucault, 1984): não é o processo que garante uma liberdade arbitrária e individual de pensamento ou a insurgência contra a autoridade instituída, embora tampouco seja a obediência cega, imbecilizada e servil, mas quando é possível agir de acordo com as circunstâncias e a partir de uma reflexão crítica. Nesse terreno, os indivíduos podem raciocinar sobre o que quiserem, desde que resguardadas suas obrigações públicas como cidadão, ou seja, por mais soberano que seja o uso da razão este não se sobrepõe aos limites normativos dados pelo Estado. Limites estes que Kant atribui à existência de uma Lei moral anterior e universal. Se Kant propõe aos sujeitos “que ousem saber” como forma de libertação da obediência cega e das relações de subserviência a autoridade que os mantém como *menores*, qual saber se configura como ousadia? O que faz com que se mantenham como *menores* e sob tutela? Se há uma dimensão que implica o sujeito em um coletivo e aponta para uma publicização e circulação de sua fala como assunção de uma responsabilidade para além dele, justamente independente das paixões, dos prazeres e do seu bem-estar, em nome do que essa resposta se daria, para quê agir moralmente?

Para respondê-la, Kant invoca a ideia de um prazer originado na moralidade que corresponderia a um “interesse puro” determinada pela razão e orientada pelo dever, que levaria em seu âmago a vontade pela autonomia e responsabilidade a ponto de superar o desejo individual ligado aos impulsos irracionais, em prol da vontade autônoma, que se coloca para além do prazer, ou afirma uma dimensão da indiferença em relação ao mesmo (Safatle, 2013). A liberdade para Kant, portanto, não dizia respeito a estar livre “de deveres, mas sim a uma “independência de inclinações” (op. Cit., p.191) naturais ligadas ao prazer e a satisfação. O ato livre ou racional, indistinguíveis para Kant, são àqueles originados no controle e renúncia aos seus prazeres e hábitos particulares e as paixões, como fundamento da ação moral e da razão prática, condição que sustenta essa ideia de liberdade como princípio ético universal, que comporta um a priori, uma determinação anterior a qualquer ação. Se todos são livres para determinar sua própria vontade, isso é resultante do perfeito cumprimento a lei moral, da

existência de um dever como pressuposto universal, válido em qualquer conjuntura, sem exceções e absoluto, ou seja, não é condicionado por nenhum outro fim que não o amor ao dever, ou seja, é regido por uma lei “unívoca (...) independente das contingências, das particularidades culturais, sociais ou históricas como se cada contexto não tivesse a acrescentar ao esclarecimento e a decisão do julgamento moral” (Safatle, 2013 p. 64). A *maioridade* como a obediência à Lei prescrita pelo sujeito a si mesmo, pressupõe, portanto, esse movimento de modificação da relação preexistente entre autoridade, uso da razão e vontade em direção a uma moral universal, impessoal e pura, desvinculada de qualquer inclinação patológica e bem-estar (*das Wohl*) em nome do Bem supremo da lei moral (*das Gute*). Como legisladores de si mesmos, os indivíduos poderiam se autodeterminar e definir a própria liberdade, na medida em que a causa de sua ação é determinada pela razão, ou seja, na sua vontade de cumprir a lei, universal e interiorizada e independente de outras motivações. Aqui estaria sua ousadia.

Se por um lado Kant aponta para um ato do sujeito de se fazer reconhecer pela própria palavra, por outro sua proposta de *maioridade* implica na sua educação e disciplinarização contra sua propulsão libidinal, ou seja, é em nome das coordenadas morais, do dever e do bem, que o sujeito deve se autodeterminar. É isso que caracteriza o que Kant chama de imperativo categórico e que contém a determinação universal da vontade - “age de tal maneira que a máxima de sua vontade possa sempre valer como princípio de uma legislação universal” (op. Cit., p.51ref). Categórico porque não é contingente e universal porque é objetivável.

A questão mais problemática aqui, está na concepção de uma *maioridade* alojada na referência de um imperativo categórico, que pressupõe um bem universal, proporcional e comum a todos e na suposição de uma autodeterminação possível, pela supressão justamente das paixões, do mundo pulsional, do que não “tem governo nem nunca terá”. Ou seja, uma Lei sem furos que vela a impossibilidade de suprimir o desamparo e mal-estar. O sujeito se encontra, nessa perspectiva, frente a um falso dilema entre a renúncia pulsional e o bem a ser alcançado, sendo que este, como Ideal, é impossível e inacessível de partida. A impossibilidade da Lei, esse Outro também faltoso, inverte-se e recai como impotência do sujeito em se adaptar as exigências morais.

Assim, o que Kant não concebeu é que essa Lei universal e pura, ainda assim pudesse se apresentar de forma ambígua em relação ao desejo dado que seria impossível atestar com todas as garantias se um ato foi feito por amor à Lei ou por conformidade à Lei, uma vez que os desejos particulares de cada sujeito sempre podem interferir na sua decisão de agir. Em outras palavras, mesmo suprimida de todo conteúdo patológico, a Lei ainda poderia servir como objeto de desejo, indicando a impossibilidade de uma vontade livre, vinculada unicamente à Lei e de

um imperativo categórico, para além de qualquer dependência do objeto. Ou seja, as paixões, esse excesso insubordinável do homem não seria antagônico à Lei pura, não haveria uma luta entre uma escolha e outra, dado que seriam, a rigor, regidas por um mesmo princípio: “quando passamos a agir em nome de uma formalidade vazia de conteúdo, em função de um imperativo categórico silencioso, que não delimita ponto ou linha de chegada, a resposta só pode ser o excesso das práticas automatizadas desprovidas de significado.(Fonseca e Rech, 2017, p. 173)”, ou seja, da repetição em sua face mais mortífera.

Lacan (1998) aponta assim como Sade revela a face pervertida do sujeito completamente comprometido a imagem do dever ético incondicional e universal, ao demonstrar como o mesmo serve de suporte na prática à voz do Outro em sua face sádica, na medida em que exige o sacrifício de todo objeto de amor, e no limite, de si mesmo, na medida em que o sujeito é reduzido a instrumento de gozo supremo do Outro. Em ambas as versões, de Kant e de Sade, o que se tem é a recusa da fratura entre sujeito e à civilização, da impossibilidade de sobreposição ou conformidade entre o que é do particular e o que é universal, do campo do Outro. O que Lacan apresenta é que seja em nome do bem supremo, que se efetiva como imperativo de gozo, seja em nome de um saber absoluto e universalizado pela ciência, que se efetiva na instrumentalização do sujeito como objeto de gozo do Outro, as consequências, como apresentadas no capítulo anterior, são funestas, pois o que se apaga é a divisão entre sujeito do enunciado e da enunciação e se inviabiliza justamente, sua responsabilidade.

Talvez o exemplo mais emblemático do apagamento do lugar de autoria do sujeito sob um imperativo da lei – em nome do bem - seja o do julgamento de Eichmann, narrado por Hannah Arendt (1963). Ao longo de todo julgamento, Eichmann se declarou inocente e afirmou, fazendo inclusive alusão à Kant e seu imperativo categórico, que todas suas ações haviam sido dedicadas à obediência a Hitler, ou seja, predicadas pela ordenação de cumprir burocraticamente seu dever e servir à lei. É, portanto, a voz de Hitler que Eichmann toma como Lei e forma máxima da moral, como coordenada, e a qual se coloca como objeto e instrumento de execução e, como executor de ordens, reconhece apenas a eficiência com que as realizou, se eximindo de perceber e avaliar as consequências de seus atos. Ora o que Arendt (1963) aponta com Eichmann é a relativa facilidade que existe em abdicar do exercício da subjetividade e aderir servilmente aos imperativos que estão na ordem do dia, cumprir ordens e se colocar passivamente como instrumento do Outro fazendo o que lhe foi mandado. Vê-se que essa posição aponta para um engodo: a de que a defesa da crença em algo ou alguém possa livrar da

insegurança e do desamparo e possibilitar, sem perdas ou prejuízos, que o sujeito se abstenha de saber em nome de que(m) ele age, o que causa, o que lhe afeta ou o que advém de seu ato.

Há, portanto, uma incongruência entre dever e responsabilidade, justamente pela impossibilidade de solucionar o tensionamento entre sujeito e Outro. Essas duas dimensões se aproximam no que aponta para o terreno do desejo, mas divergem quanto a posição do sujeito. Se pode existir universalidade no campo do que define o dever, o que pode conferir significado a uma conduta diz justamente dos objetos do desejo, definidos por cada um, um a um. O dever implica no assujeitamento à Lei moral, ao bem universal ou ideal, enquanto a responsabilidade suscita, ainda que a posteriori e retroativamente, a assunção da autoria de um dizer, o reconhecimento de que está em jogo algo de si e tem em sua essência “um fundamento relacional, na medida em que é no vínculo com o outro, e na interpelação que o sujeito se sente convocado a responder, que ele dá conta de si e de suas ações” (Bertol, 2019, p. 63).

Kant foi preciso, porém, ao falar de ousadia e coragem para tratar do sujeito e da *maioridade* como assunção de posição. A coragem, justamente o agir com o coração, de valer-se do que ultrapassa a razão, entretanto, é tomada aqui como indicativo de perda das certezas e não de ganho da razão moral. Não à toa, Lacan (1967) situa a covardia moral em relação à tristeza, compreendida como índice de uma relação frouxa do sujeito com seu desejo e anuência a um imperativo de gozo, ou seja, uma espécie de recusa ética daquilo que vem do inconsciente, um não querer saber do que o determina. A coragem, por sua vez, implica nesse ousar saber de um desejo de saber, se dá pela “valentia de se deixar enganar [*se faire dupe*] por suas letras ou seus signos a fim de tolerar o sentido sempre fugidio ao em vez de se satisfazer com ele” (Soler, apud Formigoni, 2017, p. 79-80).

Covardia e coragem marcam, nesse sentido, formas de relação com o saber inconsciente e com o desejo, rechaçado ou posto em causa. Se o desejo é o que faz obstáculo e marca uma antinomia com o saber hegemônico e universal promovida pelo discurso da ciência, trata-se de pensar, pois, em que ponto é possível operar uma ruptura dos imperativos engendrados pela identificação aos ideais numa cultura, para que ele advenha. É nesse sentido que a psicanálise propõe a retirada da responsabilidade do campo da culpa e da punição como assentimento passivo e servil à ordenação social, e a reposiciona como resposta nesse tensionamento entre o que é do sujeito e do coletivo, sem deixar-se capturar às lógicas individualizantes. Assim, se faz necessário afastar a *maioridade* de qualquer caráter moral colocando em causa “aquilo pelo qual o sujeito, em nenhum caso, poderia ser reduzido a um sonho do mundo” (Lacan, 1961-1962, p. 69) – seja ele de progresso ou de destruição – a saber, o desejo e a ética que o engendra.

3.2 O comum da diferença

No Seminário A Ética da Psicanálise (1959-1960/1988), Lacan discute esse tema a partir do posicionamento de Antígona, personagem de uma das tragédias de Sófocles. Nesta peça, diante da morte de seu irmão, Antígona decide sepultá-lo e honrar os ritos funerários, a despeito da proibição do rei Creonte e de sua sentença de morte a quem o fizesse. Em nome da lei dos deuses - as leis não escritas, transmitidas pelos laços de filiação e linhagem – Antígona enfrenta a lei da pólis e o clamor de Creonte, posição pela qual paga com sua vida.

Aqui, interessa pensar a diferenciação fundamental que Rosa (2015) destaca entre civilização, como manutenção do estado de cultura, e as normas de uma sociedade específica, distinguindo dois planos de responsabilidade: em relação à Lei simbólica e a posição singular, e as leis determinadas para um funcionamento social particular. A Lei da linguagem não se confunde com as leis, ou seja, com as normativas e os códigos legais, embora se articule à eles enquanto representação, ponto que pode enlaçar o sujeito do inconsciente e o sujeito de direitos. Tanto a Lei da linguagem, as quais Antígona se remete, quanto as leis do código e dos bens, pelas quais Creonte ordena, são fundadas pelo conflito, o mal-estar, oriundo da impossibilidade de tudo inscrever, delimitando, ao mesmo tempo, a Lei e, conseqüentemente, a possibilidade de transgressão da mesma, de forma que desejo e lei encontram-se intimamente ligados. Crime e a transgressão da lei compõe, estruturalmente, a própria Lei: transgredi-la é também confirmá-la, na medida em que ela compreende também sua negação.

Tanto a origem, quanto a transmissão da Lei simbólica se inscrevem no inconsciente por meio da linguagem, como dimensão que localiza todos em referência a uma cadeia de significantes que sustenta sua função. A Lei é condição, portanto, no enlaçamento dos sujeitos, não pode ser referida a um indivíduo e centrada em si. A incidência da Lei nos sujeitos interdita-lhes acesso a parte do gozo, que é tributada à linguagem e à vida em sociedade. A Lei determina o sujeito do desejo, do inconsciente, e demarca, por sua inscrição, algo que fica de fora, mas que insistentemente busca retornar, conflitante, na tentativa de inscrever pela linguagem o que não cessa de não se inscrever. Assim, ela guarda algo do universal e, ao mesmo tempo, do particular: se ela incide para todos, incide para todos a cada um.

Creonte, na posição de chefe da comunidade, age em perfeita conformidade ao conceito de bem kantiano: não age em nome do seu próprio bem, mas em nome do bem de todos, do bem em seu caráter universal ou como imperativo categórico. A máxima do bem, no entanto, engendra seu avesso, como apresentado na apreciação que Lacan faz de Kant com Sade, ela

“não poderá reinar sobre tudo sem que apareça um excesso, de cujas consequências fatais nos adverte a tragédia.” (Lacan: 1959-60/1988, p.314). Se, conforme Lacan apresenta, é possível tomar a posição de Creonte como encarnação da Lei e da razão, a posição de Antígona aparece assinalada entre a lei e o desejo, ato que funda, no tempo da retroação, “a lei que, a partir de seu ato, pode ser encontrada em sua origem” (Vorsatz, 2010, p. 110). A lei aqui, faz referência às leis da linguagem que articulam o desejo e constituem o sujeito, essas que não são escritas e não se autorizam senão por si mesmas. Antígona escolhe a determinação significativa que a causa, marcando ao mesmo tempo em ato, de onde ela é não toda determinada por esta cadeia (Vorsatz, 2010). Seu ato é ético, na medida em que desconhece o temor e a piedade, ela sacrifica o bem – e os bens - em nome do desejo.

Retoma-se portando, o tensionamento inerente entre autonomia e heteronomia, posto desde a constituição do sujeito. Ter autonomia, ser *autonomos*, é, tomando Antígona como paradigma, aquele que vive sob a lei do desejo e suas injunções, compromisso acima de qualquer bem. Se autonomia remete àquele que escreve a própria lei, Antígona aponta que esta não existe como lei individual, mas remetida às leis não escritas da linguagem. O caráter autônomo de seu ato se dá na medida em que faz valer a injunção que advém do campo da linguagem, o campo do Outro, a partir de seu ato particular, posicionamento singular que ninguém a não ser ela pode fazer em seu nome. Aqui está sua autonomia e a liberdade que esta alcança.

O uso do termo autonomia, não alude, portanto, à independência de Antígona em relação as leis – tanto da pólis quanto as da linguagem. Se ela se posiciona “contra tudo e contra todos” (Lacan 1959-1960/1988, p. 341) – o Bem e os serviços dos bens - ela o faz em nome do que é sem predicação, ao mesmo tempo em que nesse ato, autoriza o que lhe advém do campo da linguagem. Como ato, o posicionamento de Antígona, aponta “para-além do reconhecimento intersubjetivo prometido pela Lei, já que ele permite atravessar a Lei” (Safatle, 2002, 226), ou seja, é um movimento que inclui a assunção da Lei pelo sujeito e a supera, ao se lançar para além dela, colocando sua singularidade em jogo. Não se trata de perverter ou escapar da Lei, mas de seu atravessamento. Pois, se Antígona é apresentada por Lacan como exemplo paradigmático de uma posição ética que compreende o sujeito do inconsciente, é porque ela “encarna aquilo que interroga a legitimidade da lei positiva que se enuncia à expensas – no duplo sentido do termo, é tributária e também repudia - da ordem da lei, destacando o fundo sobre o qual esta se erige, isto é, de seu próprio fundamento real (Vorsatz, 2010, p. 185)”.

Há um paradoxo estrutural, esse que escapou à Kant em sua procura por uma Lei pura que pudesse valer como universal e independente das paixões, em que a existência de um sujeito

não pode ser dissociada de seu pertencimento à linhagem e à transmissão da linguagem, ao mesmo que essa se faz valer pelo desejo, o que há de singular e que escapa às suas tramas. Se o sujeito é forçado a escolher, essa escolha não se determina pela razão, não se dirige a um bem e nem pode ser comandada. Ela se dá pelo franqueamento de um limite, a castração, posto que “essa predica uma relação de limite à indeterminação, no que o sujeito paga com a perda de sua posição, ou do Ideal do que teria sido.” (Lopes & Estevão, 2019, p. 60). É sempre em relação a perda – e a coragem de o fazê-lo – que o sujeito poderá fazer a experiência do desejo.

O juízo ético que Lacan propõe, formulado como questão e conjugada no pretérito, não interpela o sujeito em relação ao que ele deveria fazer, mas o convoca a submeter à própria análise em um tempo à posterior se poderá responder por aquilo que terá feito, ou não, da injunção inconsciente articulada pelo desejo: “Agiste conforme ao desejo que te habita?” (Lacan: 1959-60/1988, p.376). A proposição contém em si a dimensão da responsabilidade em relação ao desejo inconsciente que move o sujeito, quer ele se dê conta disso ou não queira sabê-lo.

Aqui, cabe lembrar que a palavra responsabilidade vem de

Resposta, responsabilidade, do latim: *spondeo – spondere* = prometer. Respondere = prometer, re: “em retorno”. Responder é responder a um outro dizer, é um dizer à altura do Outro; o Dizer toma a medida da alteridade e daí sua unicidade (uniqueness) toma posição. (...) Ela é “o lugar onde se instala o não lugar da subjetividade”, onde se sinaliza “num lapso um tempo sem retorno”, “outro modo que ser, para além da essência” [l’Autrement qu’être, au delà de l’essence]; responder é Dizer a partir de nenhuma essência prévia. (Fingerman, 2012, p. 11)

É a resposta que advém da assunção de um posicionamento, de um ato sem retorno, no qual o sujeito, por conta e risco, dá lugar a algo de si já que ele próprio - em sua dimensão objetual e como sujeito - está em questão. Resposta essa que pressupõe, como apontado por Lopes & Estevão (2019) a castração, posto que “essa predica uma relação de limite à indeterminação, no que o sujeito paga com a perda de sua posição, ou do Ideal do que teria sido.” (p. 60). Vê-se que a responsabilidade marca a um mesmo tempo um ponto de enodamento e ruptura (alienação e separação), na medida em que indica a dimensão de alteridade, sem implicar com isso em uma correspondência ou reciprocidade: evoca “à singularidade insubstituível que está em mim”, princípio de “relação entre termos desparelhados, sem tempo comum” (Fingerman, 2012, p.11). Cumpre destacar assim, o caráter de convocação da responsabilidade, na medida em que está presente uma dimensão para além do sujeito – resposta a uma afetação, um apelo de que vem de u Outro, ao mesmo tempo, que implica tomar algo para si desse campo de alteridade, alçando seu dizer como resposta.

A questão da responsabilidade aparece, portanto, de forma paradoxal: se a existência do sujeito se encontra ligada a uma determinação inescapável, como lhe atribuir responsabilidade? Porém, nos diz Vorsatz (2010), é justamente porque o sujeito não é causa de seu ato que ele deve se responsabilizar por este na medida em que

o campo do desejo se descortina para o sujeito a partir de uma posição ética, em que a causa se coloca como exterior e ele a assume em nome próprio. Porque se posiciona como uma Labdácida, apenas um elemento da linhagem, um elo na cadeia geracional, a heroína trágica age – singularmente - como Antígona. Paradoxalmente, é porque a heroína trágica se subtrai à ordem causal que ela age (ou melhor, seu ato é da ordem de uma subtração), e, apenas como efeito desta subtração, subsiste como real. (p. 181)

Com isso, pode-se dizer que a responsabilidade não é causa, mas consequência; não é determinada, mas construída como abertura e afetação ao que é estrangeiro: o sujeito não move a si mesmo senão afetado pelo que lhe é exterior, pelos seus laços, pelo lugar que habita no mundo e também, pelo que do mundo o habita. A autonomia, não vem da libertação dos outros, mas, paradoxalmente da realização de que se está sempre em uma relação de dependência com os outros: há sempre algo que escapa ao esperado e a razão e que por existir convoca, afeta; há um mundo que ultrapassa a existência de um sujeito, e que, conseqüentemente aponta que os efeitos de sua experiência repercutam para além de si, de modo que suas ações nunca são somente suas.

Considerando o sujeito do inconsciente, tem-se que não há autonomia que não engendre uma relação de alteridade. Não há sujeito dissociado de seu pertencimento à linhagem, ao que vem do campo do Outro, uma dimensão heterônoma que não lhe é exterior ou independente, mas que o atravessa. Também não há, nessa premissa, responsabilidade que seja capacidade plena, dado que a resposta se precipita pela falta e pela perda, embora seja possível considerar o sujeito integralmente responsável pela sua posição e pelo que, nessa conta, escolhendo ou não, topou perder. Temos aqui que a responsabilidade de um sujeito não pode, portanto, ser julgada na perspectiva das leis da cidade ou de um dever ou bem comum, como faz Creonte, na medida em que o desejo diz respeito a uma lei particular que não pode ser subsumida ao que vem do Outro. Isso não quer dizer que no tempo posterior ao seu ato, como nos mostra Antígona, que o sujeito esteja liberado de lidar com seus efeitos e implicações inclusive em relação às leis da cidade.

Temos aí que responder plenamente à sua ação no mundo, não é, senão responder pelo que é não todo determinado: pelas vias errantes do desejo, pela precariedade de sua existência, pela solidão e desproteção frente às exigências do mundo. Isto é, responder reconhecendo a própria finitude, o que há de ingovernável à letra da lei e o desamparo, inerente à condição

humana, que marca onde a linguagem também claudica: a morte, o real. Destino a ser enfrentado só, mas entre outros - os que vieram, os que estão e os que virão. O comum está aí, essa falta que faz com que não haja par, mas que possibilita que o sujeito se coloque em relação a partir do que nele é ímpar, justamente o que possibilita sair da indiferença de onde não se deixa, ou é deixado, atravessar. Assim, se há um comum pelo qual o sujeito pode responder, é pelo comum da diferença, que indica a porta singular pela qual cada um se enlaçou diante da Lei, da linguagem.

3.3 Ao que vem

Até aqui, apresentou-se o estatuto da *maioridade* subsumido às premissas desenvolvimentistas de ganho de capacidade dentro de uma chave individualista ou referida à razão e a moral, como princípio regulador universal da vida em sociedade. No vão entre às exigências normativas individuais e a determinação de um bem comum, se inclui a dimensão do singular, como posição que o sujeito assume frente às suas injunções e responde pela única lei que lhe é imposta, o seu desejo. Considerar o sujeito e sua relação com a linguagem, possibilita pensar na *maioridade* entre o particular e o coletivo, ou seja, como resposta que alude a um comum tomado singularmente por cada um, e que pode escapar das lógicas individualizantes, das relações instrumentais e do empuxo aos “concentrados de indiferença” de *menores*. Se pronunciar e se colocar no mundo não é se livrar de seus interditos, mas assumir como seu o compromisso com sua história e cultura, com seus paradoxos e violências e as *minoridades* construídas por elas, fazendo desses ditames transmissão e não destino. Recupera-se aqui, o caráter público, que a *maioridade* coloca em jogo, a responsabilidade do sujeito em relação a uma ideia de um coletivo e uma comunidade.

O preço de um comum universal e de sua promoção, não é sem consequências e usos funestos, como apresentado. A posição inarredável de Antígona cumpre a função, nessa visada, de lembrar no público que “há algo de ingovernável, que nem tudo pode ser subsumido à letra da lei. Da mesma forma, assinala que o bem da pólis, pretendendo se constituir no bem comum, faz ironicamente brotar seu avesso”(Vosatz, 2010, p. 123). Assim, considera-se que não é possível reduzir a ideia de comunidade às suas leis escritas, a uma única versão de história hegemônica ou a um ideal de bem. Se há comunidade, como compartilhamento de um traço comum, ela vem da morte como destino real compartilhado a todos os viventes, constitutivo do sujeito e, por conseguinte, do próprio laço social (Vorsatz, 2010). Nesse sentido, uma

comunidade existe somente pelas suas passagens: pelo que se deixa passar e pelos seus restos; pelo que do passado retorna e interpela e pelo que no ato, se endereça e se lança sem garantias a um tempo por vir.

Aqui, aponta-se para a função e importância dos ritos, justamente em nome do que Antígona se lança, como o que tenta inscrever no coletivo o que há de ingovernável, o que não cessa de não se inscrever, mas que pode ser testemunhado por cada um, entre outros. Embora os ritos não tenham uma função resolutiva para as questões da vida em sociedade, eles funcionam como enquadre na medida em que circunscrevem e revelam, na sua estrutura cênica, seja esta grandiosa ou medíocre, aquilo que está para além do concreto do mundo rotineiro e que dá contorno para o mal-estar do viver em sociedade e suas repetições. Os ritos, como operação simbólica, consistem na mobilização significativa em resposta ao buraco do real e que permite, pela ordem da palavra, decantar algo desse ingovernável e da perda que se apresenta (Vorsatz, 2010). Se não há como governar a morte ou impedir a perda, há como se transmitir e fazer contar sobre quem se foi, o que ficou perdido, através do testemunho e da palavra.

Van Gennep (2011), em seus estudos passa de uma visão tipológica, para uma visão estrutural dos ritos⁷³ em uma tentativa de tomá-los como reveladores de princípios organizatórios e de movimentos de passagem a partir das quais estes se constituem: a busca pela unidade e agregação, na dualidade; o corte no contínuo que demarcam uma separação e a transmissão da cultura, o reconhecimento do sujeito em sua singularidade e também na assunção de um papel no coletivo. Ou seja, tratam da alienação e da separação e do que entre elas nunca fica plenamente resolvido, ao que é fronteiro, marginal, paradoxal e ambíguo, uma liminaridade, um tempo de suspensão. É nessa liminaridade, que reside também, a maior potência de transformação, como um estado situado simultaneamente em dois campos distintos e excludentes e que, assim, desafia os sistemas de classificação, as normas, o que não admite indecisão, incompletude e divisão (DaMatta, 1969, p.7).

Vale destacar que o exemplo paradigmático do estado de liminaridade seja justamente o rito de passagem, que remetem à uma concepção de *maioridade*, que trata da experiência de individuação e autonomia, atrelada a uma mudança no reconhecimento da comunidade, do outro. Esses eventos têm, como dimensão comum, a exigência de que o indivíduo dê provas de sua nova condição (que variam em cada contexto cultural) e que essa seja endereçada

⁷³É importante distinguir, como aponta Van Gennep (2018) que compreender a lógica dos ritos não equivale a reduzir seu significado a uma ideia universal de passagem, uma vez que cada rito tem uma finalidade e significado específico e inseparável do contexto histórico e cultural de cada sociedade, mas, sem dúvida trata-se de pensar em como o que é coletivo é engendrado.

publicamente, não se dá sem o reconhecimento de outros, que compõe o grupo na qual ele deseja pertencer. Ou seja, se por um lado o rito é “um esforço de simbolização, que não se efetua sem uma castração, é por outro lado, uma especularização do sujeito diante dos ideais da cultura” (Alberti, 1996, p. 197).

Pais (2009), ao descrever o declínio dos ritos de passagem na contemporaneidade, aponta como esse processo estaria se dando de forma individualista, propondo a denominação “ritos de impasse”, na medida em que acontecem sem testemunha, sem endereçamento, solitariamente. Se, por um lado, essa perspectiva aponta para a solidão e os impasses de cada sujeito frente às suas injunções, por outro, parece trazer a dimensão da precarização dos laços presentes em nossa época, na medida em que não há um endereçamento ou um grupo ao qual pertencer, para se inscrever entre outros.

A individuação pensada nos ritos, aponta DaMatta (1969), é um estado e não condição da experiência humana. Os ritos não marcam a independência da coletividade, na medida em que a autonomia, como solidão, é inteiramente complementar ao grupo. Se a liminaridade é vista como perigosa, é justamente pelo que, nessa passagem pode abalar uma ideia de plenitude e status quo, na medida em que o sujeito que não se encontra totalmente alienado e subsumido pelos ditames de seu grupo, pode alcançá-lo de outra posição, num renovado encontro com a sociedade a ser significado a posteriori. Viola (2016) aponta que, nesse sentido, os ritos implicam um movimento do sujeito, mas supõe o que ela chama de um “corpo coletivo”, uma aposta de endereçamento ao Outro e aos outros, mesmo que sem garantia.

A passagem que compreende o rito, nesse sentido, aponta para um compromisso do sujeito com um coletivo e de um coletivo com cada sujeito em relançar sua história para um futuro, uma comunidade porvir, mesmo que nada se garanta nessa aposta. Temos aí que a *maioridade* implica na responsabilidade comum, no sentido que é partilhada por todos mesmo que seja tomada por cada um, com um futuro. Esse que só é possível quando existe coragem para arriscar perder, não em nome de um bem universal, mas do que nos coloca a todos como semelhantes. Um ato, diz Safatle (2017) “é sempre a irrupção de outro tempo e outro espaço, esta é sua função: permitir que o desejo seja cultivado em outro tempo e em outro espaço, que quebra a hierarquia dos lugares, que dessacraliza as distâncias” (p. 220).

Aqui temos que talvez o maior desafio seja conceber o que pode nos tempos em que vivemos, fazer função de interpelação e convocar alguém a responder pelo compromisso que a *maioridade* propõe e possibilitar essa aposta no que vem, perdendo ou ganhando, mas entre outros.

Inventário de Emergências Pandêmicas nº 4

“Tá na hora de acordar! Acorda pra pedir!”

A voz entra pela janela. Único som no domingo vazio da quarentena. Vazio, mas cheio de adolescentes, suas bicicletas com caixas de isopor. Um deles reclama do movimento baixo e grita novamente às janelas e varandas: Comprem! Consumam! Acordem para pedir! Outro, liga uma caixa de som, um funk. Som estranho nessa vizinhança, onde no máximo se escuta das ruas os blocos de carnaval, mpb, jazz. O som alto invade, a batida forte entra, não há como ignorar. A letra está aí, endereçada a quem souber – e quiser - escutar. A música, descubro, chama Contando Forte: “Os ponteiros não param o tempo tá se esvaindo/O amor tá esfriando tá cada dia pior/São muitas as tormentas poucos a mão estendendo/E a sensação é que na multidão estamos só”.

Passa um carro buzinando, outra voz que chega “vou chamar a viatura pra vocês, hein?”. Outro carro buzina, como que em apoio. Penso nas carreatas que estão acontecendo no mesmo momento. Da proteção da casa, do carro, do privilégio. Acorda pra pedir: pro supermercado, restaurante, farmácia, pros comércios. Pedir pela vida ou a economia? O que se topa perder? A bolsa, ou a vida? Os pedidos, das pessoas que acordaram, não se transportam senão por esses meninos, que, recebem as buzinas estranhas, os olhares anônimos dos que olham do alto de suas varandas e que eles não vêem. Inclusive o meu, penso.

“Estão olhando o quê? Pode olhar, vou cobrar direitos autorais”, escuto. O funk avança “Aonde foi parar o coletivo em cadê?/Molecadinha cresce visando o material/Irmão derruba irmão deslumbrado com o tal poder/Se esquecendo que não leva nada do final/Eu sigo de passagem nesse plano/Contando forte sem deixar o ego me engolir”. Contando forte, e não cantando forte. Pra poder se contar, ser contado, fazer parte da conta, da história que se conta, de onde se conta com outro. Não deixe a conta fechar, dizem os comércios pequenos. Não deixe ninguém sem contar.

À noite, após o panelaço em tímido protesto ao absurdo pronunciado do dia, a rua silencia novamente. Mas, logo os adolescentes estão de volta, uma confraternização de final do longo expediente. Agora se juntam, são 10 ou 12. Falam alto, dão risada. Contam histórias do seu dia, fazem malabarismos em suas bicicletas. Funk, agora cantado, dançado. O som chega estrangeiro para o alto das janelas: palavrões, gírias, expressões desconhecidas. Alguém grita “ow olha o silêncio!”. O silêncio, penso, é algo visível mesmo. O mal-estar inquieta, incomoda, faz ruído e os meninos ali, na rua, relaxando após o dia de trabalho faz lembrar de muita coisa. “Tá na hora de vocês irem embora”, “Já acabou o expediente”, responde em apoio, outra voz. Os adolescentes, em resposta, aumentam o som e cantam “aqui é favela!”. As vozes das janelas parecem se intimidar. Os meninos seguem cantando, lançando sua voz endereçando sua presença às vozes das que não veem, aos que calam ou aos que seguem assistindo netflix com janelas fechadas. De dentro dos prédios, se faz silêncio, num visível incômodo, até que surgem outras falas, blindadas em seu anonimato: “Vou chamar polícia, hein?”, “olha que ela vem, hein?”, “Já deu, hein”. Hein, de novo essa interjeição, que, deixa claro que não se espera resposta e sim anuência. Em Pinheiros, o funk, os adolescentes negros, suas gírias e mensagens não cabem na paisagem. E os adolescentes, por saberem, ousam se fazer presente, se fazer contar, se dão a ver. “Tá na hora de acordar”, eles gritam. Pela janela, ruídos e silêncios invadem minha casa, trazendo a cidade para dentro, palpável. Dentro de mim, o barulho estronda, a proteção incomoda. Como dormir com tamanho mal-estar?

Pela janela, 24 de Maio de 2020

A *maioridade* e suas gravidades: para concluir

O que se passa em uma passagem?

Benjamin (2018), interpelado por essa questão, apresenta as passagens - essas que são entradas e saídas, dentro e fora, concretas e oníricas, públicas e privadas – como o que não é acessível senão pelo que decanta, pelos fragmentos do que resta após sua travessia, entendendo que há sempre algo que passa e algo que não passa. O autor traça uma diferença entre o que identifica como fronteira (*Grenze*) e como limiar (*Schwelle*), conceitos que atravessam e delimitam tanto espaço, quanto tempo.

A primeira noção, fronteira, tem um sentido jurídico forte: sua transposição remete à noção de transgressão, agressão, ou seja, não ocorre impunemente. Limiar, ou soleira, umbral, sugere outro tipo de operação que indica transição, duração e movimento, um tempo que depende do que se pretende atravessar e um trabalho de passagem. É assim caracterizado por compor um tempo indeterminado de extensão indefinida. Faz litoral entre zonas cinzentas: o dentro e o fora, a vigília e o sonho, o possível e o impossível. Sua travessia é feita de forma sempre inédita, não sendo possível cruzar um mesmo umbral mais de uma vez, mesmo que se ande pelo mesmo caminho: uma vez transposto, não há volta ao mesmo lugar.

Como fala Leonardo, no texto que abre essa dissertação, se da Lua à Terra há uma fronteira evidente, na qual não há como cruzar sem sentir a gravidade, por outro lado, há uma soleira, muito menos objetivável, entre ser lunático ou terráqueo. Esta passagem só pode ser narrada pelo sujeito, na medida em que este a transpõe, em um tempo *après-coup*, localizando sua posição em relação a órbita dos astros e pode transmiti-la: somente ao se dizer terráqueo, ao criar essa diferença, pode olhar para quem está identificado à lua, à FEBEM e também aos dizeres da técnica e do juiz. Vê-se que fronteiras e limiares, como mapeia Benjamin (2018) não são excludentes e podem se fazer presentes simultaneamente, embora não se correspondam, em relação às entradas e saídas de uma mesma passagem, dependendo de como sua interpretação e de onde o sujeito se percebe interpelado.

Assim ocorre com a *maioridade*, passagem que se dá entre os interstícios de fronteiras e limiares e que precisa ser considerada com tal complexidade, para abarcar suas gravidades. A redução da *maioridade* como fronteira jurídica, demarcada por um etário, é uma fórmula simplista que objetiva e neutraliza construções discursivas, desigualdades históricas, escolhas políticas e relações de poder. Nesse sentido, ela individualiza à questão a grupos particulares, os *menores*, e autoriza sua classificação, controle e a determinação de metas de tratamento, adequação, educação. Se questiona o *menor*, mas não sua identificação ou ainda o que deu

origem e legitima tais fronteiras. Essa operação promove uma dupla irresponsabilidade discursiva: do *menor*, na medida em que tem sua palavra impronunciada e fica impedido de assumir a parte que lhe cabe e na qual pode reconhecer alguma autoria; da sociedade civil, na medida em que o conflito, o mal-estar, ficam como culpa natural de um outro, tornando a aplicabilidade da lei seletiva e não como uma produção das e nas relações. A questão que se apresenta é que, se não há responsabilidade, tampouco pode se falar em *maioridade*.

Vimos como o campo científico aliado ao discurso capitalista produz o que Lacan vai chamar de a “criança generalizada”, à redução do sujeito à um indivíduo na promessa delirante de um bem supremo ou de uma autonomia plena, cumpridas às metas infinitas e consumidos os conhecimentos sem críticas. A consequência desse movimento, não é senão o que se deixa entrever pelas emergências pandêmicas que permeiam esse texto: à alienação profunda, à segregação, o genocídio, à indiferença. Justamente o que tira da *maioridade*, sua gravidade.

Para passar do inventário de emergências ao que como invenção pode emergir, se faz necessário incluir o sujeito, esse que vem atravessado por uma linhagem que o localiza, sempre, entre outros, em um tempo e cultura. A *maioridade*, como responsabilidade de alguém em relação ao que pode transitar no coletivo, o comum da diferença a partir da qual cada um pode se dizer, aponta que não há passagem sem conflito com suas fronteiras e sem a coragem de se perguntar sobre o que se topa perder, para assegurar a existência de um outro. Se uma resposta só pode ser feito de forma autônoma, singular, ela não pode se abster de sua causa - o sujeito em uma relação de exterioridade ou independência com o Outro e os outros - e da lógica do coletivo que a engendra, afinal “Se, nessa corrida para a verdade, é apenas sozinho, não sendo todos, que se atinge o verdadeiro, ninguém o atinge, no entanto, a não ser através dos outros” (Lacan, 1966, p. 212).

Fotografia do *Alkira-Kiuma*, rito de passagem da tribo Aranda, Austrália. Fotógrafo desconhecido(1904). Fonte: Spencer & Gillen (1912/2010, p. 342)

Referências bibliográficas

- Alberti, S. (1996). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relume Damara.
- Ariès, P. (1978). *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LCT.
- Benjamin, W. (2018). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bertol, C. E. (2019). *Impasses do trabalho socioeducativo em meio aberto*: (Tese de Doutorado). Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22259>
- Brasil. (n.d.). Código de Menores. *Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979*.
- Brasil. (15 de julho de 1965). Código Eleitoral. *Lei nº 4.737*. Disponível em <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-elei>
- Brasil. (1927). Código de Menores de 1927 - Decreto n 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL5083impressao.htm
- BRASIL. (2002). Código Civil, Brasil (2002). 2. Direito Civil, legislação, Brasil. I. Título.
- II. Novo Código Civil. *Código de Trânsito Brasileiro*, Art.60 – Art.60. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm
- BRASIL. (2012, janeiro). Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Diário Oficial da União*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm
- Brasil. (2016). *Código Penal*. São Paulo: Rideel.
- Brasil. (2016). Constituição Federal Brasileira de 1988. *Vade Mecum*, 22, 5 – 139. Brasil. (2018). *Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- Brasil. (2018). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. *Agenda 2030 - ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 9 – 540.
- BRASIL. (2018). IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 7 – 538.
- Broide, E. E. (2014). POSSIBILIDADES DE SINGULARIZAÇÃO DO SUJEITO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DO RESTO À CAUSA. *Revista Intellectus*(27), 87 – 99. Disponível em <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/27.294.pdf>
- Burman, E. (2004, Jul/Dez). Desenvolvimento desejado? Contribuições psicanalíticas para o antidesenvolvimento psicológico. *A Peste – revista de psicanálise e sociedade e filosofia*, 1(2), 269 – 294. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/apeste/article/view/6283/4617>
- Calligaris, C. (2000). *A Adolescência*. Publifolha.
- Canguilhem, G. (2011). *O normal e o patológico* (17th ed.). Forense Universitária.
- Cappi, R. (2014, Jan). Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria penal (1993-2010). *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 1(1), 10 – 27.
- Cappi, R. (2017). *A maioria penal nos debates parlamentares* (1st ed.). Belo Horizonte: Casa do Direito. CONANDA. (2017). *Conanda Realiza a Etapa Nacional da Cara-*

vana pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em
<http://www.direitosdacrianca.gov.br/noticias-2017/conanda-realiza-a-etapa-nacional>

Corazza, S. M. (2000). *História Da Infância Sem Fim*. Ijuí: Unijuí.

Costa, J. F. (2004). *ORDEM MÉDICA E NORMA FAMILIAR* (Graal, Ed.). SÃO PAULO: Graal.

Costa, J. F. (2005). *O vestígio e a aura*. Rio de Janeiro: Garamond.

DaMatta, R. (1969). Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade.

Mana, 6(1), 7 – 29.

Fonseca, F. F., & Rec, H. L. (2017). Zizek com lacan em: kant sem Sade. Liberdade como Reapropriação do Gozo. *Trans/Form/Ação*, 40(1), 165 – 186. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/trans/a/rR8HhffhmxjfxkjKm5Yc/?lang=ptformat=pdf>

Vorsatz, I. (2010). *Antígona e o fundamento trágico da ética da psicanálise* (Instituto de Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mattoso, K. (2001). *Ser escravo no Brasil* (3rd ed.). São Paulo: Brasiliense.

Vianna, A. (1999). *O mal que se advinha* (1st ed.). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Vianna, A. (2002). *Limites da Menoridade* (Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Souza, R. M. (2006). *O discurso do protagonismo juvenil* (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

Universidade de São Paulo.

Alencar, S. L., & Rosa, M. D. (2011). *A experiência do luto em situação de violência* (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Disponível em
<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/16919>

Mezêncio, M. (2004). Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. *Psicologia em Revista*, 10(15), 104 – 113. Disponível em

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/200/211>

Donzelot, J. (1980). A Conservação das Crianças. In *A polícia das famílias* (Vol. 9, pp. 17 – 18). Rio de Janeiro: Graal. Disponível em
<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2017/05/donzelot-a-policia-das-familia>

Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias* (2nd ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Dunker, C. I. L. (20/09/2015). *Minoridade Penal e Autonomia Moral*. online. Disponível em

<https://18razoes.wordpress.com/2015/09/20/minoridade-penal-e-autonomia-moral/>

Fessler, D. (2013). En busca del pasado ideal. Delitos, delincuentes y “menores”. In C. G. Laurino, S. L. Costabile, L. L. Gallego, & P. Martinis (Eds.), *Los sentidos del castigo. el debate uruguayo sobre la responsabilidad en la infracción adolescente*. Montevideo: Trilce.

Figueiredo, L. C. M. (2002). A ética da pesquisa acadêmica e a ética clínica da psicanálise: o encontro possível. In E. F. de Queiroz & A. R. da Silva (Eds.), *Pesquisa em psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta.

Fingerman, D. (n.d.). Prelúdio 10: Responsabilidade do dizer. In A. E. de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (Ed.), *Vii encontro da if-epfcl o que responde o psicanalista? ética e clínica* (pp. 11 – 14). Disponível em <https://www.champlacanien.net/public/docu/4/rdv2012pre10.pdf>

Formigoni, M. C. (n.d.). Segregação, infância generalizada e alegria: questões para a psicanálise. *Revista De*

Psicanálise Stylus(34), 75 – 82. Disponível em <https://doi.org/10.31683/stylus.v0i34.26>

- Foucault, M. (2012). *A ordem do discurso* (22nd ed.). São Paulo: Edições Loyola. Freud, S. (1996). *O inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gennep, A. V. (2011). *Os ritos de Passagem* (Vozes, Ed.). Petrópolis: Vozes.
- Gianesi, A. P. (2004, Junho). Psicanálise e pesquisa. *Psicol. USP*, 15(1-2), 169 – 182. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000100018&lng=en&nrm=iso
- Goffman, E. (1981). *ESTIGMA* (4th ed.). LTC.
- Guirado, M. (2009). *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Guirado, M. (2015). Sujeitos na Lei e Sujeitos à Lei: A criminalização aos 16. In J. L. Q. de Magalhaes, M. J. G. Salum, & R. T. Oliveira (Eds.), *Por que somos contrários à redução da maioridade penal?* (1st ed.). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Arendt, H.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2015, Junho). Nota Técnica n. 20 (Disoc) : O adolescente em conflito com a Lei e o debate sobre a Redução da Maioridade Penal : esclarecimentos necessários. , 01 – 43. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2933>
- Jorge, M.A. (2002). Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana sobre os quatro discursos.
- In S. Alberti & L. ELIA (Eds.), *Clinica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos.
- Juízo. (2008). Rio de Janeiro: Nofoco Filmes.
- Kafka, F. (2001). *O Processo. Título original: Der Prozess*. (2nd ed.; Martin Claret, Ed.). São Paulo. (Acesso em: 5 de Outubro de 2016, P. 254)
- Kant, I. (1783). Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? . 1783, p. 3, 1 – 3. Disponível em <http://www.uesb.br/eventos/emkant/texto/L.pdf> (3)
- Lacan, J. (1961-1962). *O Seminário, Livro 9*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lacan, J. (1966-1967 /2008). *A lógica do fantasma - seminário 14*. Recife: publicação não comercial exclusiva para membros do Centro de Estudos.
- Lacan, J. (1985). *Seminário 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar. (apud MOTTA, Vera; Pesquisa: metáfora e metonímia na obra de Lacan)
- Lacan, J. (1992). *O Seminário Livro 17*. Rio de Janeiro:: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998a). A ciência e a verdade. In *Escritos*.
- Lacan, J. (1998b). O estádio do espelho como formador das funções do eu (1949). In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998.c). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2002). Alocução sobre as psicoses na criança. In *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008a). *O seminário* (2nd ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2008b). *O Seminário, Livro 11*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lispector, C. (1999). *Para não esquecer* (1a ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Lopes, L. (2015). *O caso Althusser*: (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Disponível em
- Lopes, S., & Estevão, I. (2019). Elementos para uma compreensão da responsabilidade do sujeito em Lacan. *Revista de psicologia da UNESP*, 18(1), 49 – 64. Disponível em <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1344/1271>
- Marino, A. S. (2013). *Crianças infratoras* (1st ed.). Curitiba: Juruá.
- Massari, M. G. (2016). *Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e medicalização* (Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19680>
- Melo, E. R. (2019). *A subjetivação jurídico-política de crianças e de adolescentes e o direito ao desenvolvimento* (Direito). Universidade de São Paulo.
- Minnicelli, M. S. (1999, julho). La novela social sobre la infancia desamparada. *Estilos da Clinica*, 4(6).
- Nader, A. (2019). *O não ao manicômio* (1st ed.). São Paulo: Benjamin Editorial.

- Neder, G., & Cerqueira Filho, G. (2001, fevereiro). Os filhos da lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(45), 113 – 125. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4333.pdf>
- Nogueira, L. C. (2004, Jan./June). A pesquisa em psicanálise. *Psicol. USP*, 15(1-2), 83 – 106. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n1-2/a13v1512.pdf>
- Nunes, S. B. (2018). *Trabalho sujo ou missão de vida?* (Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio). Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/22070/TESEsamiraBuen1isAllowed=y>
- Oliveira, I. S. (1998.) *Programa de direito romano*. Canoas: ULBRA.
- ONU. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>
- Pacheco, A. L. P. (2012a). *Da fantasia de infância ao infantil da fantasia*. São Paulo: Annablume.
- Pacheco, A. L. P. (2012b, jan./jun./ jul./dez.). Infância e autismo: entre a segregação e a concentração. *A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade*, 4(1 e 2), 23 – 32. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/22102>
- Pais, J. M. (2009, Setembro). A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Revista Saúde Soc.*, 18(3), 371 – 381. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000300003script=sci_bstrcttlng=pt
- Poulichet, S. L. (1996). *O tempo na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Quinet, A. (2009). *A estranheza da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ratti, F. C., & Estevão, I. R. (2015, Novembro). Instituição e o ato do psicanalista em sua extimidade. *Opção Lacaniana online nova série*, 6(18). Disponível em http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero18/Instituicao_e_o_ato_do_psicanalista_em_sua_extimidade
- Ribeiro, A. L. R. C. (2020). *Racismo estrutural e aquisição da propriedade* (1st ed.). São Paulo: Contra Corrente.
- Rizzini, I. (2008). *O século perdido* (2nd ed.). São Paulo: Cortez.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura: Revista de Psicanálise*, 2(2), 42 – 46.
- Rosa, M. D. (2004, setembro). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329 – 348. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27140208>
- Rosa, J.G. (2016) *Grande sertão: Veredas*. Companhia das letras
- Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura*. São Paulo: Tese apresentada ao Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Livre Docente,. Disponível em <https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/06/psicanc3a1lise-cultura-e->
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010, 04). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22, 180 – 188. Disponível em <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=ptpid=S0102-71822010000100>
- ROSA, M. D., & VICENTIN, M. C. G. (2012). Os Intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. In R. GURSKI, M. ROSA, & M. C. POLI (Eds.), *Debate sobre a adolescência contemporânea e o laço social*. Curitiba: Juruá.
- Safatle, V. (n.d.). *Um limite tenso*. Unesp.
- Safatle, V. (2017, Dezembro). Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição sub- jetiva como protocolo de emancipação política. *Estudos Avançados*, 31(9), 211 – 227. Disponível em

Safatle, V. (2018, fev). Identidades. *Folha de São Paulo*. Disponível em

<https://racismoambiental.net.br/2018/02/05/identidades-por-vladimir-safatle/>

Sauret, M. (1998). *O infantil e a estrutura*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.

Scheinvar, E. (2002.). Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In M. L. NASCIMENTO (Ed.), *Pivetes: a produção de infâncias desiguais* (pp. 83 – 109). Rio de Janeiro/Niterói: Oficina do Autor/Intertexto. Disponível em <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/estela/idadee protecao.pdf>

Schwarcz, L. M. (1998). *As barbas do Imperador* (2nd ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Sidou, J. M. O. (2004). O ingresso na maioridade (à luz do código civil e do direito comparado). *Revista Academia Brasileira de Letras Jurídicas*(26), 125 – 132. Disponível em

Soler, C. (n.d.). Sobre a segregação. In L. Bentes & R. Gomes (Eds.), *O brilho da infelicidade*. Rio de Janeiro: Contra capa.

Soler, C. (2016). *O que faz laço?* (1st ed.). São Paulo: Escuta.

Soler, C. (2018). *O que resta da infância* (1st ed.). São Paulo: Escuta.

Sposato, K. B. (2011). *Elementos para uma teoria da responsabilidade penal de adolescentes* (Direito publico, Universidade Federal da Bahia). Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-12122014-092730/>

Vianna, C. (2018). *Justiça e Psiquiatria: resenha crítica sobre Pierre Rivière, de Michael Foucault*. Disponível em

Canal Ciências Criminais

Vicentin, M. C., & Rosa, M. D. (2010, janeiro). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 107 – 124. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf>

Vicentin, M. C. G. (2005). *A vida em rebelião* (1st ed.). Hucitec.

Viola, D. (2016). *O momento-limite conceitual* (Tese de doutorado, UFMG). Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A9GLDZ/1/tese_daniela_viola.pdf

Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da Violência*. Brasília: Qualidade.

Zizek, S. (2003). *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo Editorial.